



Milhares de trabalhadores nas manifestações de Lisboa e Porto

Melhor emprego!

Em defesa de melhores salários e contra a precariedade do emprego, milhares de trabalhadores, convocados pela CGTP-IN, manifestaram-se em Lisboa e no Porto, reivindicando empregos de qualidade.

Págs. 5 e 6

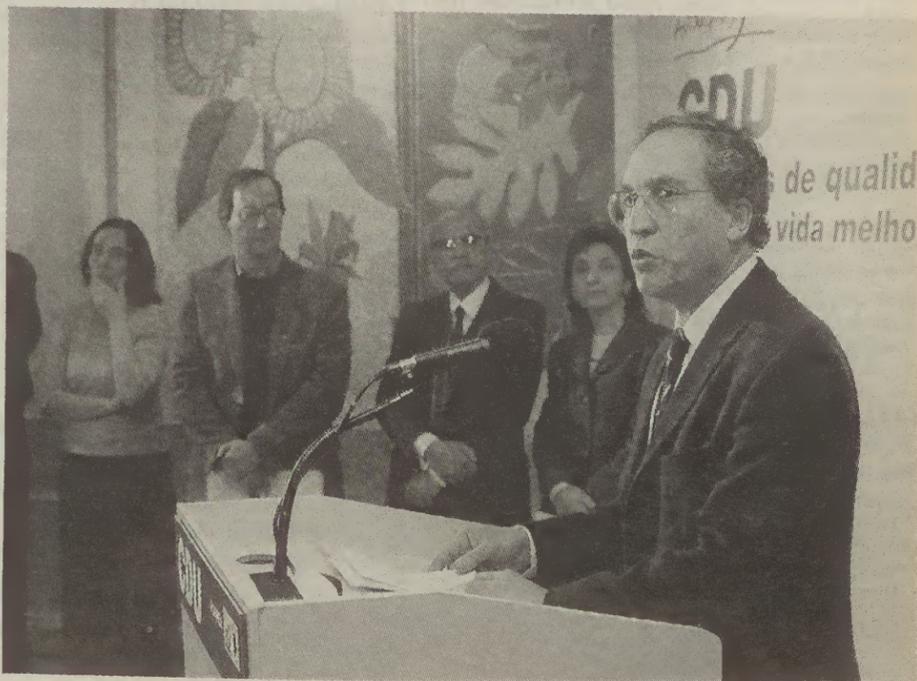
CDU
um projecto de futuro



Soluções de qualidade para uma vida melhor

Com a participação de Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, de Jorge Cordeiro, da Comissão Política, de Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes», e de Blasco Hugo Fernandes, pela Intervenção Democrática, a Coordenadora Nacional da CDU apresentou a Declaração Política sobre as eleições autárquicas de Dezembro próximo.

Centrais



Congresso dos Professores
Os problemas da escola

Durante três dias, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, professores dos vários níveis de ensino debateram os problemas da escola e do ensino. Foi o VII Congresso Nacional dos Professores.

Pág. 9

Estocolmo
Ultraliberalismo e retórica

As conclusões do Conselho Europeu não trouxeram surpresas de maior. A verdadeira prioridade foi o acelerar do caminho para a liberalização total da economia.

Pág. 21

O Avante!
aumenta de preço

A partir do próximo número, o nosso jornal vai passar a custar 200 escudos. Trata-se de um pequeno ajustamento de preço, decisão tomada passados quatro anos sobre o último aumento, e que visa fazer face aos custos de produção.

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carlos Carvalho discursa na sessão promovida pela CDU para apresentação da Declaração Política

Resumo

21 Quarta-feira

O Ministério Público pede a condenação de Luís Montenegro, antigo presidente da Câmara da Nazaré • O ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, acusa a UE de ignorar os seus objectivos refugiando-se por isso em discussões burocráticas • Ariel Sharon, chefe do governo israelita, reúne-se com Kofi Annan na sede das Nações Unidas e afirma a sua oposição em relação ao envio de observadores da ONU para os territórios palestinianos.

22 Quinta-feira

Capoula Santos, ministro da Agricultura, admite que, em relação ao surto de febre aftosa, as medidas que têm sido tomadas servem para «minimizar os riscos não para os anular» • Dois civis macedónios são abatidos a tiro pelas forças de Skopje em Tetovo • O Exército Zapatista de Libertação Nacional recusa a proposta do presidente mexicano Vicente Fox para um encontro de fachada • Kofi Annan anuncia estar pronto para um segundo mandato como secretário-geral das Nações Unidas.

23 Sexta-feira

O TC põe em causa a forma como foram geridos mais de 50 milhões de contos em participações do Estado, alienadas pelo Governo em privatizações ou reestruturações empresariais • O IP3, entre Coimbra e Penacova, é bloqueado por cerca de 300 veículos que em marcha lenta protestam contra os problemas de «segurança e circulação nesta estrada» • Os principais dirigentes albaneses do Kosovo apelam aos rebeldes activos na Macedónia para que «deponham as armas» • Soldados israelitas matam um palestiniano e ferem 28 • A descoberta de casos de febre aftosa na Holanda põe a Alemanha em estado de alerta.

24 Sábado

A CGTP manifesta-se em Lisboa e no Porto contra as más condições de trabalho assim como os baixos salários e a precariedade laboral • Termina em Estocolmo a cimeira europeia, marcada pelas questões da Macedónia

e pela febre aftosa • No sul da Rússia, três atentados à bomba provocam 21 mortos e mais de 100 feridos • Na capital jordana, os chefes da diplomacia dos países da Liga Árabe denunciam a política «agressiva» de Israel.

25 Domingo

O coordenador da Federação de Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos desafia o Governo a assumir com «grande responsabilidade» a sinistralidade em Portugal • A senadora democrata por Nova Iorque, Hillary Clinton, acusa o presidente George Bush de querer «voltar 50 a 60 anos atrás» no programa político • O primeiro-ministro israelita rejeita qualquer responsabilidade no desencadear dos confrontos entre israelitas e palestinianos que teve origem no seguimento da visita que Sharon fez à Esplanada das Mesquitas, em Setembro de 2000.

26 Segunda-feira

António José Correia é o candidato da CDU à Câmara de Peniche • O Tribunal do Barreiro atribui uma pena de oito a 18 anos de prisão aos seis jovens acusados de assassinar o guarda-nocturno da Escola Secundária de Santo António • As forças militares angolanas procedem a operações militares em Cabinda contra a FLEC/FAC que continua a deter reféns portugueses • O porta-voz do Ministério da Defesa macedónio, Georgi Trendafilov, informa que o exército prossegue a ofensiva contra os separatistas albaneses, forçando-os à fuga do território da Macedónia • A polícia espanhola prende mais três presumíveis membros da ETA.

27 Terça-feira

Durante a sessão promovida pela Comissão Coordenadora Nacional da CDU para apresentação da Declaração Política, Carlos Carvalho reafirma o apoio à coligação «Mais Lisboa» • Narciso Miranda declara que não se vai candidatar à Câmara do Porto • Num ataque perpetrado por uma facção rebelde somáli, são feitos reféns funcionários da ONU e médicos «sem fronteira» • A China reconhece pela primeira vez a existência de «vários casos» de febre aftosa no país.

Aconteceu

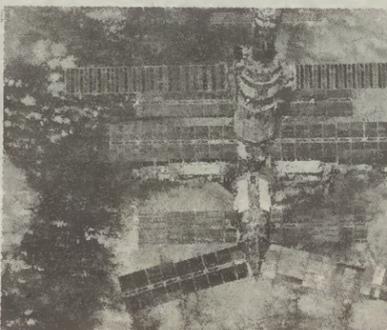
A Mir na História

Conforme programado, às seis horas e vinte minutos do dia 23 de Março, a estação espacial Mir deixou-se ver uma última vez antes de mergulhar nas águas do oceano Pacífico entre a Nova Zelândia e o Chile.

Construída e lançada ainda pela União Soviética, e inicialmente programada para uma duração de cinco anos, a Mir conseguiu na realidade uma longevidade diferente da inicialmente prevista. Durante quinze anos esta estação orbital efectuou mais de 16.500 experiências científicas cobrindo di-

versos domínios. Foi igualmente a bordo desta estação que o ser humano estudou a sua capacidade de resistência longe da atmosfera terrestre.

O complexo espacial, com um peso de 137 toneladas e 40 metros de comprimento, já tinha a sua «morte» planeada desde Outubro, e a sua destruição foi inteiramente controlada, o que levou o director da agência espacial russa, Yuri Koptev, a declarar que «terminamos um projecto formidável com dignidade. É mais um exemplo que a Rússia era e continua a ser uma grande potência espacial».



Uma noite de sonho

Uma vez mais, Hollywood reuniu-se para celebrar o melhor filme e os melhores actores do ano.

Tentando encurtar a duração da entrega dos oscars, a Academia oferecia um televisor de alta definição a quem encurtasse o seu discurso. Porém, não foi uma decisão que angariasse adeptos.

O oscar para melhor filme foi atribuído a «Gladiador» que arrecadaria assim cinco estatuetas douradas. Os oscars para melhores actores pertenceram a Julia Roberts, que recebeu a sua primeira estatueta, protagonizando o discurso mais longo e emocionante da noite, com que agradeceu especialmente a Soderbergh por ter acreditado na sua capacidade como actriz, e a Russell Crowe.

Para melhor realizador, Hollywood escolheu Steven Soderbergh e, na categoria de melhores actores secundários, foram premiados Benicio Del Toro, pelo seu papel no filme «Traffic», e Marcia Gay Harden, pelo seu desempenho em «Pollock».

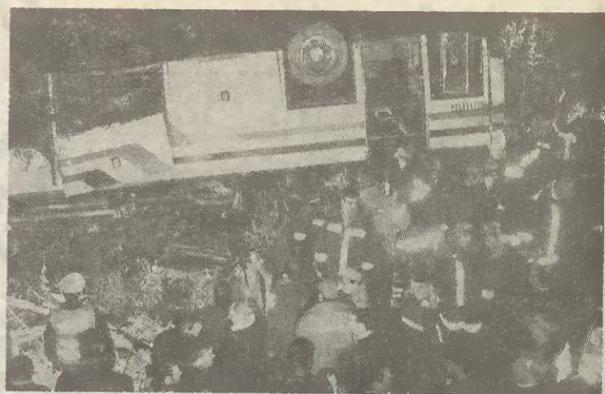
Detido «chefe» da ETA

O porta-voz do governo espanhol, o ministro Pio Cabanillas, confirma a detenção de Luís José Mitxelena Berasarte, dirigente da ETA, em Handaia.

Luís José Berasarte, mais conhecido por *Olegi*, é suspeito de ter redigido um apelo para se cometerem atentados contra jornalistas e empresários, assim como de ser, desde há alguns anos, o responsável pela passagem de todos os comandos e material da ETA pela fronteira franco-espanhola.

No seguimento desta detenção, foram efectuadas mais seis realizadas pela Guardia Civil em Espanha. Entre estes seis detidos encontravam-se dois vereadores eleitos nas listas da Euskal Herritarrok da localidade de Vera de Bidasoa, próximo da fronteira francesa.

Todos eles são também alegadamente suspeitos de pertencerem ao aparelho que se encontra encarregado de organizar a passagem dos membros da ETA nesta fronteira.



Nova tragédia na IP3

No passado sábado, o IP3 foi novamente palco de mais um acidente que provocou 14 mortos e 24 feridos, seis dos quais em estado grave.

As 36 vítimas do acidente pertenciam a um lar de idosos de Travassó de Cima, na periferia urbana de Viseu, e regressavam de uma excursão a Fátima. O autocarro que os transportava não conseguiu fazer a curva e despeñou-se numa ravina com cerca de 20 metros de altura.

As causas do acidente objectivo de chamar a atenção para a falta de segurança no IP3. Em relação a este sinistro, o major António Rosa, da BT da GNR, garantiu que o local do acidente «nunca foi considerado um ponto negro». Avelino Mesquita reagiu a esta afirmação e garantiu que a GNR está mal informada, a realidade é que «agora morreram 14 pessoas, e não há muito tempo, perto deste local faleceram dois jovens».

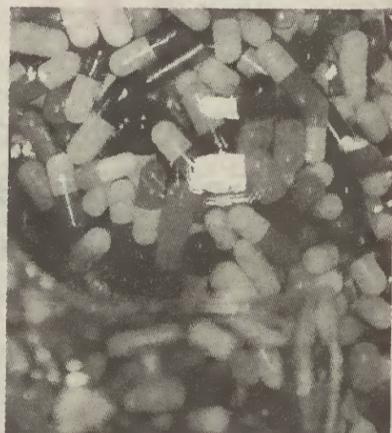
Laboratório encerrado por falta de condições

Após inspeção a um laboratório farmacêutico na Venda Nova, Amadora, a Polícia Judiciária e o Infarmed decidiram o encerramento imediato deste laboratório por prática de «contrafacção de medicamentos de outras firmas».

Uma fonte do Infarmed informou a imprensa de que esta empresa já não estava em condições de assumir responsabilidades do ponto de vista técnico por já lhe terem sido retirados os alvarás para o fabrico dos medicamentos.

O alerta em relação a este laboratório surgiu quando o Infarmed detectou, numa inspeção a varias farmácias do País, medicamentos que faziam parte do lote de 42 substâncias cujas Autorizações de Introdução no Mercado (AIM)

tinham sido revogadas. Além de enviar o processo para o Ministério Público, o Infarmed lançou igualmente um



alerta nacional e europeu juntamente com os departamentos de inspeção dos Quinze estados-membros da UE para a retirada imediata de circulação de todos os produtos fabricados por este laboratório. Esta medida surge como acautelamento de quaisquer riscos para a saúde pública.



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

«Silêncio de prata»

Uma delegação do PCP entregou na passada sexta-feira, na residência oficial do primeiro-ministro, um abaixo-assinado, com cerca de 10 500 assinaturas, reclamando o fim da presença militar portuguesa nos Balcãs, manifestando o repúdio pelo comportamento do Governo no caso da «síndrome dos Balcãs» e afirmando a solidariedade dos signatários com as populações vítimas dos bombardeamentos da NATO.

Simbolicamente, a entrega deste abaixo-assinado aconteceu na altura em que passam dois anos sobre o início dos bombardeamentos da NATO à Jugoslávia (24 de Março de 1999) e também quando as populações da região se vêem involuntariamente envolvidas numa nova escalada de violência e guerra.

A situação que hoje se vive nos Balcãs é deveras preocupante e levanta algumas questões: quem são agora os culpados pela perseguição étnica? Então, afinal Milosevic não foi afastado do Governo? Não eram ele

OS EUA e a NATO deixaram de apoiar o UCK?

e o Partido Socialista Sérvio os causadores dos problemas nos Balcãs? O UCK não era um exército de libertadores do Kosovo que lutava contra a opressão e violência do Governo Jugoslavo?

Uma das chaves de todo o problema dos Balcãs reside no UCK. O UCK (Exército de Libertação do Kosovo) tem inscrito como um dos seus objectivos finais a constituição da «Grande Albânia», um estado que incluiria territórios retirados à Macedónia, Montenegro e Grécia, além do Kosovo, retirado à Sérvia. Percebe-se assim, que a seguir ao Kosovo, se assista agora a uma ofensiva em territórios da Macedónia. É parte da estratégia do UCK.

A outra chave é a importância estratégica dos Balcãs para o imperialismo. Quer no que toca a questões de geoestratégia quer no plano económico. Os EUA e a NATO promoveram, apoiaram, armaram e treinaram o UCK, porque viram nele o instrumento para desestabilizar a região e nela instalar autênticos exércitos de ocupação. Foi a vontade de domínio e a sede insaciável de derrotar um a um todos os estados e governos que façam frente à política imperial dos EUA, como era o caso da Jugoslávia, que determinou o envolvimento norte-americano.

E agora o que se passa? OS EUA e a NATO deixaram de apoiar o UCK? Esta hipótese parece pouco plausível. Mas, por outro lado, o governo da Macedónia, exige dos seus «amigos» americanos uma acção mais determinada na condenação e contenção da ofensiva do UCK. Os EUA vão fazendo algumas declarações que parecem condenar os ataques albaneses, mas a realidade mostra-nos factos, no mínimo, contraditórios.

A NATO tem estacionados no Kosovo cerca de 45 000 soldados. O que leva uma força com a dimensão da KFOR a não interferir nesta área, convidando inclusive o antigo inimigo - o exército jugoslavo - a deslocar-se para a zona, para patrulhamento da fronteira, ficando no meio de fogo cruzado? A não ingerência???? É caso para rir!

Os dados confusos deste conflito parecem não estar ainda todos lançados. Os EUA a bem dos seus interesses na zona podem, e possivelmente estão, a jogar nos dois lados. Não seria a primeira vez.

Qual a verdadeira história? Muito ainda está por desvendar, mas o presente prova mais uma vez que a intervenção dita «humanitária» na Jugoslávia partiu de pressupostos falsos e de montagens ao melhor estilo da CIA. Os interesses que determinaram a guerra da Jugoslávia e que possivelmente estarão por detrás da actual situação na Macedónia são vários e até contraditórios se tivermos em conta as rivalidades económicas existentes entre as potências envolvidas na estratégia de dominação imperialista. Mas uma certeza é evidente: a agressão à Jugoslávia somente contribuiu para intensificar tensões e para proteger, armar e legitimar aqueles que hoje são já considerados formalmente «os maus da fita», mas que em Abril de 99 mereceram do então senador norte-americano Joseph Lieberman o seguinte elogio: «Os EUA e o exército de libertação do Kosovo [UCK] defendem os mesmos valores humanos e princípios. Lutar ao lado do UCK é lutar pelos direitos humanos e pelos valores americanos.»⁽¹⁾

As munições utilizadas pela NATO que continham urânio empobrecido são conhecidas como «silver bullet» (bala de prata - devido ao aspecto prateado da «cabeça» destas munições). Uma frase popular diz: «o silêncio é de ouro». Confrontados com a cortina de silêncio que se abateu sobre o caso da utilização de urânio empobrecido nos bombardeamentos da NATO, da qual o abaixo assinado do PCP é mais uma «vítima», podemos dizer que tal como as balas este silêncio é de prata. Porque ele é imposto e muitas vezes também mata!

Editorial

SÓLIDA CONFIANÇA

Mostra a realidade que, cada vez mais, a *opinião publicada* tende a transformar-se em *opinião pública*. Tem isto a ver, essencialmente, quer com o poder de penetração e disseminação dos meios que difundem a primeira, quer com a ausência de defesas por parte da maioria dos destinatários que fazem a segunda. Assim, por exemplo, se a generalidade da comunicação social dominante divulga persistentemente a ideia de que «os partidos» são os causadores de todos os males existentes, não lhe é difícil conseguir a aceitação mais ou menos generalizada dessa ideia e até de captar para ela precisamente aqueles que são as principais vítimas desses males. E a História está cheia de exemplos das consequências negativas desses ataques generalizados aos partidos - exemplos que os promotores de todas as cruzadas deste tipo seguramente conhecem...

“O reforço da influência do Partido passa pela reposição da verdade sobre o que ele de facto é”

Na situação concreta que vivemos, a responsabilização «dos partidos» por tudo o que de mal acontece e existe constitui, ainda, uma manobra de diversão com dois objectivos imediatos: o de ilibar a política de direita das suas responsabilidades e o de fazer crer que «os partidos são todos iguais». Com efeito, atribuindo as culpas de todos os males à acção dos partidos em geral, absolvem a política de direita, que é de facto a causa essencial desses males - com a agravante de ocultarem o facto de ela ser praticada e defendida por alguns partidos (PS, PSD e CDS/PP, em concreto) e combatida por outros (com destaque particular para o PCP).

A cresce que, não obstante esta generalizada visão negativa dos partidos, a comunicação social dominante utiliza critérios díspares na avaliação das práticas partidárias, utilizando dois pesos e duas medidas consoante se trate do PCP ou de qualquer dos restantes partidos nacionais. Essa disparidade é particularmente visível na abordagem de questões relacionadas com o funcionamento interno dos partidos: enquanto que, em relação à generalidade dos partidos, independentemente de divulgarem ou não aspectos das suas vidas internas, jamais ligam a matéria divulgada a quaisquer normas de funcionamento interno dos respectivos partidos, quando se trata do PCP a divulgação, quer de verdades quer de falsidades, surge sempre tendo como pano de fundo uma severa crítica ao seu funcionamento interno com todas as baterias apontadas para o centralismo

democrático. Passando como gatos sobre brasas pelo facto, incontestável e incontestado, de em todos os partidos políticos existir uma componente centralista e atribuindo ao centralismo existente no PCP sinistras e perversas intenções, esses órgãos de comunicação social estão - quer se apercebam disso ou não - a disparar contra a vertente democrática desse centralismo e a defender a sua inexistência nos restantes partidos. Ou seja: ao centralismo democrático preferem o centralismo *tout court*...

A preparação de um congresso é um momento particularmente propício à detecção, por qualquer observador interessado, do que distingue os diversos partidos em matéria de funcionamento interno.

A título de exemplo, veja-se e compare-se os processos preparatórios do último congresso do PCP e do congresso que o PS está em vias de realizar e atente-se no comportamento dos *media* face aos dois casos: no primeiro caso (e sem ignorar insuficiências e dificuldades) tivemos a participação activa de milhares de militantes comunistas na definição das orientações do Partido; o debate amplo e aberto em torno de opiniões muitas vezes diferentes e até divergentes; a síntese dessas opiniões traduzida na Resolução Política aprovada pelo colectivo partidário - e tudo isto, como vimos, ouvimos e lemos, debaixo de um fogo cerrado de acusações de falta de democraticidade disparado, com raras excepções, pela generalidade da comunicação social; no segundo caso, assistimos a exibições individuais dos líderes e dos respectivos *staffs*; à definição das orientações partidárias por um pequeníssimo núcleo de *eleitos*; à relegação da imensa maioria dos militantes para a posição de espectadores passivos ou, na mais favorável das leituras, de objectos votantes - e tudo isto, como podemos observar, sob o manto diáfano do silêncio mediático no que respeita à fragilidade democrática de tal método.

Esta situação coloca ao PCP a necessidade de um esforço acrescido na sua intervenção geral: a necessidade de, paralelamente à intensificação e ampliação da sua actividade, fazer chegar mais longe a sua imagem real, levar junto de um número crescente de portuguesas e portugueses a verdade sobre aquilo que é - demonstrando que a *opinião publicada* não corresponde à realidade, antes pelo contrário a deturpa e subverte quer em relação ao PCP quer em relação aos restantes partidos. O reforço da influência social, eleitoral e política do Partido, passando necessariamente por um reforço orgânico, por uma mais forte ligação às massas e aos seus problemas, passa também por esta reposição da verdade sobre o que ele de facto é.

O ainda incompleto balanço das iniciativas levadas a cabo no âmbito das comemorações do 80.º aniversário do Partido mostra já, e com grande clareza, as potencialidades existentes com vista a esses objectivos. Muitos milhares de militantes e simpatizantes comunistas - e entre eles muitos e muitos jovens - têm participado, em todo o País, nessas iniciativas. E a sua postura determinada e combativa evidencia disponibilidades que nos permitem encarar com sólida confiança as batalhas do presente e do futuro.

(1) *Washington Post*, 28 de Abril de 99.

Actual

Fazer futuro

• José Casanova

Na quinta-feira passada, Miguel Portas gastou parte da página que o «Diário de Notícias», generosamente, lhe concede todas as semanas, para «analisar» os resultados do PCF nas eleições municipais francesas. A dado momento, ensaiando uma profecia sobre a opinião que «os comunistas portugueses poderão» ter sobre a matéria, resolveu adiantar a sua resposta à opinião profetizada... Conventamos que tal método, não sendo original, não deixa de ser curioso: Portas faz a festa, deita os foguetes e apanha as canas – isto é, aplaude-se.

Decidiu o preclaro analista que «os comunistas portugueses» atribuirão «a queda do PCF ao facto deste participar no Governo». Ponto final. E desenvolve, depois, a resposta à opinião simplista que ele próprio decretou ser a dos «comunistas portugueses» – resposta que, diga-se, padece de um simplismo no mínimo semelhante à invenção que lhe deu origem.

Não valendo a pena gastar cera com tão ruim análise, parece necessário, no entanto, sublinhar duas ou três coisas que, tendo a ver também com os resultados eleitorais do PCF, dizem respeito aos comunistas de todo o Mundo e aos problemas que a situação actual lhes coloca.

Vê quem quer que o tempo que hoje vivemos é um tempo difícil para os comunistas. A nova ordem imperialista dominante, nascida da profunda alteração da correlação de forças decorrente da derrota do socialismo no Leste da Europa, coloca dificuldades e obstáculos maiores à luta dos comunistas em todas as frentes e, de uma forma particular, à luta eleitoral. E estou em crer que os maus resultados do PCF nas recentes eleições municipais decorrem, em grande medida, dessa realidade.

O assumir consciente dessas dificuldades e a definição rigorosa da sua natureza e da sua dimensão, são condições indispensáveis para as combater e superar e constituem um desafio decisivo para todos os parti-



dos comunistas no momento actual. E essa é uma batalha que, travada com firmeza e determinação, é para ganhar. A meu ver, ilude-se quem pensar que a superação das dificuldades e dos obstáculos existentes se consegue pelos caminhos do abandono de princípios e de características essenciais dos partidos comunistas. São vários os exemplos de partidos que, optando por esses caminhos, não só não reforçaram como enfraqueceram substancialmente a sua influência social, eleitoral e política. E são vários, igualmente, os exemplos dos que, resistindo e afirmando-se, fazem futuro.

Franquezas

• Leandro Martins

As coisas não são apenas como são e muitas vezes valem pela aparência delas, já todos sabíamos. Por isso costumamos avaliar o discurso em função do que o orador usa fazer, em vez de o considerar no que é dito. E, quanto ao discurso político, é de bom aviso que assim se proceda, caso não se queira ir ao engano, ao voto errado e inútil, à esperança vã. Ressalvamos, como excepção, o que os comunistas afirmam ou negam, ancorados que estão numa prática antiga de verdade que rejeita o eleitoralismo da frase e prefere a certificação das lutas por objectivos próximos, a persistência no caminho esperançoso dos mais longínquos e apresenta o aval da resistência e da obra feita. Na excepção não estamos, porém, só; acompanhamos aqueles que nos escolhem e a quem escolhemos por aliados e companheiros numa prática pautada pelos mesmos valores essenciais.

Raríssimo é que um político do «outro lado» não ceda à tentação de enfeitar o seu projecto enfeudado aos interesses do capital com as redondilhas da «preocupação social». Mas foi o que aconteceu, recentemente, na entrevista que Durão Barroso «concedeu» a uma revista semanal, proporcionando ao leitor uma

«visão» mais clara dos propósitos deste, entretanto, líder do PSD.

Desembaraçando-se das papas na língua e da retórica de «esquerda» com que tem vindo a bombardear o Governo de Guterres, Barroso, que afirmou já ter o «seu» governo «na cabeça», abre o jogo. Propõe o «crescimento zero» no funcionalismo público, eufemismo com que ainda assim disfarça o propósito de fazer crescer o desemprego e diminuir a qualidade do serviço público; adianta que «se os portugueses quiserem ter um sistema de Saúde que funcione, é mais correcto ser pago pelas pessoas», reeditando a velha máxima de que «quem quer saúde, paga-a»; ressuscita a «libertação» do Estado das suas obrigações, com a «redução drástica da despesa (...) de modo a libertar recursos para o sector privado»; insiste na privatização de mais empresas, nomeadamente no caso da Caixa Geral de Depósitos, objectivo glutão do capital, disfarçado de financiamento de uma

«verdadeira reforma da Segurança Social». Com esta sinceridade, quem o compra? Certamente não será o eleitorado. Mas as eleições vêm longe e talvez, como os entrevistadores se aperceberam, seja tempo para Barroso «convencer o grande capital de que é alternativa»...



Os ilírios

• Anabela Fino

«Como toda a gente aprendeu na escola, os ilírios são um povo antigo...» Foi mais ou menos assim, se a memória me não falha, que há coisa de dois anos o primeiro-ministro António Guterres se referiu aos albanos-kosovares para justificar a suas pretensões independentistas, a agressão da NATO à Jugoslávia e a subversão do Governo português à NATO.

A afirmação surpreendeu muito boa gente ciosa do seu aprendizado, que por mais voltas que desse à memória não descortinava os ilírios que Guterres garantia fazerem parte dos compêndios. Sei até de quem, incomodado com tão imperdoável lapso, se deu ao trabalho de investigar nos canhenhos da infância. Nada. De ilírios nem rasto. Inconformados, alguns mais persistentes meteram mãos à obra e lançaram-se à investigação, vasculhando livros de História e enciclopédias



várias. O esforço valeu a pena, já que descobriram a Ilíria, «região balcânica montanhosa, ao longo do Adriático, e que compreende a Istria, a Caríntia e a Carníola».

À alegria da descoberta somou-se entretanto a surpresa, pois a fonte, insuspeita, informava: «População eslava.» Eslava? Afinal não era albanesa? Ou será que os albaneses afinal são eslavos? E se são eslavos, como é que afinal se afirmam de uma etnia diferente?

Mas as surpresas não ficaram por aqui. Sempre segundo a douta enciclopédia, mais se apurou que a Ilíria, «durante o primeiro Império (1809-1814), formou, com a Dalmácia, as Províncias Ilíricas». E a rematar: «Pertence à Itália, à Jugoslávia e à Áustria.» Nem mais.

Posto isto e os factos, ou os ilírios

de Guterres não são ilíricos, ou os austríacos que se cuidem. Um dia destes ainda lhes aparece por lá um UCK a reivindicar um pedaço de território.

Dir-se-á que a hipótese é absurda. Será. Mas o que sucederia se os povos, ou alguém por eles, com uma ajudinha da NATO e dos prestimosos defensores dos ilírios deste mundo, decidissem vasculhar a História e redefinir as fronteiras? É bom lembrar que nem todos quiseram, ou puderam, como os EUA, matar impunemente todos os índios do seu passado.

Veja-se o caso da Macedónia, à beira de uma guerra civil com os alegados ilírios de Guterres. Os maus ilírios, ao que consta, mas seguindo o raciocínio do nosso primeiro-ministro, tão legítimos quanto os outros. As voltas que o mundo dá!

Guterres, que ao que se sabe até nem é ilírio, um destes dias ainda nos há-de explicar que, «como toda a gente aprendeu na escola», quem sabe dessas coisas dos bons e dos maus são os amigos americanos.

Frases

«[No futebol português] sabem todos de direito desportivo, andam por lá mais advogados e juizes do que professores de Educação Física»

(Óscar Mascarenhas, *Diário de Notícias*, 21.03.01)

«Todas as notícias que chegam do actual TPI me levam a suspeitar, cada vez mais, das suas intenções e procedimentos. A melhor prova reside no encarniçamento da juíza Carla Del Ponte contra o governo legítimo da Sérvia para que lhe entregue o antigo presidente Milosevic»

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 23.03.01)

«As ameaças da senhora Del Ponte fazem pensar nos piores efeitos do que seria uma «república internacional de juizes» protagonizada por quem se arroga o direito de decidir o que é melhor para cada povo!»

(idem, *ibidem*)

«Ao ponto a que as coisas chegaram, não percebo o motivo pelo qual nenhum dos canais se lembrou de inventar um concurso centrado na luta entre os leões e os homens»

(Maria Filomena Mónica, *Público*, 23.03.01)

«A ponte [de Entre-os-Rios] terá caído pura e simplesmente porque caiu o Estado»

(Mário Castrim, *Tal & Qual*, 23.03.01)

«A insustentável leveza do intrépido autarca da Figueira [Pedro Santana Lopes] caracteriza-se pela multiplicidade dos compromissos efémeros que vai assumindo, sem aquecer os lugares (...) É um salta-pocinhas. Já o doutor Paulo Portas parece ser mais persistente, embora não menos inconstante. Muda de ideias com a mesma velocidade com que muda de gravata (...) É um catavento. Não é propriamente um perdedor, mas também não é exactamente um vencedor. É, isso sim, um predador»

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 24.03.01)

«Onde estavam os bons ocidentais no dia em que os libertadores afegãos deixaram cair a máscara? Provavelmente no resguardo providencial das suas democracias. E quantos deles conhecem Chiapas? O que sabem do subcomandante Marcos?»

(Helena Matos, *Público*, 24.03.01)

«Encontrem lá o que tiverem de encontrar, mas não me chateiem mais!»

(António Saleiro, comentando a reabertura do processo judicial onde é acusado de corrupção, *Público*, 24.03.01)

«A despesa brutal do Estado tem sido desbaratada em benefício de uma classe próspera e gastadora, que parasita os partidos em troca de votos e caciquismo. Mais do que reformas, é urgente uma vassourada. Geral e democrática»

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 26.03.01)

«Como dirigente desportivo peço ao ministro das Finanças que mande fazer uma fiscalização tão rigorosa e séria às contas dos partidos como às dos clubes. Se tiver coragem»

(Pinto da Costa, *O Jogo*, 26.03.01)

● Miguel Inácio
texto
● Sérgio Morais
e António
Carvalho
fotos



Milhares de trabalhadores encheram a Avenida da Liberdade com bandeiras vermelhas

Milhares de trabalhadores manifestam-se contra moderação salarial

Mais emprego, menos precariedade

Em defesa de melhores salários e contra a precariedade do emprego, milhares de trabalhadores, ao apelo da CGTP-IN, manifestaram-se em Lisboa e no Porto, reivindicando empregos de qualidade.

A luta por um emprego de qualidade levou este sábado milhares de trabalhadores a saírem à rua, em Lisboa, para manifestarem as suas reivindicações, cumprindo assim mais uma etapa do percurso traçado pela Intersindical no seu último con-

gresso: a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores, contra os salários baixos e a precariedade do emprego em Portugal.

A manifestação decorreu entre o Saldanha e os Restauradores, enchendo de gente a Avenida da Liberdade com bandeiras vermelhas e cartazes com palavras de ordem, como «Mais salários, precarie-

dade não!» e «Temos direito a viver melhor».

No fim da manifestação foi aprovada uma resolução apresentada por Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, que reafirmou a política reivindicativa que a central sindical tem vindo a defender, face aos modelos de crescimento económico que os vários governos têm seguido nos últimos anos.

«Estamos num país onde os empresários não estão habituados a apostar no investimento, na organização e na gestão e portanto a solução dos problemas estruturais é cortar nos custos, ou seja, cortar nos salários, cortar nos direitos dos trabalhadores. Isto é

escandaloso!», afirmou Carvalho da Silva.

Na resolução aprovada pelos manifestantes afirma-se a necessidade de serem tomadas medidas e orientações políticas que valorizem a força de trabalho, promovam a criação de emprego de qualidade, com formações e qualificações profissionais adequadas.

Melhores condições de trabalho, melhores salários, horários de trabalho de 35 horas semanais, melhor protecção social e políticas sociais que garantam uma vida digna aos trabalhado-

res são outras das reivindicações descritas no documento.

750 mil precários

Para a CGTP, o problema mais grave com que os trabalhadores se confrontam é o da elevada e crescente precariedade do trabalho que abrange 750 mil trabalhadores, dos quais 42 por cento são jovens.

Mas este não é o único problema que afecta os mais novos. Como referiu Carvalho da Silva, apesar

dos muitos milhões de contos disponibilizados às empresas, a qualidade do emprego não evoluiu, estando, por isso, mais de 30 mil jovens licenciados no desemprego ou em ocupações não qualificadas e precárias.

«Os patrões ganharam o hábito de pegar nos lucros das empresas, nos milhões de contos que lhes são oferecidos para a criação de emprego e em vez de investirem na organização, na gestão e nas tecnologias, depositam-no nas suas contas privadas. É tempo

de os trabalhadores portugueses dizerem que isto é uma atitude indigna, e que este não é o caminho do futuro», afirmou.

Em Portugal, um número elevado de trabalhadores recebe salários significativamente abaixo das suas necessidades vitais e correntes. «Os trabalhadores portugueses tem um salário mínimo de 67 contos. Lembremos que o salário mínimo mais baixo da União Europeia a seguir ao nosso é o grego, com 91300 escudos» salientou o secretário-geral da CGTP.

Jornada de luta no Porto

Pelo direito a uma vida melhor

A possibilidade do mau tempo estragar a Jornada Nacional de Luta dinamizada pela CGTP-IN não intimidou os vários milhares de trabalhadores que se manifestaram no passado sábado, pelas ruas do Porto.

A Praça Marquês de Pombal e o Jardim do Morro, respectivamente no Porto e em Gaia, concentraram trabalhadores vindos de Braga, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Guarda, Coimbra, Aveiro e, naturalmente, do Porto, que desfilaram em luta pela efectivação dos direitos laborais e salariais e pelo direito a uma vida melhor.

Animados pela Associação Filarmónica de Parada de Todeia e pelo Grupo de Bombos de Vandôma os trabalhadores deslocaram-se em manifestação até à Avenida dos Aliados, expressando a sua condenação do modelo de desenvolvimento do nosso país, assente em baixos salários e emprego precário, e protestando contra a política de repartição de riqueza. Nas próprias palavras de João Torres, coordenador da USP, a política de desenvolvi-

mento do país implementada pelo PS é geradora de contradições entre a «concentração de lucros e aumento das fortunas e o crescimento proporcional da faixa dos que pouco ou nada têm».

Criticando a insensibilidade do Governo do PS para com os problemas reais dos trabalhadores, João Torres salientou sobretudo a hipocrisia dos recentes conselhos do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, quando apela à moderação salarial num país onde uma «imensa faixa de trabalhadores que vivem com 70 ou 80 contos mensais é obrigada a coexistir com o crescimento desmesurado de lucros, com grandes fortunas que aparecem de forma obscura e com o salário principesco atribuído a alguns gestores públicos».

«É uma vergonha que num Estado que se diz democrático, e de direito, os

trabalhadores paguem em média 210 contos de IRS, os trabalhadores liberais paguem 174 contos e os empresários paguem apenas 7 contos», denunciou João Torres, ironizando que afinal «é no Portugal de Abril que os trabalhadores exploram os seus patrões».

Todas estas razões fundamentaram a aprovação unânime de uma resolução em que os trabalhadores presentes na Jornada se comprometeram a prosseguir e intensificar a luta reivindicativa nas empresas, a reforçar a solidariedade, unidade e acção entre todos os trabalhadores e a mobilizar-se para que o 1.º Maio seja, de novo, uma grande afirmação de vontade e querer dos trabalhadores portugueses, no caminho para o desenvolvimento e o progresso do País.

● José Pedro Rodrigues



Trabalhadores de toda a região Norte desfilaram na Avenida dos Aliados



● Isabel
Araújo
Branco

Amável Alves, da CGTP-IN

Trabalhadores estão mais combativos

Amável Alves, da CGTP-IN, faz um balanço muito positivo das manifestações e afirma que a combatividade dos trabalhadores está a aumentar. O dirigente sindical fala ainda do fenómeno da imigração e da emigração.

– Que balanço faz a CGTP das manifestações?

– Milhares de trabalhadores vieram à rua, o que revela o estado de descontentamento elevado que se vive no nosso país. Já tínhamos verificado isso, através da luta reivindicativa que se estão a desenvolver nas empresas. Há, da parte do patronato, a intenção declarada de bloquear a negociação, não deixar subir os salários para a melhoria do poder de compra e dos salários reais.

Esta questão tem vindo a agravar-se. O modelo dos baixos salários e da precariedade está caduco. Toda a gente dá a ideia de que está de acordo com isto, mas, na prática, a situação não se altera. Aliás, os resultados da negociação colectiva deste ano vão nesse sentido. Continua a haver uma grande pressão para não deixar crescer os salários. A entrada no mercado de trabalho dos novos trabalhadores faz-se fundamentalmente através de contratos precários. A precariedade tem vindo a crescer em Portugal. Neste momento, cerca de 20 por cento dos trabalhadores têm vínculos precários.

– Sobretudo jovens?

– Destes, 42 por cento são jovens. Mas não são só os jovens. Há muitas empresas a reduzir o pessoal através de rescisões de contratos e esses trabalhadores, que são considerados pelas empresas como sendo de uma certa idade, são pessoas relativamente novas, com menos de 50 anos. Estes trabalhadores têm um vínculo laboral efectivo e, quando vão procurar emprego, ficam com contratos precários.

– Esta jornada de luta procura lutar contra a moderação dos salários e a precariedade. Esses são os principais problemas dos trabalhadores?

– Sem dúvida. Mas, a esses

Os trabalhadores têm um nível de escolaridade superior aos empresários

dois problemas tem de se acrescentar outros. Quanto aos salários baixos, não tem havido um crescimento real, alguns casos nem acompanham a inflação. Há centenas de milhares de trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional. Os salários dos portugueses é três vezes inferior à média da União Europeia.

Há outro dado que nos preocupa. A inflação em 2001 tem vindo a crescer. Em Fevereiro, o nível da inflação anual era de 3,3 por cento. Isto quer dizer que os sectores que, por imposição patronal, tiveram aumentos salariais próximos ou inferiores a estes valores têm uma perda de poder de compra.

Outra componente são as condições de trabalho. A sinistralidade laboral em Portugal é muito alta. É uma autêntica tragédia o que se verifica. Nos últimos 5 anos, em média anual, morreram cerca de 620 trabalhadores por acidente laboral. Isto para além dos muitos milhares de trabalhadores que ficaram imobilizados para o resto da vida. Esta é uma situação que tem de ser corrigida, mas não vemos medidas nesse sentido.

– Quando se fala em acidentes de trabalho, pensa-se logo na construção civil. Mas ocorrem também noutras áreas?

– Pelo volume de emprego e pelas condições específicas de trabalho da construção civil, é aqui que se verifica o maior índice de sinistralidade. Mas este é um problema que atravessa todas as actividades do nosso país. Quando as condições de trabalho são más – como é o caso –, há maiores probabilidades de acidente. Existe a ideia de que a melhoria das condições de trabalho é um custo para as empresas, em vez de ser entendida como um investi-

mento. Para além de ser uma questão social e humana, a melhoria das condições beneficiam o funcionamento das próprias empresas.

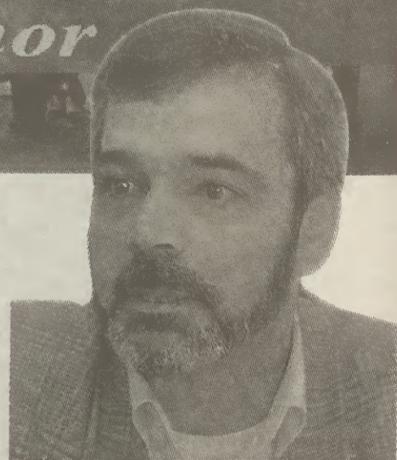
Outro aspecto é a qualificação dos trabalhadores. O patronato apostou na existência de mão-de-obra barata e precária, sem se preocupar em fazer investimentos nas novas tecnologias e em novas formas de organização das empresas. Durante muitos anos não investiram na formação dos trabalhadores, mas não só: os empresários em Portugal têm um baixo

índice de qualificação. Os números dizem inclusive que os trabalhadores têm, em média, um nível de escolaridade superior aos empresários.

– O Governo e o patronato apresentam os baixos salários e a precariedade do trabalho como formas de responder ao baixo nível de produtividade e à perda de competitividade. Qual a posição da CGTP?

– Quando os trabalhadores são mal pagos, têm um vínculo laboral que não lhes dá

Em 2000, a CGTP fez mais de 55 mil sindicalizações e foram eleitos cinco mil novos delegados sindicais



nenhuma garantia de futuro, numa empresa que não investe na formação – quando isto acontece, não têm condições para concorrer. É preciso apostar na formação, dar melhores salários que dignifiquem os trabalhadores. Essa é a alteração profunda que se deve dar no nosso país.

Outra coisa que detectamos é que há uma tentativa de perpetuar este modelo também através da vinda em massa de imigrantes. Quando não se aplica a legislação nem o contrato colectivo de trabalho, quando se utiliza

mão-de-obra clandestina, quando se obriga o trabalhador a ter jornadas de trabalho enormes está-se a tentar perpetuar a situação.

A vinda à rua dos trabalhadores demonstrou também um aumento da combatividade. A ideia de que não se pode continuar assim está a correr vários sectores. Os trabalhadores estão a reagir com novas formas de luta.

– Mais do que anteriormente?

– Sim. Os trabalhadores não aceitam trabalhar nas condições actuais.

Apesar das represálias

Vínculos precários incentivam luta dos jovens

– A precariedade no emprego contribui para fomentar a passividade e impedir a luta?

– É esse o objectivo. Mas há empresas e sectores que, apesar de já terem um índice elevado de trabalhadores precários, quando esses trabalhadores são envolvidos em iniciativas sindicais aderem de forma entusiástica, normalmente a juventude. Temos experiências de muitos jovens com vínculos precários que, quando são chamados à luta, vêm de forma muito entusiástica. Apesar de estarem mais condicionados a lutar, aderem com muita força.

– Normalmente, sofrem algum tipo de represálias?

– Há casos e casos, mas normalmente, quando os trabalhadores se envolvem de forma massiva, o patrão não tem condições para tomar qualquer tipo de medidas. A questão é que não há alternativa. Ao fim de algum tempo de estarem no mercado de trabalho, os jovens percebem que estão a ser alvo de uma extrema exploração e logo se tornam receptivos à mensagem sindical de que é preciso lutar para alterar. Normalmente fazem duas coisas: ou revoltam-se na empresa e conseguem melhores condições ou saem para o estrangeiro. Isto acontece muito na hotelaria.

– Quais as consequências desta situação para as famílias?

– São as condições de vida das pessoas. Hoje, para ter uma habitação condigna e com o recente aumento das taxas de juro, uma parte substancial do

rendimento familiar vai para a casa. E depois há as outras necessidades das pessoas. O patronato procura secundarizar as necessidades dos trabalhadores (no horário de trabalho, nas férias, no descanso semanal) e isto desorganiza a família. Não há condições para organizar uma vida social e familiar como têm direito, o que tem como consequências as chamadas disfunções familiares e sociais.

– Há uns anos prometia-se que, com as novas tecnologias, o tempo livre aumentaria muito.

– Isso faz lembrar a questão da aproximação dos salários ao nível europeu. Após estes anos todos, verificamos que nos estamos a afastar. Se são introduzidas novas tecnologias e simultaneamente não é dado aos trabalhadores a redução dos horários de trabalho nem o crescimento dos salári-

os, há um aumento da acumulação da riqueza do patrão. É aqui que se insere a nossa reivindicação das 35 horas de trabalho semanal.

– Com esta situação é difícil fazer novas sindicalizações? Em 2000, a CGTP fez mais de 55 mil sindicalizações e foram eleitos quase cinco mil novos delegados sindicais.

– Ultrapassámos os objectivos a que nos propusemos, o que não significa que estejamos satisfeitos. Pretendemos ir mais além. Estes dados mostram que, ao contrário do que alguns «mensageiros da desgraça» diziam, o sindicalismo está vivo e é uma necessidade objectiva das pessoas, que precisam de se organizar para se defenderem. As formas de sindicalizar mudaram e é isso que estamos a fazer.



Testemunhos

Edviges Penas

Desempregada há oito anos

Com 45 anos, Edviges Penas reside no concelho de Alenquer, trabalhou na Fábrica Lanifícios Tejo, e devido a uma falência fraudulenta ficou desempregada há cerca de oito anos e nunca mais conseguiu arranjar emprego.



Após o seu despedimento, começou à procura de trabalho mas «quando chegava à porta de alguém para pedir emprego, a primeira coisa que me perguntavam era a minha idade. Como tinha 37 anos, já me consideravam velha para trabalhar», lamentava-se Edviges.

«Não há empregos para nós, nem mesmo para os mais jovens. Como ainda não consegui receber a minha indemnização, e ainda sou nova para

me reformar, tenho que me governar com o ordenado do meu marido, que é pouco mais do que o salário mínimo», afirmou.

Edviges Penas, refere ainda que a situação familiar não foi fácil nos últimos anos. «Agora as minhas filhas já são crescidas e trabalham, embora a contratos a prazo, mas há oito anos elas ainda não trabalhavam, andavam na escola e quando fiquei desempregada a vida não correu lá muito bem», afirmou.

A seu ver, «a culpa é dos nossos tribunais que não funcionam. A justiça é lenta e o Governo não pressiona os tribunais nem as entidades patronais para que a justiça junto dos trabalhadores se exerça», concluiu.

Elsa Trageto

Seis anos

de contratos a prazo



Elsa Trageto sempre trabalhou com contratos a prazo no ramo dos têxteis, no Barreiro. Com apenas 30 anos de idade, já conta com vários e curtos contratos de trabalho a prazo, sempre como operária têxtil.

«Quando ainda era miúda comecei a trabalhar na costura. Primeiro fui para o turno da noite, passados alguns meses passei para o diurno. Os subempregados para quem eu trabalhava faziam-me contratos de

seis, sete meses, depois vinha para a rua. Passados dois ou três meses em casa, o Fundo de Desemprego voltava a chamar-me, estando nestas condições durante mais de seis anos.»

Entretanto, a empresa onde Elsa Trageto trabalhava fechou há cerca de dois anos, despedindo os cerca de 500 operários e ficando a dever salários, não só a ela como a todos os operários que lá laboravam. Ainda hoje não os receberam. «Fomos todos despedidos, e na zona do Barreiro muitas das fábricas têxteis a fechar. A procura de um novo posto de trabalho é muito difícil, mesmo para uma pessoa da minha idade.»

«Agora estou a trabalhar na Triunfo. Comecei em Novembro com um contrato de sete meses, mas não sei se o vou renovar, não estou a ver grandes perspectivas de futuro naquela empresa», afirma.

Maria Augusta

Cinco anos

à procura de emprego

Maria Augusta trabalhou numa fábrica de lanifícios durante 24 anos em Alenquer, que entrou em falência há uns anos. «Estive cerca de cinco anos à procura de emprego e agora com 44 anos de idade estou empregada numa fábrica de construção no Carregado, com um contrato efectivo, após vários anos de contratos a prazo.»



Com um ordenado de 85 700 escudos brutos, Maria Augusta diz que, «como o marido não consegue levar para casa um ordenado suficiente para as necessidades da família, a mulher tem que ir trabalhar, para ajudar nas despesas da casa.»

Com um filho que ainda não está na escola e uma outra que já tem a

«vida dela», Maria Augusta lamenta-se pelo facto de a filha mais velha não ter podido entrar para o ensino superior, tentando uma melhor carreira profissional. «Não sei se teria possibilidades de conseguir manter a minha filha numa universidade.»

Agora a maior preocupação de Maria Augusta é de não perspectivar um melhor futuro para o filho. «Não vejo grandes perspectivas nem para nós nem para os jovens, é preciso lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho.»

Trabalhadores do Zoo, cinemas e transportes urbanos em greve

Lutas laborais acentuam-se

Trabalhadores de vários sectores entraram em greve esta semana, exigindo aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho.

«Basta de promessas», pedem os trabalhadores dos transportes urbanos colectivos dos serviços municipais, municipalizados e de empre-

sas públicas, em greve ontem e hoje. O protesto serve para reivindicar a correcção das injustiças criadas com a revisão do regime de carreiras operada em 1998, a uniformização do módulo de tempo para a mudança de escalão em três anos e a con-

tagem de tempo de serviço a trabalhadores que transitaram para a carreira de revisor e encarregado do movimento.

Os trabalhadores pedem ainda a regulamentação da lei do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, aprovada há três anos.

Os trabalhadores do Jardim Zoológico de Lisboa estiveram ontem em greve, por uma revisão justa do Acordo de Empresa e por

aumentos salariais que reponham o poder de compra.

Num comunicado, a Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo acusa a administração do Zoo de ser responsável pelo conflito. «A atitude assumida pela administração no processo negocial tem primado pela ausência de respostas concretas às propostas sindicais e pelo arrastamento das negociações», afirma.

Na segunda-feira, foi a vez dos trabalhadores dos cinemas estarem em greve, exigindo aumentos salariais. «A teimosia patronal provoca os trabalhadores e preju-

dica o público», lê-se numa nota distribuída pelo SINT-TAV.

«No ano 2000, as empresas tiveram lucros de várias dezenas de milhões de contos, mas para os trabalhadores só restam uns tostões. Há cinemas em centros comerciais que, aos fins-de-semana, chegam a arrecadar cerca de 13 mil contos, dos quais dois mil em pipocas», denuncia o sindicato.

A esmagadora maioria dos trabalhadores recebe salários entre os 65 e os 91 mil escudos. O patronato propõe aumentos de três mil escudos, subsídios de refeição de 650\$00 e diuturnidades no valor de 1800\$00.

Greve na Indelma



Os trabalhadores da Indelma estiveram em greve na sexta-feira, protestando contra a transferência da produção de cablagens eléctricas para fábricas da Siemens da Turquia e da Lituânia.

Concentrados em frente à residência oficial do primeiro-ministro, os trabalhadores exigem que o Governo garanta os seus postos de trabalho e suspenda todos os programas de apoio à Siemens, bem como a devolução ao Estado dos mais de 10 milhões de contos de apoios e incentivos que a empresa recebeu.

Os trabalhadores pedem ainda o afastamento da Siemens do concurso público para o metro de superfície da Margem Sul.

Numa carta dirigida a António Guterres, os trabalhadores acusam o Governo de nada ter feito para contrariar a Siemens e assegurar os interesses nacionais. No documento, denunciam que o Governo atribuiu recentemente mais de 70 mil contos à Indelma, destinados à modernização industrial, quando a empresa já estava a ser desmantelada e os seus equipamentos e produção a ser transferidos.

Os 1900 trabalhadores da Indelma vivem momentos drásticos, tanto mais que o único cliente que lhe resta, a Autoeuropa, diminuiu as suas encomendas, situação que gera quotidianamente novos desocupados e excedentários.

Salários baixos nos têxteis de Santo Tirso

Inserida na Jornada Nacional com os Trabalhadores, a Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP realizou uma série de contactos e distribuições de documentos aos trabalhadores em várias empresas do concelho.

Nessas iniciativas, verificou-se que o patronato têxtil persiste com uma atitude de manutenção de políticas de baixos salários e fraca competitividade.

Na maioria das empresas, os patrões limitaram-se a aplicar a orientação da associação patronal, ou seja, passaram o salário de 66.300\$00 para 69.500\$00 para a maioria dos trabalhadores. Em algumas empresas o patronato limitou-se apenas a aplicar o salário mínimo nacional. «Talvez sejam estes que se queixam de não arranjar quem queira trabalhar», comenta a concelhia.

Tribunal proíbe subsídio

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Évora manifestaram-se anteontem em frente ao Governo Civil, protestando contra a decisão do Tribunal de Contas de considerar ilegal o pagamento pela autarquia dos subsídios de disponibilidade, insalubridade, esforço e de secretariado. O tribunal condenou ainda a Câmara Municipal a repor os 6350 contos pagos sob a forma de subsídios entre 1993 e 1996.

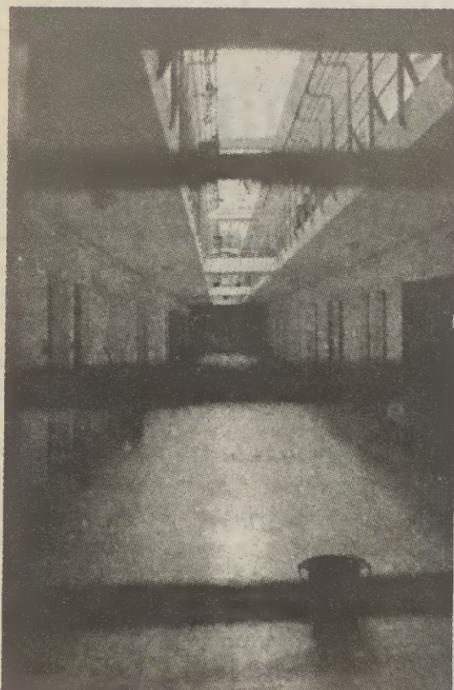
O município já recorreu da sentença, pondo em causa a decisão judicial, pois foi ignorado o facto de a lei contemplar este tipo de suplementos.

Face a esta situação, a Câmara não irá requerer os trabalhadores em situações de emergência fora do horário normal, a partir do próximo domingo. Isto significa que deixa de ser possível responder às situações de emergência do concelho.

O estado do sistema prisional

• José Martins

As manifestações de revolta que, ciclicamente, eclodem nas prisões portuguesas não são mais que o natural reflexo de uma crise mais vasta em que os sistemas judicial e penitenciário há longos anos estão mergulhados. Uma justiça com um conteúdo vincadamente de classe (*suave* para os poderosos e criminosos de colarinho branco e de *mão pesada* para os deserdados e toxicod dependentes-doentes) e pressionada pelos gritos históricos da direita de mais *autoridade de Estado*, acaba por contribuir, numa relação de causa e efeito, para uma das maiores taxas de presos preventivos da Europa (4052) e para a sobrelotação das cadeias, que detêm uma taxa de ocupação, que os números oficiais registam de 119%, mas que na realidade é seguramente bem diferente e para pior.



Mas a face perversa da situação dos preventivos espelha-se na libertação/absolvição anual de cerca de 2000 presos que, na maioria dos casos, quando finalmente chegam às barras dos tribunais, sofrem condenações equivalentes às penas já cumpridas, o que serve para justificar/ocultar a precipitação ou erro da decisão judicial. E conhecendo-se, como se conhece, a promiscuidade existente nas prisões, onde estão misturados condenados e preventivos, traficantes e toxicod dependentes, homicidas e presos de delito simples, reincidentes e primários, uma grande interrogação se coloca: em que estado estes indivíduos (na sua maioria jovens) regressam à sociedade? O Sistema Prisional vive, desta forma, em permanente sufoco e agitação, pelas erradas e conjunturais políticas judiciais e penitenciárias dos vários ministros (PSD e PS) que por aqui têm passado, em despreocupada procição, onde as inaugurações e declaradas intenções se misturam com repastos, onde não faltam os reclusos para compor o ramalhete.

O sistema rebenta pelas costuras

O Sistema, esse, rebenta pelas costuras, com 130 cidadãos atrás das grades por cada 100 mil habitantes (Grécia 53; França 90; Itália 89); a maior percentagem de presos

preventivos (32%); a mais prolongada detenção média de toda a Europa (cerca de 2/3 dos condenados cumprem penas superiores a 3 anos); cerca de 70% da população prisional é dependente da droga e 1/4 está infectada com hepatites víricas, tuberculose e sida, que contribuem para altíssimas taxas anuais de óbitos. A este quadro negro há que juntar a incapacidade do sistema para ressocializar/recuperar (cerca de 40% dos reclusos são reincidentes), a teimosa subsistência do degradante «balde sanitário», a quase nula intervenção do Ministério da Saúde neste sector de alto risco, a ainda pouco cuidada alimentação, a deficiente ocupação do tempo de reclusão, as mafias organizadas, a droga e... a morte! Também no que concerne à segurança prisional, a situação é bem pouco edificante. Ao Corpo da Guarda

Prisional compete a vigilância das 53 prisões (15 Centrais, 3 Especiais, 32 Regionais e 3 Cadeias de Apoio), com pesadas taxas de ocupação (Caxias - 156%; Porto - 144%; C. Branco - 229, etc.), graves carências de pessoal (défice de 1300 guardas) e escassez de todo o género de equipamentos, principalmente de meios electrónicos.

O próprio Instituto de Reinserção Social foi transformado numa estrutura pesada e burocratizada, ao serviço dos Tribunais, e depara-se com imensas dificuldades na concretização dos objectivos para que foi criado - políticas de reinserção social e promoção de medidas alternativas à prisão, principalmente dos jovens. Esta situação, verdadeiramente caótica e deplorável, torna o sistema lacunoso e incapaz de recuperar e reintegrar, favorecendo objectivamente a estratificação do vício e, por este facto, é fonte permanente de atritos e conflitos internos.

Descontentamento generalizado

Não admira, pois, que sejam tantos e diversificados os sinais de descontentamento e revolta no interior destas autênticas ilhas de cimento. Os reclusos que se amotina e fazem greve de fome; os profissionais deste sector que fazem greve por melhores condições de trabalho e dignificação profissional; as críticas ao sistema por parte do Provedor da Justiça, da Amnistia Internacional ou do próprio Conselho da Europa. O Sistema Penitenciário sofre, obviamente, da situação periclitante em que se encontra a Justiça. Mas é uma evidência que não existe um único ministro ou director-geral que tenha tido a ténue intenção de reformar o sistema - todos, sem excepção, vieram para gerir o que está mal e pouco mais. O que a sociedade pretende e exige é que o Sistema Penitenciário seja reformado e democratizado na sua génese organizacional e de funcionamento, que se humanize e cumpra com a sua função ressocializadora, que respeite os direitos dos cidadãos em reclusão e dos profissionais do sector e que os procedimentos sejam homogéneos e de cumprimento obrigatório em todo o lado... No fundo, e simplesmente, que seja transparente e eficaz.



Portugal é o país do mundo com maior área de plantação de eucaliptos em termos percentuais

PCP e Verdes em defesa de uma política florestal sustentada

Contra a eucaliptização

Um século volvido sobre a publicação do primeiro diploma que instituiu o Regime Florestal no nosso país, que é feito da floresta portuguesa?

Esta uma questão que é oportuno colocar num momento em que se assinala o Dia Mundial da Floresta. Para que de uma rotineira comemoração se passe a acções práticas, no quadro de uma política florestal que promova a diversidade e a utilização sustentada da floresta.

É nesta perspectiva que comunistas e verdes relembram promessas incumpridas, medidas legislativas não implementadas, necessidades a que é urgente dar resposta.

Em defesa do ordenamento florestal

De entre os problemas mais sensíveis que se colocam nesta área, o PCP destaca os incêndios florestais e as importantes alterações que se têm vindo a verificar, nas últimas décadas, na composição da área florestal, com fortíssimo investimento no eucaliptal.

Sublinhando a importância múltipla da floresta, os comunistas lembram, em documento distribuído à imprensa, que «os dramáticos acontecimentos, ocorridos este ano, na maior parte das bacias hidrográficas, chamam a atenção para o

papel que a cobertura florestal desempenha na regularização dos regimes hidrológicos».

Neste quadro, o PCP considera essencial «definir e aplicar um conjunto de normas que regulem a utilização sustentada da floresta através de um ordenamento florestal integrado no ordenamento global do território».

A aprovação, em 1996, da Lei de Bases da Política Florestal, constituiu um passo importante nesse sentido. Mas, cinco anos volvidos, uma parte significativa das medidas legislativas encontra-se ainda em fase de regulamentação ou estudo. Sinal preocupante de que não se trata de uma prioridade do Governo.

Impõe-se assim uma maior intervenção governamental na defesa e promoção de uma floresta que «responda às necessidades do país, que contribua significativamente para a economia nacional e para o rendimento dos agricultores, que cumpra o seu papel na conservação da natureza e como suporte da vida e da biodiversidade, e que se constitua como elemento preponderante na manutenção do restabelecimento dos equilíbrios ecológicos».

Stop aos eucaliptos

«Portugal é o país do mundo com maior área de plantação de eucaliptos em termos percentuais», denunciou o Partido Ecologista «Os Verdes», em documento distribuído no Dia Mundial da Floresta, em que considera que o que está em causa é uma «visão de lucro imediato» que «prevalece sobre o ambiente».

Sublinhando que a floresta é «um contributo para o desenvolvimento local», «Os Verdes» lembram que «as monoculturas de eucalipto empobrecem os solos e absorvem a sua água, tornando pouco compatível a existência de outras plantas. Contribuem também para a erosão, que causa a obstrução dos nossos cursos de água».

Na perspectiva das populações, a monocultura de eucaliptos, predominantemente mecanizada, garante apenas 5% da mão-de-obra florestal activa e, a médio prazo, essas monoculturas potenciam o flagelo dos incêndios que «Verão após Verão vai assolando o nosso país».

«Os Verdes» sublinham que «a floresta é não só um sistema ecológico equilibrado como se torna promotora de emprego local e desenvolvimento regional», na medida em que dá lugar à exploração de produtos diversificados e permite a expansão de actividades como o turismo e o lazer.

Nesta perspectiva, uma floresta sustentável será «um contributo fundamental para o combate à desertificação».

FAR denuncia discriminação racial

No Dia internacional pela eliminação da discriminação racial, a Frente Anti-Racista (FAR) lembra que continuam actuais as causas que levaram as Nações Unidas a determinar o 21 de Março como o dia da não-discriminação.

Mantêm-se as migrações de populações, resultado do agravamento das condições de vida, enquanto a crescente precarização do emprego, os baixos salários, a insegurança no trabalho, incrementam fenómenos de racismo e xenofobia.

Em Portugal, a luta por assegurar aos imigrantes os direitos constitucionais passa,

neste momento, pela exigência de alteração do Decreto-Lei 4/2001, que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional.

A FAR considera que esta lei comporta inúmeros problemas de raiz. E refere, nomeadamente, a obrigatoriedade de contrato de trabalho para a obtenção de autorização de permanência, não só porque há situações em que os patrões se recusam a passá-lo como porque de imediato exclui todos aqueles que trabalham por conta própria.

VII Congresso Nacional dos Professores

Muitas perguntas sem resposta

Durante três dias, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, professores dos vários níveis de ensino debateram os problemas da escola, do ensino, as múltiplas questões que defrontam no dia-a-dia. Como pano de fundo, a construção de uma escola pública e de qualidade, para uma sociedade solidária e desenvolvida. Foi o VII Congresso Nacional dos Professores, promovido pela Fenprof.

«Não há desenvolvimento sustentável sem paz, do mesmo modo que não há paz sem desenvolvimento, não há ambas as coisas sem democracia e nada disto se alcança plenamente se não se assegurar o direito de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade.» Um princípio sublinhado por Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, na intervenção de abertura, e que aponta para um determinado modelo de escola, que exige «uma urgente e profunda mudança das políticas educativas».

Por que escola lutam os professores? Que sistema educativo será mais adequado às necessidades das pessoas no quadro da actual realidade histórica?

Paulo Sucena considera que hoje se impõe, «como

de uma «educação para todos, de uma educação em que nenhuma criança deve ser deixada para trás», Jorge Sampaio, que interveio no primeiro dia de trabalhos do Congresso, defendeu a necessidade de a «escola pública assumir um novo mandato», da aprendizagem da leitura e da escrita, também como aquisição de capacidade crítica e de descoberta do mundo, às estratégias de enquadramento e apoio aos alunos e à educação para a cidadania.

Um terço dos alunos abandona o sistema escolar sem o 9.º ano de escolaridade

O Presidente da República partilhou ainda com o Congresso algumas preocupações que se prendem com a **profissão docente**, nomeadamente a formação inicial, o reforço da colegialidade, a carreira.

Como último desafio, Sampaio defendeu que «a demo-

A população activa portuguesa tem um baixo índice de escolaridade (cerca de 60% não tem seis anos de escolaridade, 77% não tinha a escolaridade básica em 91). Actualmente, cerca de um terço dos alunos abandona o sistema escolar sem o 9.º ano de escolaridade.

Aprofundando estes números, chega-se a dados particularmente preocupantes.

Por exemplo, segundo um estudo da Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao Longo da Vida, referido por Paulo Sucena, «ou a realidade educativa portuguesa é profundamente alterada ou o país e o seu sistema educativo condenarão à morte laboral e cultural mais de três milhões de portugueses».

No que respeita a outro problema de fundo – o abandono escolar –, um estudo elaborado pelo Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), também citado por Sucena, aponta para quatro causas interrelacionadas, particularmente significativas. São elas: a procura de mão-de-obra barata e indiferenciada; a opção, por parte de famílias de baixos rendimentos, de lançarem os seus filhos, em idade escolar, no mercado do trabalho, com o fito de equilibrar o orçamento familiar; a incompatibilidade entre os contextos escolar e a realidade vivida por crianças oriundas de grupos sociais desfavorecidos; a expectativa de uma melhor integração social através do trabalho do que através da aprendizagem escolar.

Números, estudos e factos que dão que pensar, uma realidade educativa face à qual o secretário-geral da Fenprof questionou: «**Senhores governantes do país, que esperam** para elaborarem uma lei de financiamento que abraja o ensino não superior? O que esperam para generalizar a rede de educa-

ção pré-escolar e a escola de turno único? O que esperam para criar equipas multidisciplinares? O que esperam para tomar medidas que dotem o sistema educativo de uma educação e ensino especial de qualidade aplicável a todos que dele necessitem? O que esperam para rever a legislação relativa à Acção Social Escolar de modo a que ela possa discriminar positivamente as crianças e jovens, social, económica e culturalmente desfavorecidas? O que esperam para revogar a legislação que impede a redução da componente lectiva a professores investidos em funções de natureza pedagógica? O que esperam para melhorar as condições de trabalho nas escolas para professores e alunos? O que esperam para tomar medidas para estabilizar o corpo docente das escolas, condição indispensável à melhoria da qualidade de ensino? O que esperam para legislar no sentido de permitir uma aposentação mais cedo a professores que deram o melhor de si ao ensino em condições muitas vezes adversas e que hoje se encontram profundamente desgastados?»

Muitas perguntas a exigir urgente resposta.

Para dar resposta adequada a estas questões, por *uma escola pública e de qualidade*, os professores reunidos em congresso aprovaram um plano de acção que integra as orientações estratégicas da federação para o triénio 2001-2001, e que se desdobra em quatro áreas fundamentais: educação, economia e sociedade; uma escola pública de qualidade para uma sociedade democrática, inclusiva e solidária; estabilizar, valorizar e dignificar a profissão docente; Fenprof – espaço plural de intervenção reflexiva, reivindicativa, solidária e de luta dos professores.



Mais de dois mil professores manifestaram-se por uma inversão do rumo da política educativa

Professores em luta

«Resolução negociada dos problemas» foi a exigência fundamental da manifestação nacional que quinta-feira passada, no segundo dia do Congresso, juntou cerca de 2500 professores num desfile até ao Ministério da Educação.

Os professores exigem «a inversão do rumo da política educativa», uma verdadeira reforma curricular, a melhoria das condições de trabalho nas escolas com uma significativa redução de número de alunos por turma. E ainda estabilidade no emprego, aposentação voluntária com 30 anos de serviço, que todos os contratados sejam vinculados à luz da lei geral do trabalho.

Face à ausência de respostas por parte do Ministério da Educação e do Governo, os professores estão em luta. Para já, está marcada uma greve nacional dos professores e educadores para 30 de Março. Será entretanto definido um calendário de acções de luta que poderá incluir greves no período de avaliações finais e exames.

15 medidas com carácter de urgência

À situação de crise que hoje se vive no ensino, os professores contrapõem a afirmação de uma escola pública, «como um espaço educativo de qualidade, inclusivo, capaz de assumir as suas respostas sociais e apto a responder às múltiplas exigências que se lhe deparam». E propõe 15 medidas. Com carácter de urgência.

- Aprovação de uma Lei-Quadro de Financiamento da Educação e do Ensino, que clarifique responsabilidades e garanta o bom funcionamento das escolas num quadro de desenvolvimento da autonomia;

- Criação das condições indispensáveis à construção da escola de turno único;

- Criação de condições que garantam a qualidade da formação inicial dos docentes;

- Profunda revisão do actual regime de autonomia, direcção e gestão das escolas, tendo em vista a descentralização administrativa e reforço da democraticidade;

- Profunda reorganização da rede escolar e supressão de situações de benefício a favor de estabelecimentos de ensino privado;

- Plano de requalificação do parque e equipamento escolar;

- Um sistema de Acção Social Escolar que discrimine positivamente todos os que dele necessitem;

- Estabilização do corpo docente;

- Melhoria das condições de exercício e valorização da profissão docente;

- Criação de condições para o alargamento da obrigatoriedade educativa e escolar, quer na educação pré-escolar quer aumentando a escolaridade obrigatória para 12 anos;

- Adopção de medidas que permitam combater situações de indisciplina e violência nas escolas e reconhecimento deste e outros factores de desgaste da profissão docente com a consagração de um regime de aposentação voluntária aos 30 anos de serviço;

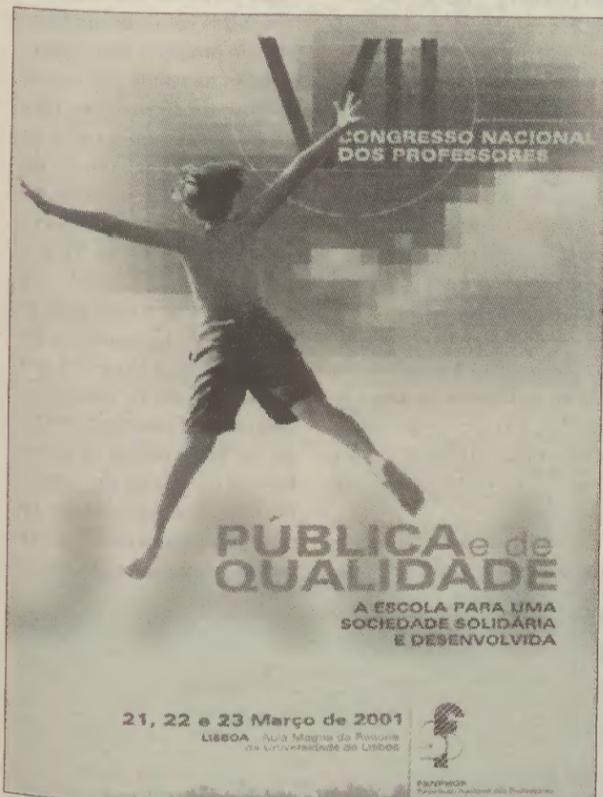
- Aprovação de um novo e exequível calendário para a reorganização curricular

do ensino básico e revisão curricular do secundário. Criação de uma comissão de acompanhamento da reforma que verifique a criação prévia das condições necessárias à sua generalização;

- Supressão dos constrangimentos com que se deparam os jovens no acesso à frequência do ensino superior público e progressiva aproximação entre os ensinos universitário e político;

- Desenvolvimento do ensino profissional e de vias profissionalizantes no ensino público;

- Construção de um modelo de ensino recorrente, integrado numa perspectiva de educação e formação ao longo da vida.



condição de sobrevivência e de desenvolvimento pessoal e social», a aquisição de múltiplas capacidades e destreza em vários domínios.

Esta exigência pressupõe «efectivas capacidades para o acesso, a organização, interpretação, análise e produção de informação; o uso correcto e adequado da língua materna; o acesso e domínio das tecnologias da informação; o domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos e de capacidades bem provadas no domínio relacional».

Também numa perspectiva

cracia exige mais investimento dos portugueses na sua própria **educação ao longo da vida**. Para isso, sublinhou, são precisos «processos educativos que motivem as crianças, os jovens e os adultos».

Muitos problemas e algumas perguntas

«Somos o país da Europa Comunitária com os mais baixos índices de escolaridade e de formação profissional», sublinhou Francisco Sousa, presidente do Conselho Nacional.

Congresso das Colectividades

A Comissão Organizadora do IV Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto prevê a participação de mais de dois mil dirigentes associativos no congresso deste movimento associativo de raiz popular, que irá decorrer em Loures, nos dias 6, 7 e 8 de Abril.

No âmbito da preparação do congresso, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio solicitou a todas as câmaras municipais a listagem das associações existentes nos seus concelhos, calculando-se, após um primeiro tratamento aos dados recolhidos, que existirão cerca de 18 mil associações sediadas em Portugal e nas comunidades espalhadas pelo mundo.

O documento base para este congresso aborda diversas questões, nomeadamente a estruturação do movimento associativo, a relação entre o movimento associativo e os poderes, a função social do movimento associativo, organização administrativa e financeira, as diferentes actividades desenvolvidas pelas associações.

Co-incineração irresponsável

A queima de resíduos industriais perigosos junto de aglomerados populacionais ou de um parque natural constitui uma decisão «condenável e irresponsável» por parte das autoridades portuguesas. É assim que o director da Unidade Científica da Greenpeace, Paul Johnston, define a solução encontrada pelo governo português para os resíduos industriais perigosos, com a sua queima nos fornos das cimenteiras do Outão (Parque Natural da Arrábida, em Setúbal) e de Souselas (Coimbra).

«O último sítio onde se pode queimar os resíduos é junto a uma cidade ou no meio de um parque natural. Sabemos que todos os processos de queima emitem metais pesados e químicos tóxicos, muitos dos quais ainda não foram identificados», afirmou o cientista à Agência Lusa.

A organização ambientalista internacional Greenpeace apresentou em Bruxelas um relatório sobre a «Incineração e a Saúde Humana», que faz um ponto da situação sobre os impactos das incineradoras na saúde humana.

Com base em diversos estudos levados a cabo em países como o Reino Unido, Itália e Suécia, o relatório demonstra um aumento de doenças respiratórias e de diversos tipos de cancro nos trabalhadores das incineradoras e em residentes junto a estas estruturas.

A Greenpeace considera também que a pretensão dos Quinze de considerarem a incineração de resíduos como «fonte de energia renovável», como está previsto numa directiva em elaboração, é um mau princípio que deve ser evitado.

O negócio das areias

A área de protecção da ponte de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, nunca foi respeitada pelas empresas que fazem a extracção de areias no rio Douro, nos seus 10 quilómetros para montante e para jusante, indicaram testemunhas locais.

Estes testemunhos prestados por dezenas de pessoas à Agência Lusa contrariam as informações avançadas pelo responsável do Instituto de Navegabilidade do Douro (IND).

A extracção de areias do Douro em larga escala, contrariando as disposições técnicas e legais para o efeito, aparece à cabeça das referências às causas da queda da ponte, porquanto a sustentação do pilar que ruíu era fundamentalmente assegurada pela penetração da estacaria em madeira no leito do rio.

O relatório preliminar da Comissão de Inquérito às causas do acidente, entretanto divulgado, não aponta qualquer evidência para o acidente, mas deixa indicações precisas de que as investigações vão incidir na questão da extracção das areias.

De referir que a questão das areias envolve um negócio de milhões de contos.

Educadores de infância aderem à greve nacional

Os educadores de infância e outros trabalhadores com funções pedagógicas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) decidiram aderir à greve nacional dos professores, anunciou a FENPROF.

«Apesar de as IPSS estarem a receber verbas do Ministério da Educação suficientes para pagarem aos educadores de infância por tabelas iguais às do Contrato Colectivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo desde 1 de Setembro de 2000, muitas ainda não estão a fazê-lo», afirma em comunicado a FENPROF.

Segundo a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), «a União das IPSS em Janeiro deste ano comprometeu-se a apresentar e negociar até ao final de Fevereiro propostas de carreiras, tabelas salariais e horário de trabalho para equiparar os docentes das IPSS aos outros colegas, tendo em conta as verbas que estão a receber do Ministério da Educação».

Mas - acrescenta a FENPROF - a União das IPSS «até ao momento ainda não apresentou qualquer proposta, nem compareceu às reuniões previstas para a sua negociação».

Sinistralidade em Portugal assume dimensões preocupantes

Mais mortes na estrada

O acidente acontece... Não será esta, certamente, a expressão mais justa quando nos referimos aos graves acidentes que, num brevíssimo espaço de tempo, levaram à morte de dezenas de pessoas. Depois de Entre-os-Rios, outras 14 pessoas morreram em Santa Comba Dão. E o acaso não é o único responsável.

Sábado passado, um autocarro da Câmara Municipal de Viseu despistou-se no concelho de Santa Comba Dão, caindo por uma ravina de cerca de 20 metros. O autocarro transportava idosos de um lar de Rio de Loba, nos arredores de Viseu, regressados de uma excursão a Fátima. Do acidente resultaram 14 mortos e 22 feridos, alguns com gravidade. Aconteceu no tristemente famoso IP3. O troço onde a camioneta se despistou já estava apontado como bastante perigoso.

Na véspera, a Associação de Utentes e Sobreviventes do IP3 organizara um protesto contra a falta de condições de segurança nesta estrada.

Nos últimos dez anos morreram, nas estradas, mais de 25 000 portugueses

Uma marcha lenta e um busi-não de protesto, que integrou centenas de viaturas ligeiras e pesadas, condicionando a circulação entre Souselas e Oliveira do Mondego, durante mais de duas horas, numa extensão de 20 quilómetros.

A associação colocou também a circular um abaixo-assinado que será enviado ao primeiro-ministro, ao ministro do Equipamento Social e à Câmara de Penacova.

Ações que têm como objectivo obrigar as autoridades a tomar medidas em relação ao IP3, a que há já quem chame «estrada da morte». Dados da Associação de Utilizadores indicam a existência de nove mortos

até Fevereiro deste ano em acidentes de viação no Itinerário Principal 3.

Medidas imediatas contra a sinistralidade

A sucessão destes dois gravíssimos acidentes levou as diferentes associações e movimentos contra a sinistralidade nas estradas e outras vias a dar novo impulso à sua luta. Em causa estão dados - e realidades - assustadores. Nos últimos dez anos morreram, em desastres e atropelamentos rodoviários, mais de 25 000 portugueses.

Neste momento diversas associações de utilizadores de vias, como o IP4, IC19, a Associação de Utentes Auto-Mobilizados e a Associação de Promoção de Segurança Infantil, estão a promover uma petição para entregar na Assembleia da República com o mote «Contra o Crime Rodoviário».

As associações querem ainda criar uma carta comum e propor um plano nacional de emergência

rodoviária, apelando ao Presidente da República para que «lidere esta questão nacional».

Também a Federação de Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) desafiou o Governo a assumir com «grande responsabilidade» a sinistralidade em Portugal, não esquecendo o problema depois das tragédias.

A FESTRU reclama medidas de fundo para de imediato minimizar os actuais riscos das estradas, nomeadamente a correcção dos traçados mais perigosos, bem como a devida sinalização.

Defende também, a médio prazo, medidas estruturais, que passam pela educação das pessoas, a começar pelas crianças, e ainda uma fiscalização rigorosa das condições de segurança dos transportes públicos.

Para o coordenador da FESTRU, a sinistralidade em Portugal tem diversas causas, entre elas «a formação dos condutores, a rede viária e o estado dos veículos».

Milhares de documentos contra a co-incineração

Mais de 11 mil documentos contra a co-incineração na cimenteira da Secil, no Outão, é o resultado das campanhas de sensibilização da população de Setúbal, desenvolvidas por um grupo de jovens e pelo Movimento de Cidadãos pela Arrábida.

A poucas horas do final do prazo de consulta pública, que terminou dia 23, já o Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal de Setúbal tinha recebido mais de 11 mil documentos contra a co-incineração, que serão posteriormente enviados para o Instituto para a Promoção Ambiental (IPAMB).

Os milhares de documentos recolhidos - que testemunham de um grande descontentamento entre a população, face à perspectiva de co-incineração - resultam de uma carta-tipo elaborada por um grupo de jovens, que a distribuiu junto da população jovem e dos estudantes, e de três cartas pré-elaboradas pelo Movimento de Cidadãos pela Arrábida.

Também em Souselas a luta contra a co-incineração vai assumindo diferentes formas. A Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS) e de Consumidores de Portugal (ACOP)

vão instaurar uma acção inibitória contra o Estado, com o objectivo de travar o processo de co-incineração.

A acção inibitória irá basear-se nas conclusões de um inquérito às condições de saúde dos habitantes de Souselas, a ser analisado no Instituto de Higiene e Medicina Social da Faculdade de Medicina de Coimbra.

O questionário, baseado no Inquérito Nacional de Saúde realizado na década de 90, foi feito porta a porta, pela ADAS, e envolveu 1500 habitantes de Souselas.

As associações irão invocar o princípio da precau-

ção, porque há muitas incertezas sobre as implicações do processo da co-incineração na saúde pública e, apesar do princípio não estar consagrado no direito interno, está no Tratado de Maastricht, foi rescrito no Tratado de Amsterdão e, recentemente, no de Nice.

Esta possibilidade de acção inibitória está prevista na Lei do Consumidor de 1996, que assegura «o direito de acção inibitória destinada a prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas do direito do consumidor», nomeadamente as que «atendem contra a sua saúde e segurança física».



Co-incineração é uma ameaça para o Parque Natural da Arrábida

Peniche e Vila Pouca de Aguiar preparam autárquicas

Experiência ao serviço das populações

As apresentações dos cabeças de lista da CDU à presidência das câmaras municipais continuam um pouco por todo o País. Esta semana foi a vez de Peniche e Vila Pouca de Aguiar.

António José Correia, candidato da CDU à presidência da Câmara de Peniche tem larga experiência associativa tendo escolhido o desporto e a acção social como áreas da sua preferência. Presidente da Cercipeniche, foi o primeiro presidente da Fenacerci. É também presidente da ADEPE e da Acompanha.

No campo desportivo, este

Jerónimo de Sousa destacou em Peniche as diferenças do projecto da CDU

director financeiro de 46 anos é presidente do Clube de Ténis de Peniche e membro dos órgãos sociais do Sporting Clube da Estrada e da Associação de Ténis de Leiria.

Na sua apresentação, que decorreu na passada segunda-feira, 26 de Março, na Atouguia da Baleia, o candidato lembrou que a CDU é um exemplo de prática da cidadania, pelo tem em mãos uma grande responsabilidade. Embora a CDU nunca tenha ganho a Câmara Municipal de Peniche, António José Correia salientou que «se visse que não haveria essa possibilidade, não teria aceite», embora considere que «não será tarefa fácil».

«As pessoas estão comigo não por aquilo que querem que eu venha a ser, mas por aquilo que sou», garantindo depois que «não vou mudar», o que considera um trunfo, pois no seu entender a sua

candidatura congrega à sua volta vários nomes que tradicionalmente não votam na CDU.

Para além do cabeça de lista à Câmara, usaram também da palavra Jorge Amador, membro do Comité Central e responsável pelo concelho de Peniche, Rogério Cação, candidato à Assembleia Municipal, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, que deixou uma palavra de apreço a todos os presentes que, não sendo comunistas, mostram a sua disponibilidade e participação democrática no quadro da CDU. Para este dirigente do PCP o projecto da CDU é «um projecto de mudança,

desenvolvimento e participação».

Sobre as hipóteses da CDU em conseguir a vitória, o candidato ironizou, recorrendo ao exemplo do Deportivo da Corunha que, recentemente, virou a seu favor um resultado negativo de 3-0.

Aproveitar recursos

Também em Vila Pouca de Aguiar, a Comissão Coordenadora da CDU apresentou, na passada quarta-feira, dia 21 de Março, o seu cabeça de lista à Câmara Municipal. O candidato, Virgílio Alves, é professor universitário e membro da Assembleia e do Senado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Com grande actividade em associações agrícolas e no Sindicato dos Professores do Norte, o candidato da CDU à autarquia transmontana é militante do PCP desde 1974, tendo sido candidato às várias eleições realizadas após o 25 de Abril – Assembleia Constituinte, Assembleia da República, Parlamento Europeu e autárquicas. É membro da Direcção da Organização de Vila Real e da Direcção da Organização de Trás-os-Mon-

tes do Partido Comunista Português.

Ao apresentar esta candidatura, a Comissão Coordenadora da CDU local define como objectivo a «eleição de pessoas que assumam prioritariamente a defesa intransigente dos interesses socioeconómicos do concelho». Para a estrutura local da coligação, é necessária «gente que seja capaz de defender sem tibieza o aproveitamento colectivo do potencial produtivo dos solos, das reservas aquíferas, das espécies autóctones vegetais, animais e flo-

restais e dos recursos minerais», e que seja «intransigente na defesa de uma política que imponha o reinvestimento de grande parte dos lucros alcançados pela exploração das águas minerais e de mesa, das rochas ornamentais, do turismo, do termalismo e da exploração das energias hídrica e eólica».

Com a candidatura apresentada, a CDU pretende eleger ainda pessoas «com capacidade para impor uma política que elimine o desemprego e o emprego precário, mal remunerado».

Desenvolver a região do Basto

O Encontro Regional de Basto, realizado no dia 25 de Março de 2001 na Escola EB 2,3 de Arco de Baúlhe, foi promovido pelas organizações de Cabeceiras, Celorico, Mondim e Ribeira de Pena que decidiram pela apresentação conjunta de uma série de propostas – a serem assumidas pelos candidatos aos respectivos concelhos – com vista ao desenvolvimento da região. Estas propostas abrangem quer as áreas de intervenção das autarquias quer reivindicações destas ao Poder Central.

Uma das áreas que a CDU do Basto privilegiou foi o ambiente, com a proposta de «pugnar pelo ordenamento florestal e defesa das espécies características da região» e defender a paisagem rural e da montanha.

Como região periférica que é, a região do Basto tem carências nas várias áreas sociais, como a educação e a saúde. Para esta última área, a CDU local propõe «dotar a região de um Hospital Regional com as valências necessárias, de forma a evitar a permanente deslocação dos doentes para os hospitais regionais de Guimarães e

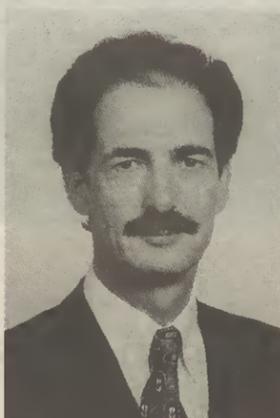
Vila Real» e criar «consultórios médicos móveis de cuidados primários de saúde, para atendimento das pessoas das aldeias mais distantes». Também na educação as carências são muitas e a CDU tem propostas. Os militantes da coligação da região pretendem «garantir nas escolas secundárias o leccionar de todas as disciplinas de forma a impedir a deslocalização dos jovens», um dos graves problemas daquela região. «Estudar a instalação de um Instituto Politécnico de Basto, tendo em conta as especificidades da região e as necessidades de formação» é outra das propostas da CDU para o desenvolvimento daquela região minhota.

A CDU pretende também a «modernização, reabertura e expansão da linha do Tâmega, que garanta o transporte de pessoas e mercadorias e sirva para a promoção turística».

A reivindicação de uma Adegas Regionais para escoar os vinhos e a valorização e comercialização do artesanato regional são outras das reivindicações da CDU, que tocam ainda a vertente cultural e associativa.



António José Correia



Virgílio Alves

Almada

No caminho do futuro

A Comissão Concelhia de Almada do Partido Comunista Português realizou no passado domingo, dia 25 de Março, uma visita ao Concelho, acompanhada de autarcas eleitos pela CDU. Esta iniciativa teve como objectivo o conhecimento in loco do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela CDU ao longo do mandato autárquico e as propostas para o futuro do desenvolvimento do Concelho de Almada.

Desta visita, a Comissão Concelhia destacou «a enorme capacidade de concretização do Programa Eleitoral da CDU, cumprido a 100% e, nalguns casos, claramente ultrapassado». Em contraponto, «é notória a dificuldade em concretizar obras da responsabilidade do Poder Central ou dependentes do seu financiamento e/ou aprovação». Como exemplos cita a «Via Turística, obra indispensável para a preservação da Mata dos Medos e acessi-

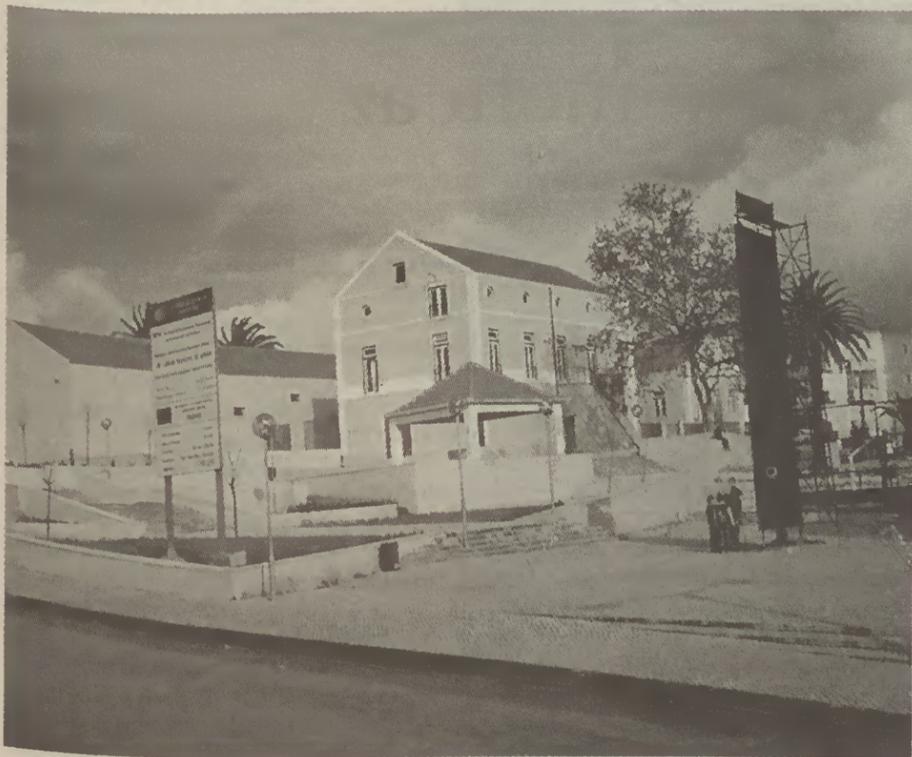
bilidade ao litoral, que tem vindo a ser sucessivamente travada pelos organismos responsáveis».

A Comissão Concelhia de Almada releva ainda o «papel estruturante que representa o Metro Sul do Tejo, sendo de destacar a perseverança demonstrada pelos eleitos da CDU que, tendo feito desta obra bandeira, conseguiram superar todas as dificuldades que os vários governos foram impondo».

«A profunda ligação do PCP e da CDU aos trabalhadores faz-se notar também na obra autárquica, sendo de destacar o esforço que tem vindo a ser feito pelos eleitos na melhoria das condições de vida dos trabalhadores da autarquia», afirma a concelhia almadense.

«Da Quinta de Santo Amaro às ETAR's da Mutela e Portinho da Costa; da Alameda Atlântica ao Fórum Municipal Romeu Correia; do elevador panorâmico à drenagem da Bacia de Vale Cavala; das grandes às pequenas obras, sempre para e com as pessoas, a gestão municipal da CDU ao longo de 25 anos de Poder Local Democrático tem vindo a modificar e a transformar o Concelho de Almada radicalmente, fazendo com que hoje, nos mais importantes indicadores de qualidade de vida, Almada se posicione bem à frente da média nacional», destaca.

A Comissão Concelhia de Almada refere que «acabou esta visita ainda mais confiante de que o resultado das Eleições Autárquicas será o reforço da confiança que os almadenses sempre depositaram na CDU para a gestão autárquica a todos os níveis». O PCP, no âmbito da CDU, afirma, «assume o firme compromisso de continuar esta grande obra que coloca já hoje Almada nos caminhos do futuro».



O Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro mostra que a juventude voltou a ser prioridade neste mandato

Caminha Biografia do candidato

Na última edição do *Avante!*, tal como foi anunciado, não foi possível publicar a biografia do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Caminha, Manuel Cerqueira Rodrigues, tendo ficado a sua publicação adiantada para a presente edição.

Assim, o cabeça de lista da CDU à autarquia minhota tem 50 anos, é engenheiro agrário e director executivo da ARAAM – Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho – e vogal da Confederação Nacional da Agricultura – CNA. Este independente proposto pelo PCP participa em várias associações ligadas ao mundo rural como a ACEB – Associação para a Cooperação dos Baldios, o Conselho Regional Agrário, o Conselho da Bacia Hidrográfica dos Rios Lima e Minho e o Conselho Nacional para o Desenvolvimento do Mundo Rural.

Manuel Cerqueira Rodrigues é também presidente da Ancorensis, Cooperativa de Ensino – CRL, de Vila Praia de Âncora.

Contra o racismo, a precariedade no emprego e pela melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal

JCP exige nova lei de estrangeiros

A JCP defende a alteração urgente da actual Lei de Estrangeiros, de forma a combater as causas do racismo e da xenofobia, nomeadamente na precarização do emprego e nas miseráveis condições de vida em que vivem milhares de imigrantes.

Na passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, assinalado no dia 21, a Comissão Política da JCP lembra que a lei prevê que os imigrantes em situação ilegal têm de ter um contrato de trabalho para obter a autorização de permanência. A maioria dos patrões recusa-se a assinar contratos e, quando tal lhes é pedido, a sua resposta é o despedimento. Para além disso, a lei exclui todos os imigrantes que trabalham por conta própria, nomeadamente nas limpezas domésticas e no pequeno comércio.

«Como se não bastasse os obstáculos legais, os imigrantes vêem-se obrigados a passar dias nas filas dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, perdendo dias de trabalho. A confusão nos procedimentos e na exigência de documentos que não são previstos na

lei é tanta que criam o engano e a instabilidade e provocam muitas vezes a continuidade da situação de ilegalidade», alertam os jovens comunistas, numa nota à imprensa.

Há empresários que vendem contratos em troca de trabalho gratuito

A JCP reivindica igualmente a fiscalização da Inspeção Geral do Trabalho às entidades empregadoras que insistem em não cumprir a lei e em continuar uma exploração desenfreada da mão-de-obra ilegal. «Chegam mesmo a vender contratos de trabalho em troca de trabalho sem remuneração ou de avultadas quantias em dinheiro», denuncia.

«A luta por condições de vida dignas é uma luta em que se integra também o combate ao racismo e à xenofobia. Pela nossa parte, não baixaremos os braços», promete a JCP.

Razões históricas

«A História tem-nos ensinado - ao contrário do que alguns dizem - que o racismo e a xenofobia não são fenómenos naturais, inevitáveis e inerentes ao próprio ser humano. Mostram-nos, antes, que o racismo é um instrumento ao serviço das classes dominantes, que, pela sua persistência ao longo dos séculos, deixou marcas profundas, não só na mentalidade dos povos como na sua estrutura social», afirma a Comissão Política da JCP.

«O capitalismo desde sempre demonstrou um total desapego relativamente à resolução dos problemas sociais da humanidade, atribuindo responsabilidades não à sede desmesurada do lucro que movimenta as classes dominantes, mas sim ao desconhecido, à diferença, à minoria, aos mais fracos, utilizando-os como "bodes expiatórios" dos problemas», acrescenta.

Para os jovens comunistas, no caso de Portugal a questão revela-se ainda mais absurda, dada a sua dupla condição de país de emigração e de imigração. «E, se formos mais longe, do facto do povo português ter na sua génese a marca da passagem de diversas culturas», conclui.



Esta semana

Ensino secundário de luto

Os estudantes do ensino secundário estão a cumprir uma semana de luta, iniciada na segunda-feira e que termina amanhã. Em causa está o estado da educação e a ausência de diálogo com o Governo.

«As nossas reivindicações continuam a não ser tidas em conta», afirma a Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, numa nota à comunicação social.

«Como se nada tivesse sucedido, o Ministério da Educação e o Partido Socialista continuam a defender a revisão curricular, menosprezando as opiniões de toda a comunidade educativa e dos restantes grupos parlamentares», declaram os estudantes.

As suas outras exigências são conhecidas: «A aplicação da lei de educação sexual continua a não ser uma realidade nas nossas escolas e não se denotam esforços no sentido da sua aplicação. As escolas continuam degradadas. Em relação ao actual sistema de acesso ao ensino superior ainda não foram tomadas medidas concretas para que no próximo ano este deixe de existir.»

«Continuaremos com as acções de protesto até as nossas reivindicações serem tidas em conta», promete a Delegação Nacional.

Num comunicado à imprensa, a Plataforma de Estudantes do Distrito de Braga classifica a actual política educativa como autoritária e desligada da verdadeira situação das escolas do País, manifestando o seu apoio à luta dos estudantes do ensino superior.

Os estudantes de Braga consideram ainda que a presença de Augusto Santos Silva na Mostra Pedagógica assumiu um cariz populista e demagógico. «O ministro da Educação preocupou-se em mostrar o trabalho do seu Ministério e não em responder objectivamente às dúvidas dos estudantes, ali representados pela Plataforma.»

Por todo o País, foram colocadas faixas pretas nas escolas, colados cartazes e distribuídos documentos aos alunos. Em Almada, estava prevista a realização de concursos de graffiti contra a revisão curricular. No concelho de Sintra, terão lugar dois debates e, no sábado, realiza-se uma vigília em frente à Escola Secundária Leal Câmara, às 13 horas.



Os imigrantes perdem dias de trabalho à porta dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Também em Braga

Acção Social Escolar é ineficaz



As cantinas dos serviços de acção social escolar são insuficientes

A falta de condições materiais e a reduzida abrangência da Acção Social Escolar são os principais problemas dos estudantes do ensino superior de Braga. A esta conclusão chegou a Organização do Superior da JCP, depois de se reunir com a Associação Académica da Universidade do Minho e a Associação de Estudantes do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, no âmbito da campanha «Direitos não se pagam, conquistam-se».

Como explica a JCP, nestes dois estabelecimentos abundam as más experiências. Constantemente as salas estão sobrelotadas, tendo os alunos que ficar sentados nas escadas. «Na Universidade

do Minho chegou-se mesmo ao ponto de encaminharem cerca de 300 estudantes para uma garagem para lá realizarem um exame», denuncia.

Quanto aos Serviços de Acção Social Escolar, a organização de Braga diz que a lentidão é a sua principal característica. As bolsas chegam a atrasar-se seis meses e a falta de infra-estruturas de apoio aos estudantes - como cantinas e residências - é marcante, especialmente no IESF.

«Isto deve-se ao sub-financiamento do ensino superior. Para quem afirma ter tanta paixão pela educação, este Governo é um amante muito forreta», comenta a JCP.

O objectivo destes encontros é o levantamento dos problemas das instituições do ensino superior e dos estudantes. Este levantamento será incluído num documento que o Grupo Parlamentar do PCP irá apresentar na Assembleia da República, alertando o Governo e o Ministério da Educação para a crise que atravessa o ensino no nosso país.

A JCP de Braga manifesta ainda a sua surpresa por apenas estas duas associações estudantis terem respondido ao seu convite. E questiona: «Será que as outras associações não têm problemas? Ou será que não se interessam pelos problemas dos alunos que representam?»

OVAR Causas e efeitos

As fortes chuvadas e cheias ocorridas, na semana passada, em Ovar, pelos enormes prejuízos que causaram a populações, agricultores e comerciantes, colocam duas questões sobre as quais a Concelhia de Ovar do PCP diz ser necessário reflectir: o apoio às vítimas e as razões estruturais que levaram a tão graves consequências. Relativamente à primeira, o PCP defende a criação, a curto prazo, de apoios a fundo perdido e a reabertura imediata da passagem de nível da Estrada de S. João (caso a cidade fique temporariamente privada da passagem inferior da Madria). No que respeita à segunda, considerando embora que não são sua causa directa, o PCP considera como factores decisivos para a dimensão das consequências «a falta de limpeza dos cursos de água, o crescimento urbanístico desordenado junto às linhas de água e a própria qualidade das construções», como a passagem desnivelada da Madria que, inaugurada em Julho, «há muito dava sinais de desgaste precoce».

SETÚBAL Pescas à deriva

O processo de discussão do Acordo entre a União Europeia e o Reino de Marrocos revela a «incapacidade» do Governo português em defender os interesses dos pescadores e armadores e do própria país, afirma a Coordenadora Distrital de Pescas da Organização Regional de Setúbal do PCP.

De facto, a prorrogação - que se perspectiva - das indemnizações compensatórias até 30 de Junho, data após a qual tudo indica não haverá acordo, põe em causa o futuro das pescas, com todas as consequências que daí resultam para a economia local e regional.

O PCP defende, pois, que, a não concretizar-se um acordo entre Marrocos e a UE, o Governo português procure estabelecer um acordo entre Portugal e Marrocos. Caso este também não se concretize, então o Governo, com as estruturas representativas do sector, deve «definir as medidas tendentes à integração» destes profissionais noutros subsectores da Pesca e apostar «numa gestão mais racional dos stocks» e na promoção de defesos biológicos.

BRAGA Saúde volta à AR

Agostinho Lopes, deputado do PCP pelo distrito de Braga, voltou a colocar na Assembleia da República a questão de pagamento indevido de taxas moderadoras extraordinárias aos utentes do SNS que recorrem aos serviços de saúde dos Hospitais de Misericórdia de Esposende, Fão, Riba d'Ave e Vila Verde, problema sobre o qual há um ano apresentou um Requerimento.

Entretanto, face ao anúncio do aumento, em Maio, do valor da comparticipação extraordinária, o PCP solicitou uma Audição urgente com a ministra da Saúde, que se realizou em Julho com o então presidente da ARS do Norte, tendo este dito que o problema seria resolvido no «âmbito de uma Comissão Paritária, envolvendo a União das Misericórdias e o Ministério da Saúde, com o objectivo de criar um enquadramento uniforme». Agostinho Lopes quer, pois, saber, quando repõe o Governo «a legalidade e os direitos constitucionais» dos utentes daquelas localidades e como «pensa indemnizá-los» pela cobrança excessiva dessas taxas.

Crime, insegurança Governo e eleitoralismo

O tema da insegurança tem vindo a impor-se como um tema de debate político e eleitoral. Em ano de eleições, têm sido feitos grandes esforços para retirar outras coisas do centro desse debate e acentuar a sensação de insegurança como condicionante maior do estado de opinião para outros efeitos.



António Abreu
Membro da Comissão Política

Não é por acaso que a direita o faz. E que procura mobilizar em seu favor factores objectivos de evolução da criminalidade e a importância que ela tem no quadro da disputa de audiências mediáticas. Há uma evolução quantitativa e qualitativa da criminalidade que tem a ver com a precariedade do trabalho, a exclusão social, os guetos urbanos, o insucesso escolar e as saídas profissionais, a influência relativa de tudo isso e algo mais sobre graves situações de diferentes camadas sociais de portugueses de diferentes etnias. Que têm a ver com o rendimento que é possível obter no narcotráfico, devidamente branqueado em «lavandarias», que se mantêm um pouco à margem dos estudos jornalísticos e com as consequências da própria toxicodependência na evolução da criminalidade. Que tem a ver, enfim, com o facto de, em termos jor-

fluenciar decisões sobre uma melhor distribuição de meios dessa prevenção e do próprio combate à criminalidade e à sensação de insegurança.

É obvio que aquilo de que aqui falamos é da insegurança directamente decorrente da criminalidade (real) e da sensação de insegurança (muitas vezes criada) relacionada com ela. Sobre conexões com outras inseguranças como a económica, directamente ligada à sobrevivência e à dignidade, à precariedade e qualidade do emprego, não nos debruçaremos.

Quem tem os meios

Há diferentes níveis de responsabilidades, competências e meios para intervir. As autarquias têm alguns

meios e competências para intervir em apenas algumas das situações de insegurança das cidades, outros têm outros meios e competências. Mas nada do que passa na cidade nos é, porém, indiferente. E sempre poderemos ter um papel, mesmo que seja o de exigir que outros intervenham ou de estabelecer parcerias que rentabilizem ou coordenem os

diferentes meios que os diferentes intervenientes usam ou podem usar.

Vários municípios têm contribuído directa e indirectamente para conter a criminalidade, os medos e insegurança:

- pela erradicação de barracas e construção de novas condições de habitabilidade;

- pela reabilitação do edificado, directamente ou cooperando com a iniciativa particular que vai dispor de apoios do Estado para o efeito;

- por um diversificado apoio social e técnico aos moradores;

- pela construção de parques urbanos, zonas de lazer, equipamentos desportivos, culturais, sociais, escolares;

- pelo apoio à actividade das escolas e contributo para uma maior integração nas respectivas comunidades;

- pela colaboração, pressão e propostas para o alargamento do número de divisões da PSP, do número de pequenas esquadras numa lógica de proximidade e de redução dos efectivos em funções administrativas para aumentar o patrulhamento de giro;

- pela criação de muitas centenas de camas para o sem-abrigo e pelo apoio coordenado com outras instituições, a jovens toxicodependentes;

- pelo apoio à capacidade de realização de associações juvenis, colectividades populares, centros culturais, centros paroquiais, associações de diferentes etnias;

- pelo estabelecimento de protocolos sobre várias destas intervenções com as Juntas de Freguesia;

- pela criação de Conselhos Municipais de Segurança e pela elevação da capacidade operacional dos meios existentes.

Há muito a fazer

Obviamente que as questões de segurança cabem indiscutivelmente à Administração Central e que muito falta fazer. Mas não podemos pactuar com a chantagem emocional, característica de alguma ideologia reaccionária; com os que querem um polícia para cada cidadão; com os que só pensam em agravamentos de penas, ou na prisão de jovens *graffiters*; com os que querem reduzir, de forma simplista, mas não inocente, a resposta a situações tão complexas, identificando os problemas de segurança apenas como problemas de polícia.

E, em alternativa, importa salientar a importância de que a sociedade evolua para situações:

- de emprego menos incerto, mais bem remunerado e com direitos - condições básicas de segurança colectiva e individual;

- de outro sucesso escolar, saídas profissionais, realização profissional e apoio à capacidade de criação e fruição cultural;

- de outras políticas de prevenção, tratamento e reinserção social na área da toxicodependência;

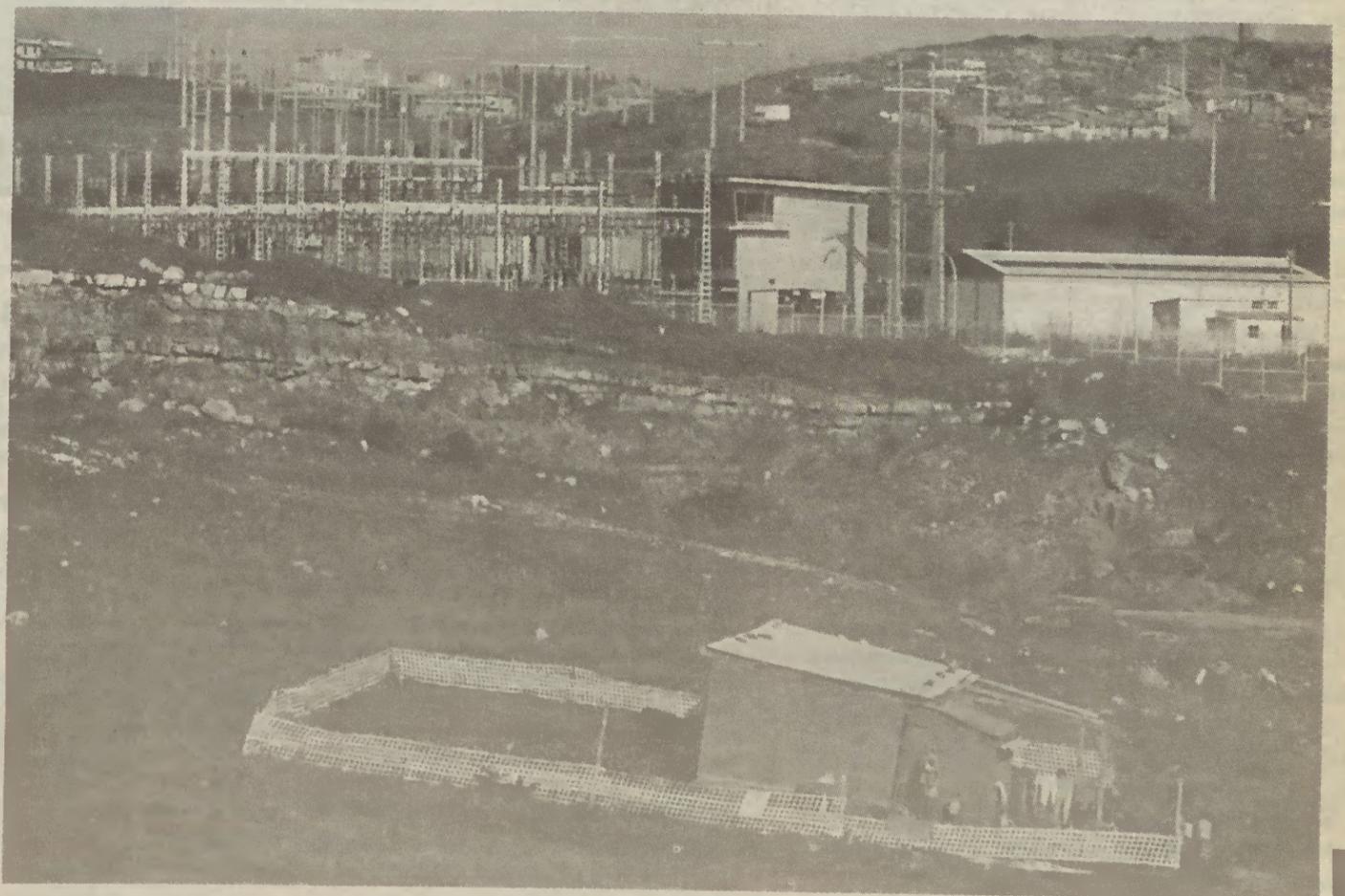
- do combate, sem tréguas, ao narcotráfico e de novas formas de combate a uma criminalidade diferente.

Vários municípios têm contribuído para conter a criminalidade

nalísticos, hoje os crimes já não serem «vergonhas» a esconder, e no quadro de uma mais que relativa liberdade de informação, até fazerem crescer audiências e permitir aos *media* ganhar muito dinheiro com publicidade.

A capacidade de as autarquias, mesmo as grandes como Lisboa, condicionarem estas causas fundamentais tem essencialmente a ver com medidas de alcance regional, com políticas nacionais, comunitárias, com o sistema financeiro internacional.

O que as autarquias fazem e podem fazer é alguma prevenção dos fenómenos e in-



COIMBRA

Impõe-se novo Hospital

Há cinco anos que o PCP vem exigindo, seja através de propostas na Assembleia da República ou de intervenções na Câmara e Assembleia Municipal de Coimbra, a construção de um novo Hospital das Crianças e Adolescentes. Agora é a Comissão Concelhia de Coimbra que, respondendo positivamente ao pedido da Direcção do Hospital Pediátrico, apela aos comunistas e à população em geral para que pressione o Ministério da Saúde nesse sentido. Diz o PCP que o lançamento de um abaixo-assinado e a constituição de uma comissão de utentes em Janeiro último são também elementos de mobilização cívica que deverão estender-se a toda a Região, não devendo a anunciada visita em Abril da ministra da Saúde ao Hospital Pediátrico servir de pretexto para travar esta reivindicação.

LISBOA

Entrega de cartões

No âmbito da campanha de contacto com os militantes, muitas foram as organizações do PCP que aproveitaram as comemorações do 80.º aniversário do Partido ou iniciativas políticas gerais para a entrega dos novos cartões de militante. Muitas outras promoveram, porém, acções específicas para esse efeito.

É o caso da organização de S. Domingos de Benfica que, no próximo sábado, vai participar num convívio promovido pela Comissão de Freguesia no Centro de Trabalho de Benfica, para a entrega do novo cartão de militante. Neste caso, a iniciativa será aproveitada para trocar opiniões sobre a situação política e as tarefas em curso no corrente ano, sendo as eleições autárquicas um dos pontos fundamentais dessa discussão.

VISEU

Insegurança no I.P.3

O trágico acidente ocorrido no passado sábado, no I.P.3, vitimando cerca de duas dezenas de pessoas, veio pôr a nu a perigosidade e insegurança desta via, diz a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP. Solidários com as famílias das vítimas, os comunistas apelam, pois, ao Governo a urgente tomada de medidas para superar o problema. Também a Direcção da Organização Regional de Coimbra manifesta a sua solidariedade aos familiares das vítimas do acidente, lembra os requerimentos apresentados pelo PCP na Assembleia da República denunciando a falta de segurança deste I.P. e exigindo a construção de Nós Rodoviários, a que o Governo ainda não respondeu. A DORC promete, contudo, que não deixará de lutar, junto com as populações, para que se construa um separador central ao longo de todo o I.P.3 e, ainda, pelo alargamento da via, o fim dos lençóis de água e uma eficiente sinalização.

ALENTEJO

Promessas esquecidas

A Direcção da Organização Regional do Litoral Alentejano do PCP está «indignada» com as políticas praticadas pelo Governo PS, de que estão a resultar centenas de despedimentos e a degradação das condições de trabalho e da prestação de serviços públicos.

O PCP prova a sua denúncia com os casos da BOREALIS que, devido à entrega de vários serviços a outshoring's, vai provocar a saída de 150 trabalhadores; da CARBOGAL, que se prepara para rescindir os contratos a 16 trabalhadores; da EDP, que acusam de constantes cortes de energia e de causar prejuízos à população, com o objectivo de facilitar a sua privatização; e da PETROGAL que, depois de ter já dispensado 500 trabalhadores, se prepara para despedir mais 300.

Ou seja, diz o PCP, o PS, depois de alcançar os votos (e como é «useiro e vezeiro»), voltou a esquecer-se das suas promessas, neste caso de mais emprego.

OEIRAS

Por salários justos

A Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, por sua vez, considera uma «afronta» a recusa de aumento de salários aos trabalhadores, como sucede na Novembai. É que, lembra, a população portuguesa tem os salários e as pensões mais baixas da Europa, sendo a que mais caro paga serviços como a electricidade, o ensino e a saúde.

Solidário com os trabalhadores da Novembai, o PCP diz que «os salários têm de aumentar e repor o poder de compra, acompanhando o aumento da produtividade», já que eles apenas representam 13% das despesas das empresas.

Portucel de Mourão leva PCP a requerer presença do ministro da Economia na Assembleia da República

Promessas são para cumprir

Uma delegação do PCP, constituída pelo deputado Lino de Carvalho e por Diamantino Dias, da Direcção da Organização Regional de Évora, deslocou-se, na segunda-feira, a Mourão, onde manteve reuniões com a Comissão de Trabalhadores da Portucel Recicla e com o presidente da Câmara Municipal, tendo marcado para hoje uma outra com a administração da empresa.

A deslocação do PCP a Mourão resulta das preocupações que lhe está a suscitar a aproximação do encerramento daquela fábrica (previsto para 29 de Abril) em resultado do alargamento da zona pela futura albufeira de Alqueva, sem que se tenha iniciado a construção da unidade que a irá substituir.

Quer a Comissão de Trabalhadores da Portucel, que emprega

cerca de 200 trabalhadores, quer o presidente da Câmara de Mourão partilham as preocupações dos comunistas que, desde sempre, exigem que a nova fábrica fique instalada na mesma zona, pela importância desse facto para o desenvolvimento e o emprego da região, tendo o Governo, em resultado da luta dos trabalhadores e da intervenção da autarquia e do PCP, acabado

A nova fábrica é de grande importância para o emprego da região

por dar a garantia de a nova fábrica se manter em Mourão. Em Fevereiro de 1999, quando das eleições legislativas, o Primeiro-Ministro e o ministro da Economia chegaram a lançar a primeira pedra para a construção da fábrica. Mas então, para o PCP, havia que ter certezas, já que alguns sinais vindos da Portucel, das empresas interessadas na privatização e de alguns membros do Governo não eram de molde a deixá-lo «tranquilo».

Lançamento enganador

Próxima que está, entretanto, a data prevista para o encerramento da fábrica, a delegação do PCP constata «com surpresa» que, afinal, «a primeira pedra nunca chegou a ser lançada», estando sim guardada, intacta, nas instalações da Portucel.

Assim, neste momento, nem a Comissão de Trabalhadores nem a Câmara Municipal de Mourão sabem qual o destino dos trabalhadores, para onde irão ou quem lhes pagará os vencimentos.

Face, pois, às indefinições que rodeiam o processo, o PCP decidiu intervir por todos os meios ao seu alcance para que o Governo cumpra os compromissos assumidos e construa a nova unidade fabril em Mourão. Para já, vai requerer a presença com urgência do ministro da Economia na Assembleia da República. Até lá, os comunistas defendem que o Estado e a empresa que venceu o concurso de privatização «assegurem integralmente os salários e demais remunerações dos trabalhadores», sem pressioná-los para a rescisão de contratos.

O aniversário do PCP

Com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política, o PCP realizou há dias, em Alenquer, um jantar comemorativo do 80.º aniversário.

Para além de José Casanova, usaram da palavra Carlos Areal, eleito da CDU na Assembleia de Freguesia do Carregado, Álvaro Dinis, membro da Comissão Concelhia de Alenquer do PCP e eleito na Assembleia Municipal, e o actor Morais e Castro, apresentado, durante o jantar, como mandatário concelhio da CDU às próximas eleições autárquicas.

Para além das considerações feitas à história e à luta travada pelo PCP ao longo dos seus 80 anos de vida, tanto a nível local como nacional, e ao papel que sempre desempenhou na nossa sociedade, foram ainda colocadas questões que preocupam o PCP e a CDU no concelho de Alenquer. Nomeadamente as que se relacionam com a saúde,

o ensino, as acessibilidades e a vinda do aeroporto para a OTA que, no entender da CDU, são questões centrais e estruturantes para um concelho, cuja população residente poderá duplicar nos próximos dez a quinze anos.

Os presentes foram ainda informados sobre a apresentação, dia 24 de Abril, dos primeiros candidatos da CDU às autárquicas de 2001, bem como sobre a realização, em Maio e Junho, de Jornadas Autárquicas, visando uma discussão mais aprofundada dos problemas do concelho de Alenquer, num debate que os comunistas pretendem aberto e participativo, de forma «a fazer um diagnóstico o mais aproximado possível da realidade do concelho».

Ourém

Também com a presença de José Casanova, um almoço

comemorou em Ourém, no sábado passado, os 80 anos de história e luta do PCP e os 70 anos do «Avante!».

A grande particularidade do almoço, organizado pela concelhia de Ourém do PCP e onde estiveram presentes cerca de 65 pessoas, entre militantes e amigos, foi a de ser o primeiro realizado num espaço público, e agora já em nome da concelhia e da JCP.

Intervieram na iniciativa Sérgio Ribeiro e José Casanova, seguindo-se o tradicional corte do bolo e os respectivos parabéns. O dia acabou com um animado convívio entre os presentes que, entre outras questões, discutiram as próximas autárquicas, que em Ourém poderão representar a mudança.

«A Internacional»

Está já à venda o CD com «A Internacional» e o «Avante, camarada!», reeditado pelo PCP para assinalar a passagem do seu 80.º aniversário.

A primeira edição deste CD foi feita em 1981, em single vinil, com orquestração e arranjos de Pedro Osório. A execução da parte coral foi, então, deixada a cargo de Carlos Alberto Moniz, Carlos Mendes, Fernando Tordo, Luísa Basto, Maria do Amparo, Pedro Osório e Samuel.

O novo CD, feito a partir do master da primeira edição, pode adquirir-se em qualquer Centro de Trabalho do PCP.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Augusto Azevedo Soares

Faleceu no Porto, no passado dia 16 de Março, com 82 anos, o camarada António Augusto Azevedo Soares. Engenheiro civil de elevada qualificação e autor de várias obras emblemáticas, como os cálculos para o actual Palácio de Cristal, António Soares foi impedido de exercer funções docentes na Faculdade de Engenharia do Porto, devido às suas posições e actividades antifascistas. Aderiu ao Partido e à sua luta ainda jovem, durante a II Guerra Mundial, fazendo parte de um destacado núcleo de militantes comunistas do Porto, com Lobão Vital, Virgínia Moura, Cassiano Barbosa, Óscar Lopes e muitos outros, participando em todas as batalhas democráticas desde o tempo do MUD. Foi apoio da Direcção do Partido na clandestinidade, mantendo até ao fim da sua vida uma forte e generosa ligação com o Partido.

António Gonçalves Azevedo

Faleceu, no passado dia 10 de Março, com 74 anos, o camarada António Gonçalves Azevedo, economista. Membro do Partido dos tempos da clandestinidade, estava organizado no Sector Informático de Lisboa, colaborando também com os Organismos Centrais do Comité Central. Esteve como cooperante, nos anos 80, em Moçambique, na tarefa de Reconstrução Naval.

António Marques dos Santos

Faleceu o camarada António Marques dos Santos, de 47 anos de idade. Natural de Sobral Gordo, Arganil, o camarada estava organizado na freguesia do Feijó.

Joaquim Fernandes Fuso

Faleceu, no passado dia 21 de Março, o camarada Joaquim Fernandes Fuso, de 73 anos. O camarada fez parte da Comissão de Freguesia da antiga 6.ª Zona de Lisboa e estava actualmente organizado na freguesia do Lumiar.

Joaquim Jerónimo Labaredas Barradas

Vítima de acidente de viação, faleceu na semana passada, o camarada Joaquim Jerónimo Labaredas Barradas, de 58 anos de idade. Membro do PCP desde 1974 na célula da EDP, no Carregado, destacou-se como militante comunista e como activista sindical. Actualmente estava reformado.

José Fernando dos Santos Nunes

Faleceu, no passado dia 25, após doença prolongada, o camarada José Fernando dos Santos Nunes, de 65 anos, natural de Lisboa. Militante do PCP desde 1975, e reformado da COVINA, estava organizado na freguesia de St.ª Iria de Azoia, onde era muito estimado.

Lenine Borges Paiva

Faleceu, no passado mês de Fevereiro, o camarada Lenine Borges Paiva. O camarada estava organizado na freguesia de Bobadela.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Campanha permite avaliar com rigor efectivos partidários

Por um PCP mais influente

A propósito da entrega do novo cartão que actualiza e comprova a qualidade de membro do Partido, o PCP está a realizar uma ampla campanha de contactos com a organização, tendo como objectivo elevar a consciência sobre o que é ser comunista e aumentar a participação na vida partidária, tornando o PCP mais forte e influente.

De facto, o artigo 9.º dos Estatutos coloca como condição para se ser membro do PCP a aceitação do Programa e dos Estatutos e estabelece como seus deveres fundamentais «a militância numa das suas organizações e o pagamento da sua quotização».

Estas condições têm naturalmente uma razão de ser: é que um partido revolucionário, como é o PCP, será tanto mais forte quanto maior for a militância, participação e

iniciativa dos seus membros; o pagamento da quota aparece como a forma de fortalecer a ligação do Partido aos militantes e assegurar o financiamento da sua actividade. «Cartão novo/quota nova» é, aliás, o lema escolhido para a campanha em curso.

Entretanto, nas centenas de iniciativas realizadas por todo o País para comemoração do 80.º aniversário do PCP, foram já contactados milhares de militantes que,

na sua esmagadora maioria, têm manifestado grande disponibilidade para participar mais intensa e regularmente na vida partidária.

Esse é, diga-se, um dos objectivos desta campanha: incentivar o compromisso de participação mínima dos militantes e elevar a sua consciência sobre a necessi-

dade de o fazerem sem que para isso sejam constantemente solicitados. Afinal, são muitas as tarefas que qualquer militante pode desempenhar, mesmo possuindo pouca disponibilidade. Da participação num determinado grupo de trabalho, à informação sobre a situação da sua empresa, à venda do «Avante!», à recolha de quotizações ou à dis-

tribuição de propaganda no prédio ou bairro onde mora, existe um grande leque de tarefas em que os militantes podem participar, de acordo com as suas possibilidades e características.

Aumentar a quota

A questão da actualização da quota tem também merecido atenção especial, já que do autofinanciamento do PCP depende não só a sua independência política e ideológica como, em grande parte, um melhor desempenho e uma maior aproximação aos trabalhadores e às populações.

Muitas organizações têm-se proposto atingir uma determinada percentagem de aumento da quotização, apontando algumas delas para o 1% dos salários auferidos. Trata-se, contudo, de um problema que só o próprio militante pode definir.

Dificuldades de organiza-

ção têm levado, por outro lado, a atrasos na recolha de quotizações, havendo neste momento vários militantes com dificuldades em pôr as suas quotas em dia. O pagamento das quotas em atraso e a forma de o fazer é, pois, outra questão que as organizações devem discutir com os militantes, tendo sempre em conta a situação concreta de cada um. Mas há também que estudar a forma de obstar a que de novo se instalem situações de atraso, podendo uma dessas formas ser o desconto bancário. Para tanto, basta indicar na respectiva organização o número de conta a debitar, devendo aquela proceder depois ao envio por correio dos talonários.

Mas a campanha de contactos agora em curso serve ainda para actualizar os dados sobre os membros do Partido e contribuir para uma avaliação mais profunda e rigorosa dos efectivos partidários. Aliás, essa actualização de dados pode ser feita através do preenchimento do folheto que as



organizações estão a distribuir nas iniciativas de entrega dos novos cartões.

Decidido a travar com êxito esta campanha, o PCP tem apelado aos militantes que ainda não possuem o novo cartão que se dirijam às suas organizações no sentido de obtê-lo e de, concretizando as orientações do 16.º Congresso, ajudar assim a reforçar o Partido e a sua organização.

Contra presença portuguesa nos Balcãs PCP entrega abaixo-assinado

Uma delegação do PCP deslocou-se a São Bento, na sexta-feira passada, para entregar ao Primeiro-Ministro um abaixo-assinado que, apesar de silenciado pela comunicação social, recolheu cerca de 10.500 assinaturas reclamando «o fim da presença militar portuguesa nos Balcãs».

O abaixo-assinado, que integrava nomes de destacadas personalidades de várias áreas da vida nacional, foi promovido com o objectivo de manifestar o repúdio dos portugueses pelo comportamento do Governo na questão da utilização de armas com urânio empobrecido,

expressando ainda a solidariedade dos signatários com as populações afectadas pelos bombardeamentos da NATO.

Segundo os comunistas, a entrega deste abaixo-assinado - dois anos passados sobre o início dos bombardeamentos na Jugoslávia - ocorre precisamente no momento em que se «verifica uma nova escalada de violência e guerra na região», confirmando que as «intervenções humanitárias» da NATO servem de capa a «flagrantes violações do direito internacional» e «crimes contra a Humanidade», perpetrados unicamente para «concretizar objectivos de hegemonia imperialista».

A delegação do PCP, constituída por Albano Nunes, do Secretariado, Manuela Bernardino, da Comissão Central de Controlo e da Secção Internacional, Ângelo Alves, do Comité Central e da Secção Internacional, e Marília Vilaverde Cabral, da DOR de Lisboa, e Filipe Andrade, da Direcção Nacional da JCP, foi recebida pelo Major General Arnaldo da Cruz e por Francisco Alegria Duarte, do Gabinete do Primeiro-Ministro.



Dez mil e quinhentas assinaturas entregues

Plenário na Suíça

Com a presença de Rui Fernandes, membro do Secretariado e responsável pela Emigração, realizou-se um Plenário da Organização do PCP na Suíça.

Após discussão sobre a situação orgânica, o Plenário concluiu pela necessidade de reforço do funcionamento dos organismos de base e de um maior dinamismo na abordagem e tratamento político dos problemas que afectam a comunidade portuguesa.

No âmbito da comemoração dos 70 anos do «Avante!», o Plenário decidiu trabalhar para o aumento da sua divulgação e venda, tendo ainda feito o balanço às quatro iniciativas comemorativas dos 80 anos do PCP que realizaram com a participação de cerca de 250 pessoas, revelando uma estreita ligação do PCP com a emigração local.

Os comunistas discutiram ainda a organização e preparação da tradicional festa nacional, que terá lugar no dia 3 de Junho, que este ano contará com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Quanto à intervenção do PCP junto da comunidade portuguesa, foram alvo de análise a necessidade da abertura de um escritório consular que sirva a região do Ticino, o problema dos passaportes e a questão do ensino do Português (já tratada pelo PCP ao nível da Assembleia da República).

Especial reflexão mereceu também a actual situação no movimento Associativo, nomeadamente o Fórum Lusófono, onde o PCP «tem uma presença activa, isenta e dinâmica» no sentido de congregar a comunidade em torno do espírito associativo e dos problemas que afectam os portugueses.

Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro Preparação deve avançar já

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro do PCP reitera o seu parecer favorável relativamente à realização de um Congresso da Região «que congregue vontades e seja representativo das autarquias, da comunidade científica e das organizações económicas, sindicais, sociais, culturais e políticas da região».

Reflectindo as transformações verificadas, após o 25 de Abril, o Congresso deve, ainda, elaborar e aprovar uma plataforma a apresentar ao Poder Central com as reivindicações que garantam a safda da Região do «subdesenvolvimento em que se encontra» aos vários níveis, ou seja, um «Plano Estratégico de Desenvolvimento» para Trás-os-Montes e Alto Douro.

O PCP lembra, a seguir, as importantes iniciativas regionais que promoveu - I e II Conferências Democráticas sobre TMAD; debates sobre o «Douro, a Vinha e o Vinho» «O Castanheiro e a Castanha», a «Agricultura de Montanha» e a «Coesão Económica e Social» - e diz que só não foi ainda realizado um Congresso sobre TMAD porque «os partidos políticos dominantes na região têm demonstrado ser mais defensores do centralismo do que da descentralização».

Finalmente, a DORTA responsabiliza o PS, o PSD e o PP pela «crescente desertificação e baixos níveis de desenvolvimento da região e denuncia «as manobras dilatórias» de responsáveis nacionais do PS, querendo agora impor para Setembro -

data-limite de entrega das listas para as eleições autárquicas -, um «pseudocongresso», à margem dos municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e da sua Associação e sem terem sido criadas «as condições mínimas representativas e de êxito desta iniciativa».

Face, pois, a esta tentativa de reforço de um centralismo «carunchoso e obsoleto», o PCP exige que os órgãos distritais de Bragança e Vila Real do PS esclareçam se estão ou não envolvidos «nesta golpaça» e que se dê início, desde já, à preparação do Congresso de TMAD, a realizar em 2002, cuja comissão organizadora deverá obrigatoriamente ser representativa do poder local e dos organismos vivos da Região.

PCP apoia barranquenhos

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP apoia a luta do povo de Barrancos em defesa da sua identidade cultural, expressa a sua discordância com as elevadas coimas aplicadas pelo Governo e denuncia o desproporcionado aparato policial mobilizado pelo governador civil de Beja para enfrentar os barranquenhos que pacificamente se manifestaram pela cidade.

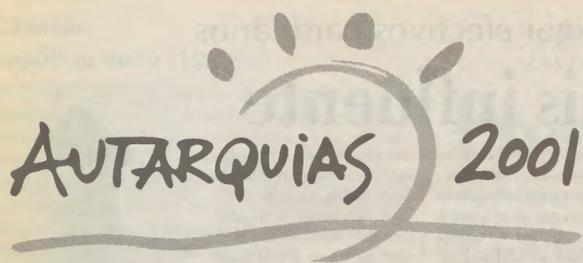
A DORBE condena tam-

bém a atitude de recusa do governador civil em participar na reunião da Assembleia Distrital convocada para debater os prejuízos causados pelo mau tempo na agricultura e na rede viária do distrito, considerando-a como reveladora de «total desnoite» e da sua «opção definitiva» por uma «política autista e irresponsável».

O PCP expressa ainda a sua solidariedade com os mineiros de Aljustrel e de Neves Corvo e, «traduzindo o

sentimento das populações e de diferentes entidades», denuncia o mau estado generalizado das estradas e pontes do distrito de Beja e a falta de cumprimento das promessas do Governo relativamente à construção de acessibilidades.

Por fim, os comunistas debruçam-se sobre a preparação das próximas eleições autárquicas, regozijando-se nomeadamente com o avanço da constituição das listas e a elaboração dos programas.



CDU – Um projecto de futuro

Soluções de qualidade para uma vida melhor



A Coordenadora Nacional da CDU apresentou, numa sessão realizada antecorrem em Lisboa e em que participou Carlos Carvalhas, a Declaração Política sobre as eleições autárquicas de Dezembro próximo. A declaração, que o *Avante!* publica na íntegra, foi lida por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Usaram também da palavra Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Blasco Hugo Fernandes, pela ID. «A CDU primará certamente pela efectiva valorização do papel das mulheres nas nossas listas, pela valia dessas mesmas mulheres», referiu Heloísa Apolónia que acentuou o contributo do PEV, que conta com «lata participação da componente feminina». A deputada ecologista referiu-se ainda ao papel das autarquias na promoção de uma «política para o ambiente localizada e integrada e na reivindicação de uma política global para o ambiente» concluindo que, também neste aspecto, a «CDU vale a pena». Blasco Hugo Fernandes lembrou as «situações de grande vulnerabilidade e de exclusão social, designadamente nas zonas mais afastadas» existentes no País e que exigem «um tipo de desenvolvimento que vença os desequilíbrios regionais, num quadro mais amplo de transformação das estruturas e do sistema socioeconómico». «A CDU confirma-se como força de progresso e de reforço da democracia no plano local» e como garantia «de empenhamento pela promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas, consagrada na Constituição da República Portuguesa», afirmou o presidente da ID. Falou ainda o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, cuja intervenção o *Avante!* publica também.

No ano em que se assinalam 25 anos sobre as primeiras eleições para os órgãos autárquicos, a CDU – com a sua presença, o seu trabalho e o seu reconhecido património de obra e realizações – confirma-se como uma grande força política nacional nas autarquias, indissociavelmente ligada à construção do poder local, à sua afirmação como espaço de resolução de problemas, de intervenção a favor do desenvolvimento e bem-estar das populações. Pelo testemunho que o seu reconhecido trabalho passado e presente lhe confere, a CDU apresenta-se para o futuro como legítima herdeira do que de mais genuíno o poder local assume enquanto conquista de Abril, espaço de realização e luta pela melhoria das condições de vida do povo, factor de mobilização e de contribuição cívica de milhares de cidadãos, escola de participação e de democracia. A CDU, com as acrescidas responsabilidades que a sua intervenção autárquica lhe exige, confirma a sua determinação em assegurar no futuro mandato aquela presença de trabalho, honestidade e competência que dá continuidade a um projecto com provas dadas e de reconhecida qualidade na intervenção e gestão nas autarquias. Uma acção que no futuro contará com a mesma disposição de fazer da CDU um ponto de encontro de vontades, energias e saberes não só dos activistas e militantes das organizações políticas que dão suporte à Coligação – o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática – mas de milhares de cidadãos independentes generosamente empenhados na acção para a resolução dos problemas, o bem-estar das populações e o desenvolvimento das suas terras e cidades. No processo de elaboração das listas às próximas eleições a CDU assume o objectivo de prestar particular atenção à presença de jovens e o compromisso de reforçar o número de mulheres a eleger confirmando a posição que já hoje assume ao garantir a maior taxa de participação feminina no poder local.

O melhor e mais inovador

Em 25 anos, a CDU deu prova de uma intervenção distintiva nas autarquias que, ancorada na proximidade às populações e na sua participação, deu solução aos problemas básicos, lançou e concretizou as bases de planeamento e desenvolvimento sustentável, equipou e animou socioculturalmente os concelhos, assegurou uma gestão que atenuou desigualdades e assumiu de forma pioneira o que de melhor e mais inovador foi feito na gestão das autarquias. Assim como se assumiu como uma voz indispensável na defesa dos interesses das populações, deu corpo a causas e aspirações locais, e assegurou uma presença crítica, exigente e construtiva para garantir uma gestão transparente e eficaz. É esta contribuição que a CDU se propõe confirmar e prosseguir no próximo mandato nas autarquias locais, identificando e sublinhando, entre outros, cinco grandes objectivos norteadores da sua acção, quer para a sua concretização em situação de maioria, quer para a sua defesa nas situações de minoria:

- A assumpção da participação como um factor essencial de uma gestão democrática, assegurando o envolvimento efectivo das populações na definição das principais opções da política autárquica e garantindo uma relação de proximidade e acessibilidade dos cidadãos aos eleitos e aos serviços;
- A concretização de uma gestão integrada e de um planeamento que assegure a construção de espaços

- urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados dos equipamentos e dos programas para a sua utilização e animação indispensáveis a uma vida social e colectiva;
- A promoção de uma gestão do território que garanta um desenvolvimento equilibrado sustentável que salvaguarde a defesa do interesse público e colectivo da pressão especulativa e particular;
- Fomento de uma política local que assegure a valorização cultural e desportiva das populações, estimule o associativismo popular e outras formas de participação organizada ou informal dos cidadãos, e adopte uma orientação marcada por uma particular sensibilidade aos sectores mais frágeis e desfavorecidos da população;
- A defesa do carácter público da prestação dos serviços básicos essenciais pela autarquia como um instrumento essencial de salvaguarda dos interesses das populações e do direito à prestação de um serviço com qualidade e acessível a todos os cidadãos. Objectivos essenciais que têm em vista assegurar no âmbito das atribuições das autarquias as condições para um adequado desenvolvimento local e para garantir às populações uma vida melhor. É para com a força do seu próprio exemplo reforçar a intervenção activa das autarquias enquanto representantes dos interesses da população na promoção e reclamação junto dos órgãos do poder da resposta a problemas da responsabilidade da administração central.

Lançar o debate

Num momento em que novos e mais complexos problemas se colocam à gestão nas autarquias e mais exigente se torna a definição das políticas locais a CDU decide, no quadro de uma natural concepção de participação e procura alargada de contribuições, lançar em todo o país um conjunto de debates designados «Debates Poder Local 2001 – Soluções de qualidade para uma vida melhor» destinado a estimular a procura de contribuições sobre as melhores soluções e projectos. No seu âmbito está previsto realizar-se um conjunto de debates concelhos e regionais sobre problemas de poder local nesse âmbito geográfico e bem assim debates de temática geral e nacional designadamente sobre gestão participada, ordenamento do território, políticas desportivas e culturais, cidades médias, valorização ambiental e sustentabilidade urbana. A Comissão Coordenadora Nacional da Coligação Democrática Unitária apela a todos os activistas para que com a sua intervenção contribuam para afirmar e confirmar a CDU como uma grande força nacional, uma presença indispensável no poder local e um amplo espaço de participação democrática e unitária.

Carlos Carvalhas Crescer e avançar

Amigos e camaradas, queria começar por vos saudar, e saudar todas as componentes que têm dado vida, criatividade e prestígio ao distinto projecto autárquico que é protagonizado pela Coligação Democrática Unitária. Ocorrendo num momento de fronteira entre o muito trabalho que falta fazer e o muito trabalho já adiantado que a CDU vem desenvolvendo com vista às eleições autárquicas deste ano, sem grande alarido e não beneficiando da projecção mediática que premeia tantas outras coisas superficiais ou puramente demagógicas, este Acto Público com a apresentação das grandes orientações pela Comissão Coordenadora Nacional da CDU assinala a firme determinação do PCP, do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de independentes de tudo fazer para enfrentar com êxito esta importante batalha eleitoral. Nas próximas semanas e meses, daremos um crescente impulso à apresentação de candidatos, à preparação de listas, às iniciativas e actividades de prestação de contas que são também uma marca distintiva do estilo da gestão CDU, à elaboração de programas, às formas de contacto e escuta directa com as populações, aos esforços para promover uma vasta agregação de vontades e energias em torno do projecto autárquico da CDU. É pela sua importância e significado político e pelo testemunho que dá do valor que na CDU atribuímos à participação, à auscultação, ao envolvimento das populações e ao debate aberto, destacamos no quadro do nosso trabalho a iniciativa hoje anunciada da realização dos «Debates Poder Local 2001». Como espaço privilegiado, a nível nacional mas sobretudo à escala das regiões, distritos e concelhos, de reflexão sobre os velhos e novos problemas e desafios que o poder local enfrenta. Como espaço essencial de escuta, de intercâmbio de opiniões e de aprofundamento programático em que, sem outros compromissos para além da contribuição das suas opiniões, podem participar todos quantos estejam interessados em connosco reflectir, debater e rasgar renovadas perspectivas de intervenção. É impulsionaremos todo este vasto trabalho com a convicta atitude de quem vai às próximas eleições autárquicas não para cumprir calendário mas para crescer e avançar. Para crescer e avançar, porque temos a nosso favor o percurso de trabalho e realizações dos eleitos da CDU e um incomparável património de obra concretizada em 25 anos de intervenção no poder local democrático que, por inquestionável mérito próprio, fazem parte do conjunto de mudanças positivas operadas na sociedade portuguesa depois do 25 de Abril. Para crescer e avançar, porque em situações de maioria ou de minoria, exercendo as principais responsabilidades de gestão ou exercendo funções de fiscalização e participação construtiva em situações de minoria, não tememos comparações com outros em matéria de seriedade, isenção, ética de serviço público e dedicação aos interesses das populações. Para crescer e avançar, porque como se tornou evidente face às nefastas e inaceitáveis propostas do PS e do PSD para subverter o sistema eleitoral das autarquias, somos os que mais destacadamente protagonizamos o combate a soluções tendentes à liquidação do pluralismo e à instalação de

formas de despotismo pessoal, e somos os que mantemos uma visão fecunda e específica sobre o poder local como um espaço simultaneamente de natural competição política entre forças e projectos diversos mas também propício a todas as formas de cooperação e convergência para bem do progresso das cidades, vilas e aldeias do nosso país. E é assim, activos, atentos e com forte confiança no valor do nosso trabalho e do nosso projecto, que estaremos no terreno a fazer a demonstração concreta que, tal como no plano da política nacional, também no plano do poder local a chamada «bipolarização» entre PS e PSD é uma falácia acarinhada e soprada sobretudo para desanimar esperanças de mudança e para fechar a perspectiva de novas e melhores soluções para a gestão das Câmaras e Juntas de Freguesia. Vamos pois trabalhar activa e empenhadamente em todo o país para confirmar a CDU como a grande força de esquerda no poder local, e pela nossa parte, vamos também, no que à cidade de Lisboa respeita, confirmar, revitalizar e dar novo fôlego à coligação «Mais Lisboa». Não por qualquer atavismo, mas em estreita coerência com a nossa avaliação de que, sem prejuízo de erros e insuficiências, esta experiência apresenta um saldo largamente positivo, protagoniza um meritório esforço para promover a modernização da cidade e romper com os efeitos de um década de desastrosa gestão da direita realizada não porque, de 1979 a 1989, a coligação de direita PSD-PP alguma vez tivesse tido mais votos do que o PCP e o PS somados, mas apenas porque PCP e PS concorriam separados. Não por qualquer deferência ou especial relacionamento com o PS cuja política nacional combatemos firmemente, mas por coerência com um projecto programático em cuja definição entramos e no qual pesamos e para dar continuidade a novos desenvolvimentos a um projecto de progresso e humanização da capital. O projecto autárquico da CDU é reconhecido mesmo por muitos dos nossos adversários e por largas camadas da população sobretudo por aqueles que nos conhecem mais de perto. A gestão participada, a prestação de contas, o estar perto das populações, a desburocratização dos processos, o saber ouvir, o estar atento tanto às pequenas como às grandes obras, conjuntamente com os atributos de muito trabalho, honestidade, competência e experiência são características fundamentais que distinguem o nosso projecto. Podemos dizer, com verdade e sem arrogância, que as autarquias CDU vão à frente em praticamente todos os domínios da sua intervenção específica. Temos também a nosso favor o crédito que o comprovado respeito pelos compromissos que assumimos nos atribui. E a força de quem pode apresentar um projecto de futuro com soluções de qualidade sustentado não em slogans mas num percurso de trabalho, obra realizada e provas dadas. Com confiança e empenho vamos continuar a desenvolver esforços, para confirmar a CDU com o seu projecto, com a sua diferente maneira de exercer o Poder Autárquico, com o seu espaço de participação democrática aberto a todos quantos querem trabalhar para a melhoria das condições de vida das populações e pelo desenvolvimento local.

A outra metade do céu

• Odete Santos

1. Em 1985, através do Despacho normativo 2/85, foi retirada às mulheres em licença por maternidade, que entretanto tivessem sido despedidas sem justa causa, e fossem, portanto credoras de indemnização por despedimento, o direito a receber subsídios da segurança social. Quem subscreve o Despacho é uma mulher, secretária de Estado. Não interessa o nome. Sabe-se, apenas, que é uma mulher de direita, pela data de tal despacho, que pode ser consultado nas páginas do diário da República. Quer dizer que, num momento em que mais cuidados necessita uma mulher, com vista ao bem-estar e saúde do filho, às mulheres foi retirada, por outra mulher, o direito ao apoio solidário da segurança social.

2. Vem isto a propósito, e uma vez mais, do debate, na Assembleia da República, de uma lei, denominada da paridade, através da qual os proponentes dizem que se vai conseguir a melhoria da situação das mulheres. Das mulheres e homens, acrescentam: Afirmando que tal se conseguirá através da visão diferente que as

Não admira, pois, que caminhem na dianteira).

Tão elevada percentagem de mulheres nos órgãos de poder, deveria significar uma melhoria do estatuto das mulheres, segundo as paritárias.

Ora os dados estatísticos, e a análise da situação da Mulher na Finlândia, feita por um organismo oficial - O Conselho para a Igualdades, provam precisamente o contrário. Com a recente recessão económica, as mulheres finlandesas viram agravar-se a sua situação. A taxa de desemprego, e de desemprego de longa duração, das mulheres finlandesas, aumentou a um ritmo superior à da taxa de desemprego masculino.

Com a degradação e o encerramento dos serviços públicos, muitas das mulheres ficaram desempregadas. Continua a haver na Finlândia uma elevada taxa de feminização das profissões tradicionalmente reservadas às mulheres - profissões do sector de serviços, nomeadamente dos serviços de saúde e dos serviços sociais.

As mulheres finlandesas são discriminadas no salário. Ganham menos do que os homens.

As mulheres finlandesas são vítimas de violência doméstica.

Exemplar. Isto prova que não é o sexo que arruma os interesses a defender. Não é biologia. São as ideologias. É porque as mulheres não são todas irmãs entre si, mas também escolhem os seus aliados, pelos interesses comuns, as quotas, ou a paridade trazem o perigo real de quebra de alianças entre as mulheres exploradas e os homens explorados.

Não: paridade nada tem a ver com igualdade.

5. Os diplomas em apreciação na Assembleia da República são grosseiramente inconstitucionais.

Porque através das soluções propostas, são discriminadas as mulheres que não podem ocupar certos lugares nas listas, apenas por causa do sexo a que pertencem. O mesmo acontecendo com os homens.

A cidadania não se constrói discriminando.

Depois, a chamada paridade labora numa outra elocubração filosófica perigosa: a de que as mulheres são diferentes.

É isto que é perigoso, porque é a diferença que conduz a tratamentos discriminatórios.

As mulheres são seres humanos.

Já o disse, muito antes de Simone de Beauvoir, Madame d'Épinay no século XVIII:

«É bem evidente que os homens e as mulheres têm a mesma natureza e a mesma constituição. A prova disso é que as mulheres selvagens são tão robustas e ágeis quanto os homens selvagens: assim, a fraqueza da nossa constituição e dos nossos órgãos pertence certamente à nossa educação, e é uma consequência da condição que nos destinaram na sociedade.»

E é por isso que a soberania, segundo a nossa Constituição, reside no Povo, e não em duas metades do Povo.

Mas porque Povo é uma palavra perigosa para alguns, até o FMI e o Banco Mundial andam preocupados com a falta de Poder das mulheres! Que cousa maravilhosa de ver!

mulheres têm do mundo. Já noutros números falámos da situação real das mulheres portuguesas. Discriminadas no trabalho e na sociedade. Não vamos repetir os dados.

Convém é desmistificar a promessa de um céu completo. Convém desmistificar a ideia de que o céu está nublado apenas porque falta uma parte desse céu - as mulheres no poder.

3. O exemplo que atrás se deu, é um de muitos outros exemplos que se poderiam dar, e que provam que não basta ser mulher para se estar ao lado dos explorados.

Porque as ideologias existem. E as mulheres, dentro do género feminino arrumam-se por classes. E há solidariedades que se formam entre os dois sexos, com base na pertença à mesma classe.

O espectáculo a que nos habituamos os movimentos da paridade, que esqueceram as mais elementares reivindicações das mulheres (por exemplo, o fim da violência do aborto clandestino) corresponde a uma época em que se proclamou o fim das ideologias.

As mulheres seriam todas irmãs e solidárias.

O que não se prova no decurso da história.

4. Nada melhor para desmistificarmos as afirmações, do que recorrermos a exemplos. Escolhemos a Finlândia. Na Finlândia não há quotas, mas há muitas mulheres no poder (a Finlândia reconheceu a igualdade formal das mulheres em 1906, cerca de 70 anos antes de as mulheres portuguesas verem consagrado o direito à igualdade.



Há que dotar as autarquias de mais e melhores meios para o exercício da sua actividade

Regime de permanência nas freguesias em projecto de lei do PCP

Acabar com as discriminações

O PCP quer acabar com as desigualdades e discriminações existentes nas freguesias abrangidas pelo regime de permanência. Um projecto de lei nesse sentido, em debate na passada semana, vai ser hoje votado no Parlamento.

Com este diploma, apresentado publicamente há um ano, a bancada comunista pretende pôr cobro à diferenciação a que estão sujeitas no seu funcionamento muitas das freguesias. Em causa está a possibilidade legal prevista na Lei de todas as freguesias com mais de mil eleitores poderem aceder ao regime de permanência, ou seja, o respectivo presidente ou outro membro do órgão executivo, por si indicado poder desempenhar funções em regime de meio tempo ou de tempo inteiro.

Embora este seja, de facto, um dispositivo definido na lei 169/99, a verdade é que na prática vários são os condicionamentos que dificultam a acessibilidade a este direito, impedindo, como salientou o deputado comunista Honório Novo, a «efectiva generalização do regime de permanência no exercício de mandatos em juntas de freguesia».

Para esta diferenciação concorrem sobretudo dois factores. Um deles prende-se com o facto de as freguesias com mais de cinco mil eleitores poderem optar sem restrições pelo regime de perma-

nência, decisão que depende exclusivamente da vontade da junta de freguesia e, designadamente, do seu presidente. O mesmo não sucede, porém, com as freguesias cujo número de eleitores é inferior a cinco mil. Neste caso, o exercício de tal possibilidade não se confina à vontade própria da junta de freguesia e dos seus membros, estando dependente da aceitação de outros órgãos deliberativos, para além do preenchimento de determinados requisitos mínimo de ordem financeira nos respectivos orçamentos.

O segundo factor tem a ver com o que o parlamentar do PCP classificou de «autêntica discriminação» que a lei estabelece entre grupos de freguesia no que respeita ao pagamento dos encargos com as remunerações dos autarcas em regime de permanência. Enquanto nas freguesias com mais de cinco mil eleitores tal encargo é directamente assegurado pelo Orçamento do Estado, já no outro grupo de freguesias (com um número de eleitores abaixo daquele patamar) essa mesma despesa tem de ser suportada pelos seus próprios orçamentos.

«Não é justo. Não há nenhuma razão para que esta situação continue a ter cobertura legal», sublinhou o parlamentar comunista, para quem este quadro representa uma «dupla penalização» para as freguesias com menos de cinco mil eleitores, já de si normalmente aquelas cujos orçamentos são menores.

Indo também ao encontro do sentir da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), que já manifestou a sua pública discordância pela situação, é este tratamento discriminatório que o diploma do PCP pretende eliminar, estabelecendo regras de inteira equidade para os diferentes tipos de freguesia.

Trata-se, em síntese, de prever que em todas as freguesias com mais de mil eleitores sejam apenas os membros do seu órgão executivo a decidir ou não sobre a oportunidade de exercerem os mandatos em regime de permanência. Caberá ao Orçamento de Estado, em paralelo, assegurar a todas essas freguesias - e não apenas a algumas como hoje sucede - as verbas que garantam o pagamento das remunerações a quem dedica parte ou a totalidade do seu tempo no exercício do mandato em favor das populações.

Um projecto de lei do PSD, apresentado com o propósito de «dignificar a função autárquica», e igualmente discutido na semana transacta, aproxima-se no fundamental dos objectivos preconizados pelo PCP.

Política agrícola em xeque

Há que ter coragem para pôr em causa a agricultura ultraprodutivista e de incremento das competitividades a qualquer preço, bem como a política de desregulamentação dos mercados. O repto foi lançado pelo deputado comunista Lino de Carvalho, para quem estes dois factores estão na base de doenças como a BSE ou, mais recentemente, o surto epidémico de febre aftosa na União Europeia. Estava-se num debate de urgência pedido pelo CDS/PP para analisar esta última questão.

No caso da BSE, lembrou o parlamentar do PCP, tudo indica que foi uma agricultura que transformou herbívoros em carnívoros, modificando o perfil genético do efectivo pecuário, a principal responsável pela doença. Quanto à febre aftosa, por sua vez, tudo aponta para que a sua propagação seja potenciada pela «extrema desregulamentação do funcionamento dos mercados que favorece a circulação de carnes contaminadas sem o necessário acompanhamento e controlo sanitário».

Ligações perigosas

O PCP procedeu a novas diligências no sentido de apurar as circunstâncias em que ocorreu o relacionamento entre um cidadão sul-africano, ex-agente da polícia secreta do tempo do regime do *apartheid* na África do Sul, e a actual «secreta» portuguesa. O anúncio foi feito pelo Grupo Parlamentar comunista em nota à comunicação social onde considera ter havido manifesta insuficiência nas respostas dadas sobre o assunto pelo Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

Assim, a bancada comunista propôs à comissão parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias que requeira certidão dos três processos judiciais que correram no nosso país contra o cidadão sul-africano (falsificação de documentos, extradição e posse de instrumento de escuta).

Outra das propostas vai no sentido de a mesma comissão parlamentar requerer ao Ministério da Justiça informação sobre a documentação falsa que esteve na base da sua condenação.

Os deputados comunistas propuseram igualmente que seja obtida informação sobre a actual colocação dos três funcionários do SIS que estabeleciam contactos com aquele cidadão estrangeiro (Director Adjunto Beirão, Lopes da Silva e Almeida e Silva), designadamente sob a forma como o primeiro foi integrado na Autoridade Nacional de Segurança e os serviços onde os restantes estão colocados.

Importa igualmente obter, na opinião do PCP, informação sobre as condições de entrada e permanência em Portugal (e eventuais saídas) daquele cidadão sul-africano.

Extracção de areias

O Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou na passada semana um projecto de resolução que dá um prazo de dois meses ao Governo para fazer o recenseamento dos locais onde foi autorizada a extracção de areias e das acções de fiscalização efectuadas. Para Isabel de Castro, deputada do PEV, importa «fazer a avaliação da actividade de extracção de inertes», uma vez que, do seu ponto de vista, tudo aponta para que seja «caótica e ambientalmente desastrosa».

O projecto de resolução de «Os Verdes», caso venha a ser aprovado, recomenda um prazo de dois meses ao Governo para elaborar e remeter à AR o recenseamento de todos os locais onde foi autorizado o licenciamento da actividade, bem como uma lista das empresas a quem foi concedida a respectiva autorização.

Quanto à fiscalização da actividade, o texto recomenda ao Governo que disponibilize à Assembleia da República os dados sobre todas as acções realizadas, os locais, as datas, as infracções detectadas e as sanções aplicadas.

PS e PSD entendem-se para revisão constitucional

Uma conversa a sós

No Parlamento foi dado na passada semana o pontapé de saída para mais um processo extraordinário de revisão constitucional. Irmãos no propósito estão PS e PSD, invocando para tanto a necessidade de Portugal ratificar o Tratado que institui o Tribunal Penal Internacional (TPI). O PCP, que não vê mérito nem oportunidade na iniciativa, está contra.

Nas vésperas do 25.º aniversário da aprovação da Constituição da República de 1976 (2 de Abril) voltam a pôr-se de acordo e a tomar as rédeas na abertura de um processo – a V revisão constitucional – que está já a gerar forte contro-
vérsia e a suscitar sérias reservas em vários sectores sociais e políticos e nos meios jurídicos.

No centro da polémica está, como questão substantiva, a prisão perpétua (ver caixa) prevista no Estatuto do TPI (um instrumento de direito internacional que o Governo assinou em 1998), sobressaindo, por outro lado, no estrito plano formal, o método adoptado pelo PS e PSD para materializarem mais esta alteração ao texto constitucional.

Questionada, em relação a este último aspecto, foi a sua opção em desencadear o processo após decisão a sós entre António Guterres e Durão Barroso, quando todo ele deveria ter sido conduzido desde a primeira hora na sua única sede própria – a Assembleia da República.

António Filipe, em nome da bancada comunista, não hesitou por isso em considerar que este processo de revisão «começa mal». Isto porque, observou, depois de acertarem as «intervencções cirúrgicas que cada um pretende efectuar no texto constitucional», são o PS e o PSD que decidem «o quê, o como e o quando da revisão constitucional».

«E a Assembleia da República» – fez notar o deputado do PCP –, «apesar de ser o único órgão de soberania competente para rever a Constituição, limita-se a ceder as suas instalações para

que o PS e o PSD possam levar à cena uma peça de teatro que previamente escreveram e ensaiaram.»

Sem falar do facto de uma nova revisão constitucional – e esta foi outra das críticas formulada por António Filipe – não poder deixar de ser interpretada como estando o país a viver «num estado permanente de transição e de instabilidade constitucional que em nada prestigia as instituições democráticas».

Nenhuma razão premente justifica, pois, do ponto de vista da bancada

comunista, a pressa evidenciada na abertura deste processo de revisão extraordinária, tanto mais que estamos a pouco mais de um ano da data a partir da qual a Constituição admite a abertura de um processo de revisão ordinária. Mais: quando se sabe também que aspectos essenciais do TPI ainda estão por definir, e que há muitos estados subscritores do Estatuto que aguardam por essa clarificação para decidirem em definitivo da sua eventual ratificação.

Poderá no entanto haver uma explicação plausível para o comportamento do PSD e do PS. Ambos, quando em funções executivas, cometeram o mesmo erro. Este último, agora, com o TPI. Aquele, antes, com o Tratado da União Europeia. Em qualquer dos casos, como sublinhou António Filipe, assumiram compromissos no plano internacional que não são admitidos pela nossa ordem constitucional. Por outras palavras, «assumem compromissos inconstitucionais e depois apresentam-nos como factos consumados determinantes de revisões



A Constituição da República não consente a prisão perpétua

Lei do mais forte ?

Embora tornando claro o seu reconhecimento quanto ao mérito de uma instituição judiciária internacional que julgue a prática de crimes contra a Humanidade, «segundo critério de justiça e imparcialidade», o Grupo Parlamentar do PCP não deixou de expressar as suas reservas e preocupações sobre se o Tribunal Penal Internacional estará em condições de cumprir aquele desiderato.

É que, estando a sua actuação dependente

constitucionais», ou seja, «infringem princípios constitucionais e depois alteram esses princípios como forma de eliminação retroactiva da infracção».

É este manifestamente o caso da prisão perpétua prevista no Estatuto do TPI, apesar daquela medida não ser consentida pela Constituição Portuguesa. O que leva o Governo a vir reconhecer agora, como lembrou António Filipe, dada a inconstitucionalidade de algumas das suas disposições, que não tem «outro remédio senão rever a Constituição, ainda que isso represente deitar pela borda fora alguns dos princípios mais nobres e generosos do nosso património civilizacional e dos quais só temos que nos orgulhar».

em boa parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, há o «sério perigo de reflectir, no seu funcionamento, os critérios de escolha política que têm prevalecido na comunidade internacional». Nessa medida, segundo António Filipe, existem razões para recear que o TPI «possa vir a ser não um instrumento para a aplicação justa e imparcial do Direito internacional mas um meio judicial para a imposição e legitimação internacional da lei do mais forte».

Não à prisão perpétua

A reintrodução na nossa ordem jurídica da pena de prisão perpétua – sanção prevista no Estatuto do Tribunal Penal Internacional –, constitui, no entender do PCP, um retrocesso inaceitável. Esta sanção penal, banida no nosso país em finais do século XIX, está inequivocamente proibida no texto constitucional.

Entendem os comunistas, contudo, fazendo suas as apreensões de muita gente, que Portugal não poderia transformar-se num «paraíso» para os autores de crimes contra a humanidade, isto é, num «indesejável e indesejado espaço de impunidade».

Defendem, por isso, ser possível manter a consciência humanista que pautou a elaboração da nossa legislação penal, «sem impedir o julgamento e a punição dos autores de quaisquer crimes previstos e punidos no Estatuto do TPI».

Para tanto, sugerem, no respeito pela Constituição, basta que a lei penal portuguesa passe a prever e punir a prática dos crimes que, estando previstos no Estatuto do TPI, não o estejam ainda no nosso Código Penal. Trata-se, simultaneamente, de criar os mecanismos legais que permitam aos tribunais portugueses julgar, de acordo com a lei portuguesa, todos os indivíduos que se encontrem em Portugal e que sejam acusados da prática de qualquer um dos crimes previstos no Estatuto do TPI.

Ora é exactamente isto que o PCP propõe no projecto de lei que sobre esta matéria apresentou, na semana transacta, através do qual são introduzidas alterações ao Código Penal em ordem a garantir o julgamento em Portugal dos autores de crimes graves que afectem a comunidade internacional.

Desta maneira – as palavras são de António Filipe –, «nenhum crime grave contra a Humanidade pode ficar sem julgamento por insuficiência da lei penal portuguesa».

Polis suscita críticas

A forma como o programa Polis está a ser conduzido suscita críticas e reparos à bancada comunista. Em causa estão sobretudo questões relacionadas com a estratégia de gestão e com a transparência do processo.

O assunto esteve em debate na passada semana suscitado por um projecto de resolução do PSD. Há cerca de um ano esteve também no centro das atenções, tendo na ocasião motivado sérias críticas da formação comunista. Críticas dirigidas para o que o deputado Joaquim Matias considerou ser uma operação que «assumia mais foros de propaganda do que de reconversão urbanística».

Apesar da mudança de estratégia do Governo, que passou a contar com o apoio do Bloco de Esquerda, a avaliação à gestão do programa levanta muitas dúvidas. Verberado, desde

logo, no plano da gestão, é a constituição de sociedades gestoras que a população desconhece, como não conhece qualquer projecto ou estratégia de intervenção.

No que se refere à transparência do processo, para a qual Joaquim Matias chamou uma particular atenção, existem claros indícios de que nem tudo vai bem (veja-se, por exemplo, o chumbo do Tribunal de Contas ao contrato entre a Direcção Geral do Ordenamento do Território e a Parque Expo, SA ou o anúncio já feito pelo próprio gestor do programa que vão ser precisos mais 40 milhões de contos), pelo que, na perspectiva do PCP, importará «fazer cumprir às sociedades gestoras as normas contratuais relativas às empreitadas, clarificando os processos por forma a salvaguardar a transparência da gestão dos dinheiros públicos».

O outro lado da Internet

• Sandra Pimenta

Hoje em dia convivemos tanto com o fenómeno da Internet, que quase nunca paramos para pensar o que é isto de «navegar». É bom? É mau? É útil? São por de mais conhecidos os benefícios e vantagens da Internet meio de comunicação privilegiado na sociedade actual dos países industrializados. Eles excedem largamente os seus potenciais prejuízos. Mas isso não significa que os seus perigos devam de ser ignorados. Pelo contrário. Tomemos como exemplo o caso da pornografia infantil na Internet. Desde 1995, data em que o primeiro estudo sobre este fenómeno foi publicado, que a União Europeia (UE)

dos estados-membros da UE, que devem tentar assegurar que os delitos, a que correspondem a exploração de uma criança em actividades e materiais pornográficos, incluindo a produção, venda e distribuição ou outras formas de tráfico de materiais, sejam passíveis de sanções penais eficazes, proporcionadas e dissuasivas. Esta preocupação está reflectida no artigo 29.º do Tratado de Amsterdão (1997), onde se faz expressamente referência aos crimes contra as crianças. Também o Plano de Acção de Viena (1999) e o Conselho Europeu de Tampere (1999) instaram claramente a que fosse adaptada nova legislação contra a exploração sexual de crianças.

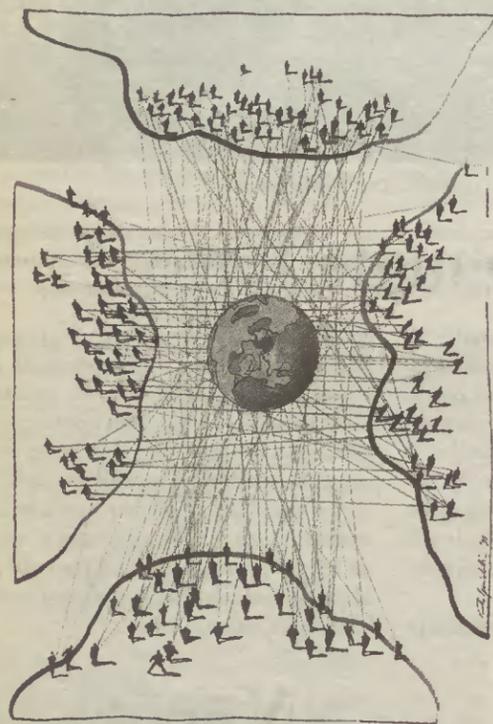
Resultados visíveis? Nem vê-los, daí a necessidade e a urgência deste assunto ter sido incluído na agenda do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, em Junho do ano passado, em que se instava a Presidência francesa e a Comissão Europeia a fazerem avançar com urgência as conclusões de Tampere nesta matéria.

Unir esforços

E há que ter em conta que um novo alargamento está à vista, o que acarreta ainda mais preocupações e a necessidade novas medidas de luta. Mas a opinião dos especialistas, reunidos em Paris sob a égide da

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), é unanime. Não basta sugerir medidas desta natureza. Os estados-membros devem ser igualmente obrigados a adoptá-las. É sempre difícil fazer cumprir uma vez que, segundo os mesmos especialistas, a difusão da pornografia acarreta sempre demasiadas liberdades e afecta a liberdade, a dignidade humana e a intimidade da pessoa. Mas acima de tudo, a liberdade do ser humano tem que se sobrepor a esta política tão liberal que por vezes orienta os políticos. A liberdade de expressão é um bem essencial, mas nunca deverá ser feita à custa ou em detrimento seja de quem for e muito, menos de uma criança. Não se pretende negar o direito à liberdade de expressão, base de uma sociedade democrática. Quando se fala em crianças é vital que um mecanismo para as proteger deva ser criado pela UE e seus estados-membros. Não se pretende, igualmente, a limitação do crescimento da criança, pretende-se, sim, a liberdade da mesma, para que chegue a um nível de conseguir adoptar os factores circundantes para tomar decisões.

E é aqui neste ponto que as instituições europeias, enquanto representantes dos povos da Europa, assim como os governos, as agências internacionais e as organizações não governamentais, devem unir esforços no sentido de um amplo e forte combate para que os direitos das crianças sejam respeitados. Pois, de contrário, a tão dura e realista frase de Soeiro Pereira Gomes - «Para os filhos dos homens que nunca foram meninos» -, continuará, infelizmente, a ser uma realidade.



tem vindo a preocupar-se com este problema. E isto porque crianças desaparecidas por esse mundo fora podem muito bem estar à vista de toda a gente na Internet. Sujeitas aos mais aberrantes abusos sexuais, mas forçadas a sorrir para a fotografia. São o rosto da pedofilia on-line, cujo crescimento sem limites preocupa governos e instituições.

Dada a sua natureza, a Internet oferece possibilidades completamente novas de divulgação de pornografia infantil. Este material pode ser distribuído gratuitamente, em quantidade ilimitada e está rapidamente à disposição do público em geral. Também os problemas enfrentados no âmbito das formas tradicionais de comercialização desapareceram, pois deixou de ser necessário procurar suportes publicitários seguros e adequados para financiar este negócio cada vez mais próspero. Os transportes e os custos são eliminados e deixaram de existir os riscos associados ao transporte transfronteiriço, um dos principais obstáculos a outro tipo de comércio de idênticos objectivos.

Combate difícil

É necessário agir, mas o combate é difícil, dado o ritmo acelerado a que se processa a evolução tecnológica. Além disso, não é fácil regulamentar as transacções via Internet, uma vez que os serviços podem ser oferecidos a partir de qualquer local no mundo, sendo as suas origens dificilmente detectáveis.

Assim, as medidas de combate à pornografia infantil devem ter lugar a nível supranacional. Impõe-se, por esse motivo, uma acção conjunta por parte

UE recusa exigências de Marrocos e falha novo acordo de pescas

Acordo impossível

A última ronda de negociações entre a União Europeia e Marrocos terminou na segunda-feira com acusações mútuas sobre a responsabilidade do fracasso.

O comissário europeu Franz Fishler reconheceu em conferência de imprensa que «com base nas exigências de Marrocos, não foi possível chegar a acordo». Fishler acusou então os marroquinos revelando que o ministro das Pescas, Said Chbaatu, lhe teria mesmo comunicado ter «vindo a Bruxelas sem qualquer margem de manobra».

A UE, adiantou o comissário, «deu mais um passo em direcção a Marrocos», oferecendo, «nesta última fase das negociações, cinco milhões de euros adicionais» (cerca de 1 milhão de contos) sem que Rabat tivesse feito algum esforço para se aproximar da posição dos Quinze.

Por seu lado, o ministro marroquino afirmou que o

comissário «deve assumir a responsabilidade» do fracasso das negociações, acrescentando que Marrocos pretendia «um acordo equilibrado e não mais dinheiro».

Said Chbaatu afirmou que tem feito «todos os esforços para conseguir um acordo», apesar da «pressão exercida pelos pescadores nacionais» que não querem ver os seus mares explorados pelas frotas comunitárias.

A proposta marroquina pretendia uma diminuição da frota comunitária e da capacidade pesqueira, exigia a participação de nacionais nos barcos comunitários e uma compensação financeira que considerava «proporcional ao esforço».

Entretanto, a Comissão

Europeia já está a estudar medidas para apoiar os pescadores e armadores que agora têm a confirmação que vão continuar afastados das águas marroquinas. «Agora, trata-se de utilizar o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas) para financiar as medidas necessárias para compensar os pescadores e armadores atingidos», disse Franz Fishler.

Estas negociações apenas se iniciaram oficialmente em Setembro de 2000, depois de o último acordo ter expirado a 30 de Novembro de 1999. Desde então estão paralisados em Portugal 26 embarcações e 622 pescadores portugueses, enquanto que do lado espanhol os números ascenderam aos 369 barcos, num total de 3351 trabalhadores. A compensação financeira que recebem de Bruxelas e dos respectivos países deverá terminar em Junho próximo.

Nórdicos aderem a Schengen

Os cerca de 24 milhões de noruegueses, suecos, finlandeses e islandeses podem desde o passado domingo viajar livremente pelos restantes 10 países já signatários da Convenção de Schengen, sem ter de apresentar o passaporte nas fronteiras.

Esta convenção, que começou com a assinatura de um acordo em 1985 na localidade luxemburguesa com o mesmo nome, criou um

espaço europeu de livre circulação que agora se estende do Cabo Norte norueguês a Gibraltar (excluído), no sul, e à Grécia, a sudeste, num total de 15 países: 13 estados membros da UE (excepto o Reino Unido e a Irlanda) e dois países não membros, a Noruega e a Islândia.

Inicialmente o acordo de livre circulação incluía apenas cinco países (França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda).

Protestos à porta do Conselho

Enquanto decorria a cimeira de Estocolmo, milhares de manifestantes anti-União Europeia concentraram-se nas imediações do edifício onde estava reunido o Conselho Europeu de Chefes de Estado e de Governo da União.

Os activistas de dezenas de associações e organizações políticas foram conduzidos pela própria polícia, por uma auto-estrada encerrada ao trânsito, até um perto do local da cimeira no centro de exposições de Aelvsjoe, na periferia sul da capital sueca.

Entre os presentes (três mil segundo os organizadores, citados pela Agência Lusa) estavam militantes de diferentes partidos suecos de extrema-esquerda, membros do movimento «Não à UE», que congrega cerca de trinta associações eurocépticas, que defendem a saída da Suécia da União, e da designada «Aliança Europeia Anti-Maastricht». Na manifestação estiveram ainda cerca de 500 imigrantes da Somália residentes na Suécia, 300 membros do comité Suécia-Iraque e 200 da seita chinesa-

«Falungong».

Entretanto, na noite de sexta-feira para sábado, a polícia interpelou 149 jovens que se agruparam no centro da cidade e começaram a lançar pedras sobre os agentes. As autoridades suecas mobilizaram mais de um milhar de polícias para evitar a repetição na cimeira de Estocolmo dos incidentes violentos registados em recentes reuniões internacionais, como em Seattle (Estados Unidos), Praga, Davos (Suíça), Washington e Nice (França).



Milhares de pessoas manifestaram-se em Estocolmo

Os novos objectivos do emprego

O Conselho de Estocolmo estabeleceu um novo objectivo para a taxa de emprego global que deve atingir os 67 por cento e 57 por cento para as mulheres, até Janeiro de 2005. O pleno emprego é agora visto como um instrumento importante para fazer face ao desafio do envelhecimento da população.

Num horizonte mais alargado, os estados são convidados a definir planos nacionais de acção para que, em 2010, entre as pessoas com 55 anos e os 64 anos, pelo menos 50 por cento estejam empregadas. Hoje apenas 38 por cento das pessoas destes grupos têm um emprego.

Para aumentar a taxa de actividade e prolongar a vida activa, os Quinze admitem tomar medidas com vista a reduzir a economia informal e suprimir as disposições actuais dos regimes fiscais e de previdência que desencorajam a procura de emprego.

Até ao próximo ano, devem ser ainda disponibilizados indicadores sobre as estruturas de acolhimento e enquadramento das crianças e outras pessoas dependentes, assim como sobre os regimes de prestações sociais.

Ao mesmo tempo, as conclusões referem a necessidade de, através da supressão dos actuais entraves, «encorajar a modernização dos mercados de trabalho e a mobilidade da mão-de-obra», alegadamente para «lhe conferir uma maior capacidade de adaptação às alterações».

Neste sentido, até Junho de 2001, data do próximo Conselho, será adoptada uma recomendação sobre a mobilidade dos estudantes, das pessoas em formação, jovens voluntários, professores e formadores, devendo os estados membros aplicar planos de acção sobre a mobilidade.

CE apoia libertação dos reféns

O comissário para as Relações Externas da União Europeia, Chris Patten, assegurou que Bruxelas se irá empenhar diplomaticamente para que os movimentos de Cabinda libertem os oito reféns portugueses.

Em declarações aos jornalistas, no sábado, Patten afirmou que a Comissão Europeia «pode disponibilizar os seus bons officios diplomáticos, juntamente com Portugal, para alcançar a libertação dos oito portugueses», raptados por duas facções da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

O comissário recordou ainda que, durante o jantar de chefes de Estado e de Governo dos Quinze, na sexta-feira, o primeiro-ministro português levantou o tema de Cabinda, tendo em vista sensibilizar a União Europeia para actuar com urgência nesta questão.

Conselho de Estocolmo Ultraliberalismo com retórica social

As conclusões do Conselho Europeu de Chefes de Estado de Governo da União, que terminou sábado em Estocolmo, não trouxeram surpresas de maior. Por detrás de alegadas preocupações sociais, a verdadeira prioridade dos Quinze foi mais uma vez acelerar a caminhada para a liberalização total da economia.

Na véspera da Cimeira de Estocolmo, a deputada Ilda Figueiredo alertava em conferência de imprensa para os verdadeiros objectivos deste chamado Conselho da Primavera destinado a fazer o balanço das conclusões da Cimeira de Lisboa.

Como recordou, o documento aprovado na capital portuguesa preconiza a aceleração da liberalização — leia-se privatização — em

documento de orientações da Comissão Europeia, que, como referiu Ilda Figueiredo,

coloca como «prioridade a conclusão do mercado interno através da aceleração do processo de liberalização, o reforço dos mercados financeiros mediante a instituição dos fundos de

pensões, o aumento da competitividade das empresas assente na redução dos custos salariais, na flexibilidade e na

O discurso social não passa de uma cortina de fumo para esconder objectivos ultraliberais



Só a luta dos trabalhadores pode travar o processo de desregulamentação laboral e os cortes salariais, afirmaram Ilda Figueiredo e José Ernesto Cartaxo

áreas com o gás, a electricidade, os serviços postais e os transportes. Além de prever a conclusão da liberalização plena dos mercados de telecomunicações até final do ano em curso, propunha-se ainda definir uma estratégia para a supressão dos obstáculos aos serviços, avançar na integração dos mercados financeiros e criar um quadro legal para os contratos públicos com entrada em vigor antes de 2002.

No fundamental, os Quinze aprovaram em Estocolmo o

documentos de orientações da Comissão Europeia, que, como referiu Ilda Figueiredo,

coloca como «prioridade a conclusão do mercado interno através da aceleração do processo de liberalização, o reforço dos mercados financeiros mediante a instituição dos fundos de pensões, o aumento da competitividade das empresas assente na redução dos custos salariais, na flexibilidade e na mobilidade do trabalho».

A eurodeputada comunista sublinhou que «para a Comissão Europeia [e agora também para o conjunto dos Quinze] não basta que já tenham avançado as liberalizações no comércio electrónico, que haja uma concorrência acrescida nos serviços locais de telecomunicações, se tenha concretizado a primeira etapa dos caminhos-de-ferro». É preciso avançar mais rapidamente na liberalização dos serviços postais, dos sectores do gás e da electricidade, do



A destreza dos líderes da União Europeia não impressiona os 65 milhões de pobres dos seus países

transporte de passageiros e do frete ferroviário interior, e na criação de um espaço aéreo único, eliminando as restrições às companhias do sector.

Os objectivos da Comissão, fortemente influenciada pelos lobbies dos grandes grupos económicos, foram aprovados na sua generalidade, e só a oposição da França à fixação de uma data-limite para a plena liberalização dos sectores eléctrico e do gás obrigou a alterar o documento final. Com eleições já no próximo ano, legislativas e presidenciais, o governo francês preferiu que não ficassem especificadas as datas de abertura deste mercado para as empresas, em 2003, e a todos os consumidores em 2005.

Ataque às pensões

Mas apesar das declarações para consumo interno do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, segundo o qual «não se trata de liberalizar por liberalizar; é preciso garantir o benefício dos consumidores», e que este deve ser um «processo lento, controlado e socialmente aceitável para as empresas afectadas» — a verdade é que as novas propostas de liberalização já existem e

estão no Parlamento Europeu, designadamente a dos transportes terrestres de passageiros e dos serviços portuários de natureza comercial.

Em todos os casos, salientou Ilda Figueiredo, «estas propostas são acompanhadas de maior precariedade no emprego, ataques aos direitos dos trabalhadores, incluindo ao emprego, e, em geral, de serviços de pior qualidade ou mais caros, pondo em causa a satisfação das necessidades básicas das categorias mais vulneráveis da população. Esta pres-

estão liberalizadora está presente noutros sectores essenciais como a água, o tratamento de resíduos e a saúde».

Simultaneamente, acrescentou a eurodeputada do PCP, «avança a pressão para a dinamização dos fundos de pensões profissionais, a criação de um mercado único para a reformas complementares e a tentativa de privatização nos sistemas de pensões nacionais com o objectivo de criar novas formas de financiamento dos mercados financeiros e da especulação bolsista».

Das declarações à prática...

Tal como há um ano em Lisboa, também em Estocolmo os Quinze fizeram questão em revelar manifestar preocupações sociais, chegando mesmo a estabelecer metas de emprego para os próximos anos.

Mas se o Conselho de Lisboa marcou uma viragem na retórica social dos líderes da UE, tendo ficado erroneamente na memória de muitos como a Cimeira do Emprego, o facto é que um balanço objectivo mostra que, desde então, «na área social não avançaram as principais iniciativas legislativas previstas na Agenda Social». Quem o lembrou foi Ilda Figueiredo, durante a conferência de imprensa em que participou igualmente José Ernesto Cartaxo.

A deputada afirmou que ficaram na gaveta as iniciativas que previam o reforço dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de trabalho. «Por exemplo, quando avançaram com o estatuto da sociedade europeia deixaram para trás a possibilidade de intervenção dos conselhos de trabalhadores, separando assim a revisão da directiva de consulta dos trabalhadores do processo de regulamentação do estatuto de empresa europeia.»

O mesmo se verificou no campo das políticas sociais e de emprego, as quais «continuam estritamente subordinadas à observância do pacto de estabilidade». «Apesar da conjuntura económica favorável, a criação de emprego foi diminuída e, no fundamental, precária», disse Ilda Figueiredo, considerando que os seus princípios orientadores, «a empregabilidade e a adaptabilidade», traduzem «uma filosofia de responsabilização individual (e não social), pelos problemas do emprego e do desemprego».

Como consequência, «o desemprego de longa duração e a exclusão social mantêm-se muito elevados, afectando em especial mulheres e jovens e a exclusão social atinge cerca de 65 milhões de pessoas».

Todavia, as políticas neoliberais consideram que «o problema do desemprego resulta da insuficiente flexibilização do mercado de trabalho e dos custos do trabalho, insinuando que há custos excessivos com a protecção social». Por isso, iniciativas de combate à pobreza e exclusão social, como o programa de que Ilda Figueiredo foi relatora, dificilmente passam à prática.

UE apoia Rússia

A Cimeira de Estocolmo manifestou apoio à adesão da Rússia à OMC considerando-a «essencial para uma maior integração na economia mundial e para promover um clima favorável a investimentos neste país».

Nas conclusões aprovadas, a União Europeia apoia os esforços daquele país «para cumprir os requisitos necessários da sua adesão» e espera que «assuma plenamente os seus compromissos».

A presença em Estocolmo do presidente russo, Vladimir Putin, foi vista pelos Quinze como a «demonstração da importância da colaboração estratégica entre a UE e a Rússia», a qual «deve continuar a desenvolver-se no sentido de tirar o máximo partido do acordo de Colaboração e de Cooperação, ajustando-se à estratégia comum da União».

Na sexta-feira, os líderes da UE debateram com o presidente russo o «vasto programa de reformas destinado a modernizar a economia russa e a melhorar as condições para o comércio e para os investimentos», tendo reiterado

que a União «continuará a apoiar estas reformas, que também beneficiarão as novas oportunidades de cooperação entre a UE e a Rússia», salienta o texto.

No entanto, para «promover um desenvolvimento constante das relações económicas e comerciais com a Rússia», o Conselho Europeu exigiu «medidas apropriadas para solucionar urgentemente os longos contenciosos comerciais, em particular no que se refere aos voos sobre a Sibéria».

Os chefes de Estado e de Governo mostraram-se ainda favoráveis à «concessão de empréstimos do Banco Europeu de Investimento para projectos ambientais seleccionados, sujeitos a critérios específicos».

Os Quinze congratularam-se com «os progressos substanciais alcançados na negociação do acordo sobre o Programa Multilateral do Ambiente e em matéria nuclear da Federação Russa», convidando as partes envolvidas a «intensificar esforços para que este acordo seja concluído em Maio próximo».

Derrota de Haider

O FPOe (Partido da Liberdade, de Joerg Haider) perdeu mais de um quarto dos seus eleitores nas eleições autárquicas de domingo, na Áustria, passando de 27,9 para 20,5 por cento dos votos. Este resultado, o maior revés do FPOe em 15 anos, representa, de acordo com o diário de centro-esquerda *Der Standard*, «uma derrota para a coligação» governamental entre os conservadores e a extrema-direita. Uma derrota que o diário atribui às declarações xenófobas de Haider, o «homem forte» da extrema-direita, durante a campanha eleitoral. «Com o bom resultado obtido, os Verdes constituem uma ameaça para o governo», refere por seu turno o diário *Kurier* no seu editorial. O partido Social-Democrata (SPOe), que controla a capital desde 1919, conseguiu a maioria dos assentos no conselho municipal com 46,81 por cento dos votos, e os Verdes obtiveram o seu melhor resultado em Viena, com 12,45 por cento.

Violência sexual na África do Sul

Milhares de jovens estudantes sul-africanos sofrem diariamente violência e assédio sexuais por parte de colegas ou de professores, revela um relatório da Human Rights Watch (HRW).

O documento, de 138 páginas, baseia-se em investigações realizadas no KwaZulu-Natal, Gauteng e Cabo Ocidental, três das nove províncias da África do Sul, e relata casos regulares de violação, agressões de carácter sexual ou assédio dos colegas, professores ou directores das escolas, que usam a sua influência para pressionar as adolescentes a envolverem-se numa ligação com eles.

«A África do Sul tem necessidade de uma estratégia sistemática contra este problema. Um sentido de direcção e responsabilidade é vital em todos os escalões para criar um sistema de educação sem preconceitos ou violências de carácter sexual», indica o relatório.

Segundo as últimas estatísticas da polícia, que registou 51 249 casos em 1999, a África do Sul tem uma das maiores taxas de violação no mundo.

Manifestação na Argentina

Cerca de 200 000 pessoas, segundo a Central dos Trabalhadores argentinos, concentraram-se domingo na Praça de Maio, em Buenos Aires, culminando um conjunto de iniciativas que assinalaram o 25.º aniversário do golpe de Estado que instaurou a mais cruel ditadura militar da história da Argentina. A manifestação, uma homenagem aos 18 000 mortos ou desaparecidos, e aos milhares de sequestrados, torturados ou exilados provocados pela ditadura que vigorou até 1983, serviu também para protestar contra as recentes decisões económicas do governo, e em especial contra o programa do ministro da Economia,

Declarações contraditórias de personalidades da NATO revelam duplicidade dos que dizem apoiar governo de Skopje

Macedónia entre dois fogos

Responsável das forças da NATO no centro da Europa exorta governo da Macedónia a negociar com independentistas albaneses.

«O governo macedónio não tem o direito de apontar simplesmente as armas contra esta gente. Deve tentar negociar as insatisfações dos rebeldes (de origem albanesa), que julgam que os seus direitos fundamentais estão afectados.» A afirmação, segundo a agência Lusa, é do general Klaus Reinhardt, que dirige as forças terrestres da NATO no centro da Europa, em recente entrevista ao jornal alemão *Bild*.

À primeira vista, dir-se-ia que o general não está sintonizado com as tomadas de posição públicas da generalidade dos protagonistas dos acontecimentos nos Balcãs. Ainda no passado dia 16, em Atenas, o secretário-geral da NATO, George Robertson, afirmava que a Aliança não permitiria que «um pequeno grupo de extremistas que preferem as balas aos boletins de voto» desestabilizasse a Macedónia. No mesmo dia, também o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Richard Butcher, dizia que Washington está «muito preocupada» com as «actividades violentas de um pequeno grupo de extremistas» que são «renegados pela maioria da população de origem albanesa da Macedónia». No dia 23, em Estocolmo, era a vez dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia afirmarem o seu apoio à Macedónia. «É preciso deixar claro que não há lugar para o extremismo no século XXI na Europa», lê-se na declaração divulgada a propósito pelos Quinze.

Jogo duplo

As palavras do general Klaus Reinhardt, aparentemente insólitas, não são no entanto tão descabeladas como podem parecer. O documento dos Quinze, malgrado o apoio à Macedónia, não

deixa de instar o governo de Skopje a continuar a fazer face à crise «com contenção e de forma responsável». Mais explícito foi ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros

Washington diz-se preocupada com actividades dos extremistas

português, Jaime Gama, ao afirmar que as autoridades macedónias têm de «pôr em prática um conjunto de medidas, de âmbito político e institucional, que dêem satisfação a legítimos direitos dos albaneses do país».

Vale a pena recordar que foi mais ou menos nos mesmos termos que a questão começou por ser posta no Kosovo. Pedidos de «contenção» às autoridades jugoslavas no combate aos independentistas albanos-kosovares, acusações de utilização de «meios desproporcionados» em resposta aos ataques dos independentistas, alegado desrespeito pelos direitos da população de origem albanesa.

Agora, pelos vistos, o facto de a minoria albanesa na Macedónia (cerca de um terço da população) estar representada no governo com cinco ministros também já é considerada insuficiente, mesmo tendo em conta que as «reivindicações» mais sérias que até ao momento se fizeram ouvir foi o reconhecimento do idioma albanês e a validação dos títulos académicos conferidos pela universidade de Tetovo. Parece pouco para iniciar uma guerra, mas quando o que efectivamente está em causa é a conquista de território para o «grande Kosovo», na perspectiva da «grande Albânia», todos os pretextos servem. Os países da União Europeia e da NATO que criaram o UCK como pontas de lança dos seus jogos de guerra sabem-no bem, por mais que finjam ignorá-lo.

Entretanto, no terreno, os combates continuam, havendo já mais de 18 000 deslocados.

Lixo nuclear

Cerca de 10 mil pessoas manifestaram-se na Alemanha, no passado fim-de-semana, contra o transporte dos contentores com lixo nuclear da central de reciclagem de La Hague, em França, para o depósito de Gorleben, na Alemanha, e contra o consenso entre o governo e a indústria nuclear.

O acordo entre o governo e a indústria nuclear prevê o fim da reciclagem dos detritos em França só em 2005. Até lá, no entanto, o ministro alemão do Ambiente, Juergen Trittin, dos Verdes, considera que «nenhum governo federal pode permitir que o lixo nuclear alemão fique no estrangeiro».

«Sempre foi claro que teríamos de receber de novo os vagões de urânio reciclados na França», disse Trittin, muito contestado pelos militantes do seu próprio partido, que consideram insuficiente o acordo assinado no Verão de 2000 entre o governo SPD/Verdes e a indústria nuclear para desligar gradualmente as 19 centrais alemãs nos próximos 30 anos.



O presidente Putin e o ministro da Defesa, Igor Sergueyev, não escondem a preocupação da Federação Russa com a situação nos Balcãs

Pouca receptividade à iniciativa russa

O presidente russo, Vladimir Putin, apresentou sexta-feira em Estocolmo a iniciativa de Moscovo sobre os Balcãs lançada dois dias antes pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Igor Ivanov. No essencial, trata-se de levar os estados da região a assumirem «compromissos mútuos sobre um certo número de princípios: respeito pela integridade territorial, pela soberania e inviolabilidade das fronteiras», explicou Ivanov à cadeia de televisão russa RTR.

Segundo o diplomata, «todos estes compromissos devem ter um carácter vinculativo e o Conselho de Segurança da ONU deve ser o seu único garante».

A iniciativa russa teve até à data pouca receptividade.

Entretanto, o secretário-geral da NATO, George Robertson, e o chefe da diplomacia da União Europeia, Javier Solana, deslocaram-se esta semana a Skopje para, segundo Robertson, «dar alguns conselhos, algumas garantias e (...) recomendações ao governo macedónio sobre os últimos acontecimentos».

Falando à imprensa, o responsável da Aliança Atlântica exprimiu o desejo de que o executivo macedónio «se envolva numa discussão política com os partidos albaneses (representados) no Parlamento, para se assegurar de que, depois do afastamento dos rebeldes, ele (o governo) passa à ofensiva política».

ONU exige cumprimento de sanções contra a UNITA

As Nações Unidas «não estão dispostas a tolerar qualquer diversão, seja por indivíduos ou pelos estados-membros das Nações Unidas, ao cumprimento das obrigações que são impostas pelas suas resoluções», afirmou domingo em Luanda o presidente do Comité de Sanções da ONU contra a UNITA, Richard Ryan.

Em declarações à imprensa, Richard Ryan garantiu que as Nações Unidas têm como objectivo «fazer aplicar de maneira mais completa possível as resoluções contra a UNITA».

O diplomata irlandês, que se deslocou a Angola para uma visita de cinco dias, reafirmou a necessidade de o Movimento de Jonas Savimbi não «receber qualquer apoio de nenhum estado-membro da ONU, de organizações ou de indivíduos que lhe permita atingir objectivos políticos por meios não democráticos e violentos».

«As Nações Unidas partilham desse objectivo e vamos analisar as vias e os meios, ao abrigo dos termos das resoluções, com vista a implementar as resoluções da maneira mais completa possível para podermos alcançar esse objectivo comum», afirmou.

Segundo a agência Lusa, o presidente do Comité de Sanções da ONU contra a UNITA salientou ainda que a sua deslocação a Angola tem por objectivo «recolher informações sobre o país», com vista a

atingir o objectivo definido pelas Nações Unidas.

«O meu dever em nome do Conselho de Segurança da ONU é controlar e verificar as obrigações de todos os membros da ONU sobre o que lhes impõem as suas resoluções contra a UNITA», frisou Richard Ryan.

Confrontos continuam

A UNITA reivindicou entretanto na segunda-feira a morte de sete elementos das Forças Armadas Angolanas e de 75 polícias em duas operações, uma contra o aeroporto do Uíge e outra com ocupação de Caripande, Moxico.

Segundo um comunicado datado de Angola e assinado pelo chefe do Estado Maior Geral das FALA/UNITA, general Geraldo Abreu «Kamorteiro», o aeroporto da cidade setentrional do Uíge foi atacado por «uma companhia de comandos» sendo «mortos sete FAA, dez polícias e destruídas algumas instalações de apoio».

Segundo a mesma fonte, no mesmo dia «o batalhão «Estamos a Voltar» tomou de assalto e mantém sob o seu controlo a localidade de Caripande, no Saliente de Cazombo», na província oriental do Moxico. Durante a acção, «foram mortos 65 polícias e capturados dois paíóis de material diverso, medicamentos e material de aquartelamento».

Cimeira árabe endurece posição contra Israel

Estado judaico acusado de racista

O presidente sírio, Bachar al-Assad, na abertura da cimeira árabe, em Amã, acusou a sociedade israelita de ser «mais racista do que os nazis».

A cimeira árabe de Amã, Jordânia, começou na terça-feira com uma violenta intervenção do presidente sírio, Bachar al-

Assad. «A sociedade israelita é mais racista do que os nazis e todos os cidadãos árabes o dizem», declarou o dirigente sírio, citado pela Lusa, sublinhando que não existe «qualquer diferença entre os dirigentes israelitas, de (Yitzhak) Shamir a (Ariel) Sharon», o actual primeiro-ministro.

«É preciso não cair na armadilha que consiste em ligarmos as nossas causas às pessoas» que são eleitas em Israel, acrescentou, lembrando que Sharon subiu ao poder «por vontade do povo israelita, que continua igual, racista e extremista».

Na opinião do presidente Assad, não é necessário dar uma «oportunidade» a Sharon, como apelaram os EUA e a União Europeia após a sua eleição em 6 de Fevereiro. «Sharon é geralmente classificado como homem de massacre, um homem que detesta os árabes, e é verdade que ele detesta os árabes», disse Assad, interrogando de seguida: «Qual é o objectivo de (lhe) dar uma oportunidade? Para que ainda mais árabes sejam mortos ou para que estes façam a partir de agora concessões?»

Na sua intervenção, o presidente sírio instou os árabes a desenvolverem «os instrumentos de acção comum», a «manterem posições constantes» em relação ao Estado judaico,

que não devem depender das mudanças de governo em Israel, e alertou para a necessidade de não transformar a cimeira «num muro das lamentações».

Sharon subin ao poder por vontade do povo israelita

Pouco espaço para o diálogo

A referência ao «Muro das lamentações», local sagrado do judaísmo em Jerusalém, não foi casual. De acordo com o projecto de resolução final da cimeira, os dirigentes árabes advogam a rotura de relações com os países que reconhecem Jerusalém como capital de Israel, ou que aí instalem as suas embaixadas.

O documento recorda a propósito «as resoluções das cimeiras árabes de Amã em 1980, Bagdad em 1990, e Cairo em 2000», em que aquela posição é defendida, e reafirma a fidelidade dos dirigentes árabes «às resoluções do Conselho de Segurança sobre Jerusalém (...) que tem como caducas todas as disposições tomadas por Israel para alterar o estatuto desta cidade».

A tensão voltou entretanto a subir entre israelitas e palestinianos na sequência da morte de uma bebé de um ano em Hébron, Cisjordânia. Um comunicado de Ariel Sharon acusa a Autoridade Palestiniana de «responsável pela violência e pelo terrorismo» que resultou segunda-feira na morte da criança, filha de um colono que foi igualmente atingido. As autoridades militares dizem que o crime foi

cometido «a sangue frio», sem que se tivessem «registado provocações» da parte israelita, e acusam «um membro dos serviços de segurança da Autoridade Palestiniana,

porque são os únicos entre os palestinianos a disporem de espingardas com miras telescópicas».

Na sequência desta dramática ocorrência, Israel decretou um bloqueio e o

recolher obrigatório em Hébron.

A radicalização de posições está a deixar cada vez menos espaço para o diálogo, e sem diálogo não será possível chegar à paz.

Quinze criticam Israel

Os Quinze países da União Europeia (UE), reunidos na Cimeira de Estocolmo, reconheceram a dramática crise económica em que se encontram os palestinianos e criticaram implicitamente Israel pela situação.

Na sua tomada de posição, os Quinze apelam a «outros doadores internacionais para que se unam à UE e se comprometam a apoiar financeiramente o pressuposto palestiniano», sublinhando por outro lado a necessidade de «Israel pôr fim às medidas de isolamento dos palestinianos e proceder aos pagamentos atrasados» que deve àquela autoridade.

As autoridades israelitas interromperam o pagamento dos impostos aos palestinianos após o começo da nova intifada, em Outubro último.

Os líderes europeus pedem ainda às autoridades palestinianas que «adoptem sem demora um orçamento de austeridade e

medidas eficazes para lutar contra a corrupção e melhorar a transparência democrática».

Afirmando a sua intenção de desempenhar um papel mais activo no processo de paz no Médio Oriente, os Quinze encarregaram Javier Solana, representante da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, de apresentar, «o mais tardar no Conselho Europeu de Gotemburgo» (em Junho), as possibilidades da UE «jogar um papel maior na renovação do processo de paz» na região.

A deliberação encarrega ainda Solana de continuar «em estreito contacto com todas as partes» envolvidas no conflito, enquanto os Quinze se comprometem a colaborar com Israel, a Autoridade Palestiniana, os EUA e outros parceiros internacionais na procura de uma solução «que permita pôr fim à violência e voltar à mesa das negociações».



Jerusalém, eterno ponto de discórdia entre árabes e israelitas

Domingo Cavallo. O presidente argentino, Fernando de La Rúa, referindo-se ao golpe de Estado de 24 de Março de 1976, classificou-o de «facto infeliz».

Luta contra a Sida

Vinte ministros da Saúde de trinta países membros do Movimento dos Não-Alinhados estiveram reunidos nos dias 26 e 27 em Joanesburgo para definir uma estratégia comum sobre os preços de medicamentos.

Os ministros dos dois países com maior número de seropositivos e doentes de Sida, a África do Sul (4,7 milhões) e a Índia (3 a 5 milhões), sublinharam a importância para as Nações em vias de desenvolvimento de contornarem o elevado custo dos medicamentos, que os impede de tratarem os doentes. Segundo o ministro da Saúde indiano, Chandreswar Prard Thakur, a população de alguns países mais afectados pela Sida poderá ser reduzida a metade em pouco tempo, se os respectivos governos não conseguirem adquirir medicamentos a preços mais razoáveis.

Na conferência participou o director da Organização Mundial de Saúde (OMS) para os medicamentos essenciais, Jonathan Quick, que afirmou que os países em desenvolvimento «estão mal informados» sobre os meios à sua disposição para obter medicamentos baratos e que podem beneficiar de negociação de preços em grupo.

Violência na Colômbia...

Grupos paramilitares de extrema-direita assassinaram pelo menos 23 pessoas (entre guerrilheiros e civis) durante o fim-de-semana, informaram fontes militares.

No sábado, em condições ainda não esclarecidas, foram mortos também o tenente-coronel Alfonso Rodriguez, comandante da polícia de Toribó, e o coronel José del Rosario Bello. O director do Departamento Administrativo de Segurança (DAS), polícia secreta, coronel German Jaramillo, anunciou uma recompensa milionária a quem revelar o paradeiro dos assassinos.

... e nas Filipinas

Dois ataques de separatistas muçulmanos em Mindanao, a maior ilha do sul das Filipinas, causaram a morte de seis pessoas e ferimentos noutras seis durante o fim-de-semana. Segundo fontes do exército, os ataques foram levados a cabo por rebeldes da Frente Moro de Libertação Islâmica (FMLI), que no domingo fizeram uma emboscada a uma patrulha militar, perto de Barira, e no sábado atacaram o centro de acolhimento de refugiados. A presidente filipina, Gloria Arroyo, proclamou entretanto uma trégua unilateral na ilha de Mindanao, e ordenou a libertação de prisioneiros pertencentes ao FMLI, para encorajar os separatistas a retomar as negociações de paz.

Crise na Guiné-Bissau

Os partidos da oposição na Guiné-Bissau manifestaram esta semana a sua «indisponibilidade para colaborar» com o novo governo liderado por Faustino Imbali.

A posição foi assumida segunda-feira numa conferência de imprensa conjunta da Resistência da Guiné-Bissau (RGB), maior partido da oposição, e da Plataforma Nacional da Oposição Unida (PNOU), que reúne seis formações, incluindo o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a terceira força política do país desde as eleições de Novembro de 1999.

A oposição guineense considera que há necessidade de concertação, «através de um diálogo sério e responsável», para a procura de consensos que possam viabilizar soluções estáveis para «a grave crise» em que o país se encontra. Segundo afirmaram os responsáveis políticos, citados pela Lusa, cabe ao presidente Kumba Ialá, «de forma paciente e res-

ponsável», a criação de consensos que, respeitando os resultados eleitorais de 1999, «proporcionem estabilidade política, competência e eficácia governativa».

Os partidos da oposição decidiram, por outro lado, manifestar «em bloco» a sua disponibilidade para viabilizar a nível parlamentar qualquer alternativa de governo que seja «consensual, fiável, competente, eficaz e capaz» de tirar o país da «profunda crise» em que se encontra.

A oposição apelou ao PRS, na sua qualidade de «partido com maior representação parlamentar», para se associar aos esforços conjuntos na procura das «melhores soluções» para a viabilização da Guiné-Bissau e o «relançamento» do processo de desenvolvimento. Este objectivo, na sua óptica, não passa pela indicação de Faustino Imbali para o cargo do novo primeiro-ministro e «muito menos» pela escolha dos elementos anunciados para o executivo.

Apelo do PS da Sérvia

Dois anos passaram desde o início da criminoso agressão da NATO contra a Jugoslávia, em 24 de Março de 1999.

Os perigos para a paz na região e no mundo não diminuíram. Em vez de implementar a Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de dissolver e desarmar o UCK, a NATO mudou o nome daquela organização para «KPC» (Corpo de Protecção do Kosovo), equipou-a com armamento e criou-lhe condições para se lançar em novos confrontos e limpeza étnica não só no Kosovo mas também noutros municípios do sul da Sérvia e na Macedónia. A NATO tem fomentado a instabilidade, encoraja o separa-

tismo e a alteração das fronteiras leva a cabo novas divisões. Numa palavra, a situação nos Balcãs é hoje muito pior do que antes da agressão da Aliança Atlântica contra a República Federal da Jugoslávia.

A constatação desta realidade levou o Partido Socialista da Sérvia, no passado dia 24, a lançar um apelo à opinião pública internacional para que, tendo em conta a trágica experiência dos povos dos Balcãs, exija: A dissolução da NATO; Imediata retirada da NATO dos Balcãs; Responsabilização por crimes e prejuízos de guerra; Proibição de armamento radioactivo; e Abolição do chamado Tribunal de Haia.

• Miguel Urbano Rodrigues

O regresso de Bolívar

Bolívar morreu há 170 anos. Não foi possível apagar-lhe da história o nome. Mas pouco sabem os contemporâneos da sua vida e obra. Daí a surpresa provocada na Europa pela reivindicação do projecto bolivariano pelo venezuelano Hugo Chavez.



É um facto que revolucionários como José Martí e Fidel Castro proclamaram sempre a sua identificação com o ideário do Libertador. Para ambos foi ele o grande pioneiro do combate pela unidade dos povos da América Latina.

Mas só muito recentemente o pensamento político de Bolívar principiou no continente a ser novamente tema de debate entre as novas gerações.

Esse prolongado esquecimento do Bolívar pensador e estadista tem uma explicação simples.

Bolívar foi um reformador social revolucionário e um anti-imperialista consequente, o que incomodava na Colômbia e em toda a América as forças retrógradas que ele, sobretudo nos últimos anos, combateu com coerência e tenacidade.

É esclarecedor que nenhum governo

colombiano tenha tomado até hoje a iniciativa de promover a edição e divulgação da obra (completa) do herói máximo das lutas pela independência na América latina.

Os «dois» Bolívares

Liberais e conservadores, ao longo de mais de século e meio, entenderam-se tacitamente em torno de um objectivo comum: incutir no povo a ideia da existência de dois Bolívares. Um, o militar, merecedor do respeito e da gratidão de todos os americanos; o outro, o político, um governante incapaz, incompatível com a democracia, com vocação de tirano. Glorificam o primeiro; satanizam o segundo.

Para a oligarquia da Grande Colômbia

(que englobava a Venezuela, o Equador e o Panamá, além da antiga Nova Granada), Bolívar deveria ter ido para casa quando o último exército espanhol capitulou nos Andes peruanos.

Segundo a historiografia oficial, o herói esgotou a sua missão após Ayacucho. Teria morrido para a história. Depois, na visão da oligarquia, nasceu um vilão.

Esse retrato, pintado com as cores do ódio, é fantasista e perverso.

A tese dos dois Bolívares não tem pé nem cabeça. Foi forjada para denegrir o reformador social que, de 1826 a 1829, se tornou o pesadelo da oligarquia: o libertador dos escravos e dos índios, o defensor dos direitos do povo como sujeito da história, o pedagogo, o internacionalista, o líder da unidade continental contra a prepotência imperialista.

Todos os detractores de Bolívar - antigos e actuais - coincidem em condená-lo por haver dissolvido o Congresso e assumido a ditadura em 1828.

É suficiente ler os textos da época para se perceber o conceito de democracia dos legisladores que então investiram e combateram Bolívar.

Chamaram-lhe «caudilho dos descamisados», «líder dos de baixo», chefe da negrada e indiada.

O general Santander, ex-vice-presidente de Bolívar, que se tornou o seu mais implacável adversário, deixou cair a máscara ao acusar o Libertador de desencadear «uma guerra interior na qual ganhem os que nada têm, que sempre são muitos, e que perdamos nós, os que temos, que somos poucos».

Essas palavras acabam por funcionar como um boomerang, servindo para justificar a decisão e a política de Bolívar.

As grandes frases e as leis «absurdas»

Ao regressar a cavalo do Peru a Bogotá, pelos vales e mesetas da cordilheira, Bolívar sofre com o espectá-

culo da miséria dos povos que havia libertado. Percebe que após anos de uma luta heróica pela independência esses povos viviam ainda pior do que na época da opressão espanhola. Ao transmitir a Santander as reivindicações das populações, escreve: «Não sei como não se levantaram ainda todos estes povos e soldados ao concluírem que os seus males não vêm da guerra mas de leis absurdas.» (!)

Os cinco anos de ausência do Libertador, absorvido no Sul pela guerra contra os espanhóis, foram aproveitados pela nova classe dominante para modelar as estruturas de um Estado cujas instituições haviam sido concedidas para perpetuar e aprofundar a desigualdade social em vez de a reduzir.

Os crioulos ricos e grande parte dos generais, toda uma casta de descendentes dos antigos terratenentes e encomenderos peninsulares, exploradores dos índios e comerciantes mobilizaram esforços para defender e ampliar privilégios e acrescentar àquilo que já tinham o poder político que antes era exercido pelos representantes da Coroa. Claro que ao longo da guerra houve clivagens entre essa gente. Mas quando as armas silenciaram, a máscara dos republicanos e monárquicos caiu em pedaços. Convergiram num objectivo: colocar o poder do Estado ao serviço dos seus interesses pessoais. Os legisladores usavam uma fraseologia inspirada em grandes textos da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Mas usavam grandes palavras para criar uma «república aérea», como dizia Bolívar, porque queriam um Estado amorfo e passivo que lhes permitisse ampliar os seus privilégios senhoriais. Não concebiam a Constituição como algo criado para servir o corpo social; era este que deveria funcionar como emanção da lei magna. Bolívar, como Kant, achava que a política deve «dobrar os joelhos perante a moral». E na Colômbia os legisladores pretendiam o con-



trário. Pensavam e agiam como se a «vontade do povo fosse a opinião deles».

Noutras cartas a Santander, Bolívar escreveu:

«Tenho mil vezes mais fé no povo do que nos deputados (...) Jamais um Congresso salvou uma república (...) Não conheço outra opção saudável que não seja a de devolver ao povo a sua soberania primitiva, para que refaça o pacto social.»

Para agravar a situação, o Estado oligárquico havia criado uma administração corrompida e corruptora que Bolívar comparou a sanguessugas que se alimentam com o sangue humano.

O pacote de medidas que se seguiram ao Decreto Orgânico de Agosto de 1828 foi apresentado nos EUA e nas monarquias europeias como espelho da política autocrática de um caudilho tirânico. A imprensa norte-americana intensificou a campanha contra o Libertador, pintando-o como um ditador vingativo e sanguinário. A correspondência trocada então entre o Departamento de Estado e o representante dos EUA em Santa Fé de Bogotá lembra, pelo reacçãoismo e o cinismo, a dos modernos embaixadores norte-americanos na Venezuela ou em Cuba no seu diálogo com a sra. Albright.

O que inquietava os governos da Santa Aliança e o nascente imperialismo americano era o conteúdo profundamente democrático e revolucionário das medidas de Bolívar. Elas golpeavam duramente os interesses da oligarquia.

As leis justas

Bolívar utilizou os poderes extraordinários do mandato que assumiu para virar o Estado do avesso. Este deixou de ser o instrumento de defesa e reforço dos privilégios da classe senhorial para ser colocado a serviço dos direitos, liberdades e exigências sociais do povo.

O saneamento da justiça e a punição dos funcionários corruptos foi uma preocupação prioritária. Bolívar começou por reduzir para metade os altos vencimentos dos membros do Congresso e aboliu todos os privilégios que o Estado concedia à Igreja Católica.

A lei que obrigava os índios a prestar serviço militar obrigatório num regime de semiescravidão foi revogada. De todas as suas medidas revolucionárias, a que mais indignou os grandes latifundiários foi aquela que ordenou a devolução aos índios, como seus «legítimos proprietários», das terras de que os seus antepassados haviam sido expulsos pela coroa espanhola, independentemente dos títulos de posse apresentados pelos actuais senhores.

Leis promulgadas para o efeito incentivaram a indústria e o comércio e a elevação das taxas aduaneiras protegeu a produção nacional da livre concorrência com as mercadorias importadas. O monopólio da navegação no rio Magdalena (a grande artéria fluvial do país) concedido por Santander a um empresário dos EUA foi revogado. A milenária indústria têxtil dos índios equatorianos foi protegida de forma a poder vestir, se necessário, «toda a América do Sul».

As minas particulares foram nacionalizadas e o Estado concentrou nas suas mãos o monopólio de todas as riquezas do subsolo.

Decretos especiais visaram a protecção da natureza, nomeadamente as florestas e as águas dos grandes rios.

Na área da Educação, as faculdades de Medicina de Bogotá, Caracas e Quito foram incumbidas de zelar, em cooperação com as autoridades do Estado, pela preservação das plantas medicinais úteis. Bolívar chegou à conclusão de que o primeiro dever de um governo consistia em proporcionar ao povo uma boa Educação. O seu mestre e amigo Simon Rodriguez recebeu autoridade e meios para reformar os estabelecimentos escolares existen-

tes e criar outros «nos melhores edifícios», para «todas as crianças de ambos os sexos que em cada departamento estejam em estado de instruírem-se em ciências e artes» (gramática, literatura, história, etc.).

O governo decidiu adoptar os muitos milhares de crianças que haviam ficado órfãs em consequência da guerra.

A Constituição de Cucuta (redigida e imposta pela oligarquia tomando como modelo a norte-americana e as ideias de Jefferson) estabelecia que um cidadão, para ser eleito e elegível, tinha de ser proprietário ou possuir um determinado rendimento. O Libertador não aceitou essa discriminação que ampliava a desigualdade. Aboliu-a. Decretou que «todos os cidadãos são iguais perante a lei e igualmente admissíveis para servir em todos os empregos civis, eclesiásticos e militares».

Dispositivos legais como esse intencionalmente as críticas ao «ditador» que promovia «o despotismo da maioria». Bolívar respondeu-lhes com estas palavras:

«O povo é mais sábio que todos os sábios (...) A vontade nacional será o meu guia e nada poderá impedir que me consagre ao seu serviço e de conduzir este povo onde ele quiser.»

Seria infundável o rol da legislação bolivariana de carácter progressista promulgada durante os dois breves anos da ditadura que, segundo a direita colombiana, constituiu uma tresloucada agressão à democracia.

Sementes que não secam

Bolívar tinha pressa. Sabia que era curto o seu tempo de vida útil. Sentia a proximidade da morte na ruína de um corpo marcado pelos estigmas de uma vida que pela dureza lembra a dos heróis da mitologia grega. Gastara duas décadas da existência cavalegando e combatendo pelos llanos tropicais, por florestas e pantanais e pelas altas punas

andinas, transpando com o seu exército, cada vez mais internacionalista, píncaros de neves eternas que trespassavam o céu.

Viveu o suficiente para assistir, angustiado e já moribundo, afastado do poder, ao desmoronar da sua obra, odiada pelos abutres da oligarquia.

Mas as sementes dela não secaram. Não puderam o medo e a inveja dos inimigos destruí-las. Voltaram a germinar. Não é por acaso que o venezuelano Chavez submeteu ao seu povo uma Constituição bolivariana e que ela foi plebiscitada por uma esmagadora maioria.

Não é por acaso que Fidel Castro desfaldou desde a juventude as bandeiras de Bolívar.

Marx era uma criança quando Bolívar se batia pela unidade da América hispânica e Índia e antecipava que os Estados Unidos iriam semear chagas no corpo das jovens repúblicas. Lênine nasceu quatro décadas após a sua morte.

Era outra, no tempo do Libertador, a linguagem política. Mas de alguma maneira, a ditadura revolucionária de Bolívar foi inspirada pelo mesmo espírito humanista e democrático, pelo mesmo amor do povo que levou a Revolução de Outubro de 17 a proclamar a ditadura do proletariado, hoje tão caluniada.

Nunca esqueço que nos regimentos do exército bolivariano, que sob o comando de Sucre destruiu em Ayacucho o que restava no Continente do poder imperial da Espanha, lutaram, ombro a ombro, colombianos, venezuelanos, equatorianos, peruanos, bolivianos, chilenos e argentinos. Era um exército internacionalista e revolucionário, como o Libertador.

(!) Todas as citações deste artigo foram extraídas do livro «Bolívar, el Hombre de América. Presencia y Camino», Juvenal Herrera Torres, Ediciones Convivencias, Medellín, Colômbia, 2000.

• Miguel Urbano Rodrigues

As pontes da barbárie na tragédia de Bamyan

A destruição dos Budas Gigantes de Bamyan, no Afeganistão, pelos Talibans, chamou durante alguns dias a atenção das grandes cadeias de televisão internacionais por ser um acto de barbárie cultural de uma irracionalidade incomum. Dois aspectos do crime passaram entretanto despercebidos.

Os fundamentalistas do governo de Kabul invocam motivos de ordem religiosa para justificar a dinamitação dos Budas. Não dizem que a proibição de representar a figura humana em obras de arte foi desrespeitada em terras do Islão desde o Califado Omíada. Quando o primeiro exército árabe atravessou a Cordilheira do Hindu Kuch rumo à Índia e avançou para Oriente ao encontro dos chineses (a quem derrotou na batalha de Talas) ignorou a existência dos Budas de Bamyan. Foi idêntica a atitude das sucessivas dinastias muçulmanas que dominaram a região, desde os Samanidas aos turcos Gahznividas.

Kuchano, que desempenhou na época o papel de intermediário no comércio entre a Roma dos Antoninos e a China dos Han.

O que explica o fascínio que a Arte de Gandhara inspirou a sucessivas gerações?

O povo Kuchano, vindo em lentas migrações da actual Sibéria mas de origem indo-europeia, criou uma civilização brilhantíssima, embora de duração breve, que teve entre outros o mérito de realizar na escultura e na pintura uma fusão, que parecia impossível, da arte greco-bactriana e da arte budista da Índia.

O choque emocional e estético que me atingiu ao contemplar os Budas de Bamyan é daqueles que justificam o uso da palavra irrepetível. Pelo cenário, pelas dimensões, pela cor, pelo estilo são criações únicas do génio humano, não imitadas sequer. Escavadas na rocha vermelha de uma escarpa abrupta, aquelas enormes estátuas (a grande tinha 55 metros, a menor 38) atraíram durante 15 séculos peregrinos de muitos credos religiosos e gente distante da ideia de Deus. O vale,

artigo desambicioso como este é a excepcionalidade dos Budas de Bamyan como obras expressivas da Escola de Gandhara.

A influência da refinada arte que surgiu nas cidades-estados do Reino Greco-Bactriano, fronteira oriental da aventura helenística nos limites da civilização chinesa, imprimiu aos Budas de Bamyan características muito diferenciadas dos que apareceriam depois na China, no Tibete e em Ceilão.

São filhos do sincretismo greco-budista.

Os Budas gandharianos constituem uma maravilhosa adaptação da arte grega a uma concepção religiosa do mundo antagónica ao paganismo dionisíaco dos helenos.

Nos traços dos Budas o rigor da Grécia coexiste com a espiritualidade hindu.

Omitiram as agências noticiosas que, na base das estátuas, os arquitectos que as construíram abriram templos. Na complexa rede de grutas e caves integradas nos dois conjuntos monumentais, pinturas belíssimas decoravam nichos escavados na rocha. O contraste com a arte de

Hsuan-tsang, um dos peregrinos chineses letrados que passaram por Bamyan no século VII, afirmou ter encontrado ali mais de mil sacerdotes distribuídos por numerosos mosteiros, o que demonstra a forte implantação que o budismo então alcançara na região.

Imaginar o que seria a vida em Bamyan naqueles tempos apareceu-me como um desafio, tais as contradições entre a atmosfera de religiosidade dos mosteiros e o hedonismo que se manifestava nos motivos pictóricos e na justaposição de estilos arquitectónicos. Eram arcos trilobados, colunas encimadas por capitéis coríntios, divindades hindus desconhecidas.

Num dos frescos do conjunto de galerias do Pequeno Buda podia ainda ver-se uma cena alusiva ao paraíso. Intrigava os historiadores e os críticos de arte. E porquê? O quadro projectava o visitante num mundo de prazeres mais próximo do Renascimento italiano que do ascetismo budista.

Nessa pintura, Buda e os Bodishatvas que o rodeavam não exibiam posturas rígidas; surgiam como figuras leves e graciosas. Em vez das túnicas monásticas vestiam roupas esvoaçantes. De um cenário de colunas e capitais emergiam bailarinas e tocadoras de címbalos. Noutro plano, duas jovens nuas tocavam harpa e um estranho instrumento. Pelo estilo o quadro lembrava obras da arte gupta, indiana. Mas as mulheres tinham rostos ovais, a pele branca e feições ocidentais, com o tipo dos antigos arianos, similar ao que se encontra nos baixo relevos kuchanos e nas pinturas dos oásis do Tarim, no Sinkiang chinês, outrora habitado por povos de olhos azuis e cabelos claros.

Como reagiriam os devotos budistas do século VII à atmosfera de sensualidade que envolvia ali a própria figura de Buda? Provavelmente nunca obteremos uma resposta.

Essa prodigiosa lição de história, plasmada nos frescos de Bamyan e presente na pedra vermelha dos Budas Gigantes, é hoje apenas memória.

Os fanáticos integristas da seita-Estado Talibán não se desculpam, aliás, por terem arrasado monumentos únicos que eram património da humanidade. Estão orgulhosos pela sua proeza de modernos vândalos.

A mesma horda bárbara que arrancou da sede da ONU em Kabul, onde estava asilado, o ex-presidente Muhamad Najibullah, um revolucionário comunista, para o pendurar num poste depois de abatido com requintes de selvajaria, essa seita de inimigos da cultura e da condição humana foi guindada ao poder no Afeganistão com a ajuda e o dinheiro dos EUA. Não posso esquecer essa lição de história.

Recordar os Budas de Bamyan, incrustados na falésia vermelha, reforça em mim o respeito pela maravilhosa criatividade do homem que permitiu a diferenciação e a fusão das culturas como alavanca do progresso ao longo do processo civilizatório.

E reforça simultaneamente a certeza de que a barbárie dos fundamentalistas de Kabul, que odeiam a cultura, pulverizaram os Budas de Bamyan e deceparam os seios a mulheres sem véu, não se teria implantado como tragédia histórica no Afeganistão martirizado sem a cumplicidade de um sistema de poder gerado numa sociedade civilizada, mas que pelos seus objectivos e dinâmica configura, ele também, cada vez mais uma agressão a princípios e valores eternos.



No século XIII, o mongol Gengis Khan, responsável pelos maiores genocídios da Idade Média, ordenou que todos os seres vivos (incluindo cães e gatos) fossem destruídos no Vale de Bamyan. Mas os Budas foram poupados.

Uma atmosfera de respeito envolveu as duas estátuas desde a época da sua construção, iniciada quando o Império Romano do Ocidente principiava a desagregar-se. As pequenas mutilações no rosto que sofreram ao longo de 15 séculos haviam desaparecido após as obras de restauro empreendidas por uma missão de arqueólogos da Índia, nos anos 60.

A admiração inspirada pelos Budas Gigantes é indissociável de uma realidade quase esquecida. As estátuas de Bamyan são obras-primas do período tardio da chamada Arte de Gandhara.

Essa Escola nasceu no actual Afeganistão e no Norte da Índia (hoje Paquistão) e atingiu o apogeu nos dois primeiros séculos da nossa Era quando essas regiões estavam integradas no Império

apertado entre píncaros coroados por neves eternas, envolve o visitante numa atmosfera de irrealidade. Frente aos Budas a fronteira entre o mágico e o real desaparece.

Tudo ali, a princípio pelo povo hazara, descendente dos antigos mongóis da conquista, nos projecta num cenário que parece coisa de ficção.

As duas estátuas não esmagavam; perturbavam, comoviam o forasteiro.

Buda era contrário à ideia da divindade. Não se assumiu nem como profeta nem como representante de um Deus que lhe não aparecia como necessidade. Não era representado sob figura humana.

Porquê, então, de repente, muitos séculos após a sua morte, milhares de Budas começaram a ser esculpidos no início da Nossa Era, em bronze, mármore, pedra ou madeira, sobretudo nos territórios do actual Afeganistão e na Índia?

A questão não permite uma resposta breve e abrangente. Abordei-a num livro. O que se me afigura útil sublinhar num

Gandhara é transparente. Eram posteriores. Expressavam atitudes diferentes perante a vida numa mescla cativante do encontro de culturas, de mundividências, de cosmogonias tão distantes como a greco-bactriana, a kuchana, a budista, a dos Guptas da Índia e a dos Sassanidas persas que então ainda dominavam a região.

Recordo que o fundo das pinturas no nicho do Pequeno Buda era azul e o do Grande vermelho. Toda a iconografia naqueles cenários desafiadores da imaginação era também sincrética, nomeadamente o panteão das divindades. De comum o Deus Sol que fundia três simbolismos, o do grego Helios, o do persa Mitra, o do indiano Surya.

Nos santuários, nas galerias e nas pequenas celas monásticas da base, a multiplicidade de Budas e Bodishatvas colocava o visitante frente à desordem religiosa que acompanhava as transformações revolucionárias do budismo da época.

Comunicação

• Francisco Silva

Sabe-se bem. Hoje ainda é mais claro do que o foi ontem. A empresa e o empresário, os seus gestores, têm, em capitalismo, como obrigação, perante os detentores da sua propriedade e para sobreviverem, de buscarem sempre a maximização dos seus lucros. Ninguém o nega, a não ser, por vezes, alguns dos que contra tais objectivos foram estando e que, a dada altura, talvez por ingenuidade, dizem que afirmar como absoluto o objectivo de maximização do lucro, assim, inequivocamente, é sinal de desadequada e maniqueísta suspeição.

Afinal, dizem, existem outros objectivos e certas práticas empresariais que o desmentiriam. Até porque as instâncias regulatórias dos estados a isso os obrigam, dizem ainda. Isto, ao nível dos preços, das limitações aos poderes no mercado, quando são significativos, no estímulo ao mecenato cultural, etc. Mas, ora vejam, posso contestar, isso tudo são factores externos que, no fim de contas, servem para manter condições gerais de mercado e concorrência tão eficientes quanto possíveis e, em última instância, assim enquadradas, as empresas acabam por manter sempre a sua orientação para o lucro máximo.

No entanto - é justo voltar à carga e dizer -, se as empresas só procurassem cegamente o lucro máximo, cortavam



Da posição dos «conteúdos» na «cadeia de valor»

nos custos, aumentavam as receitas, mas não se metiam nunca em aventuras inovadoras (envolvendo produtos ou processos). E isso é o que fazem os mais fracos de entre os gestores se os proprietários os deixarem (muitas vezes os dois papéis estão concentrados nas mesmas pessoas, individuais ou colectivas). Então, sempre aceites a opinião, a gestão capitalista tem de deixar algo de lado para a continuação, para prevenir o médio e o longo prazo, em vez de perseguir sempre o lucro máximo no curto prazo. Sim, nunca disse o contrário, mas quando cito a lei de ferro da maximização de lucro não me estou necessariamente a referir ao curto prazo. O empreendimento tem de ser mantido e desenvolvido e o lucro máximo busca-o antes o capitalista sobre toda uma época, se não quiser ser capitalista só por um dia! Mas a perseguição não deixa, por isso, de ser a do lucro máximo.

Operador virtual

Por isso, hoje em dia, os gestores preferem referir-se antes à «criação» de valor para os proprietários e accionistas e, estando a empresa cotada em Bolsa, os valores das suas acções, olhados para lá das flutuações conjunturais e especulativas, multiplicados pela sua quantidade, dão uma ideia do valor relativo das empresas.

E como a única maneira de criar valor é o trabalho (vivo), «criação» de valor para os proprietários significa a apropriação das mais-valias criadas por esse trabalho.

Em cada momento uma empresa tem um determinado valor potencial que pode ser determinado, entre outras coisas, pelo valor realizado existente, o trabalho morto cristalizado

nos bens móveis e imóveis, mais o valor da força de trabalho de que pode dispor (para simplificar a exposição, suponho, outra vez grosseiramente, aqui que toda a produção é sempre vendida).

Com o progresso das forças produtivas e a necessidade decrescente de emprego de mão-de-obra, a parte mais «tradicional» das economias funciona com «pouca» criação de valor e, portanto, com possibilidades de apropriação de mais-valias que são cada vez menores (em termos relativos).

Por isso, as empresas, na sua procura de caminhos para a «criação» valor, dirigem para produtos (bens ou serviços) que contenham uma percentagem elevada de trabalho vivo. Só assim poderão ser criadas «gostosas» mais-valias e executada a sua apropriação ao maior nível possível.

Leu-se na imprensa: o «pequeno» operador irlandês Eircom vendeu o seu operador móvel, leia-se, incluindo a sua rede e clientes, à «gigantesca» Vodafone. Com o dinheiro resultante da venda, poderá a Eircom re-investi-lo em negócios com maior produção relativa de mais-valias, como seja tornar-se num operador «virtual» oferecendo aos clientes serviços móveis, alugando as infra-estruturas à Vodafone (que jogou no benefício de grandes economias de escala e no poder manter e desenvolver uma Rede a custos mais baixos do que o poderia fazer a Eircom). Poderá ainda, assim, a Eircom disponibilizar muito mais fundos para a área dos «conteúdos», estes, sim, necessitando de bastante mão-de-obra (ou «cabeça-de-obra»), que produz mais-valias muito elevadas. Mais, vai beneficiar de certeza das sinergias de fornecer tais conteúdos via Internet também aos seus clientes de serviço móvel, clientes dela, Eircom, enquanto operador móvel «virtual».

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Um regresso às origens

Do meu diário

Não quero morrer sem passar uma noite num quarto com janela para a Ria.

Pra lhe dizer que tudo o mais foi sonho e lhe entrego em oferta de joelhos feridos.

Avó Ana

A avó Ana sentava-me no regaço cobria-me todo com o seu chaile preto esburacado. Cantava. Ou quem cantava era aquela estrel que eu via pelo chaile da avó Ana?

Obrigado

Renego das iguarias e dos talheres de prata e dos copos de cristal e das toalhas de linho. Mas se for possível um prato da Vista Alegre eu agradeço.

Ali, comigo, à mesa, a minha infância de porcelana.

Conversando

No primeiro ano do Museu Marítimo servi de guia a uma família belga em especial (oh, oh!) a uma jovem divina. A certa altura expliquei que aquela esteira, ali, servia para apanhar as tainhas da ria. À despedida num meio sorriso «com que então aquilo serve para apanhar os peixes...»

Ficar na memória de uma jovem divina como um vulgar aldrabão, concordem, é chato.

Memória

Em S. Paio da Torreira namorei uma gafanhoeira.

Balouçava o moliceiro levemente, ternamente não houve palavras não houve romance houve aquelas duas noites do moliceiro entre os astros não houve nudezas brancas nem olhar de corpo inteiro houve duas ondas quentes de um mar dentro de uma blusa não houve promessas nem houve adeus houve aquelas duas luas que podem ser testemunhas peça Deus a certidão.

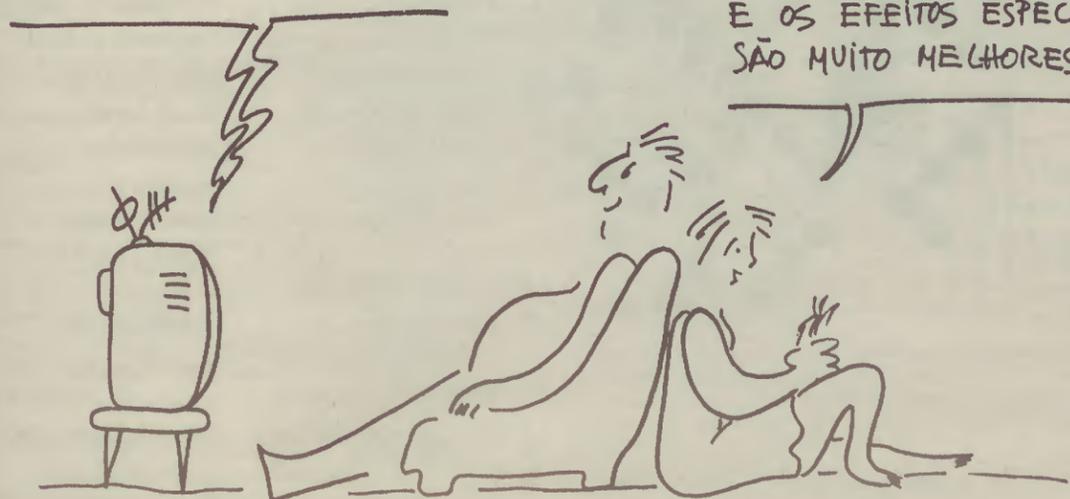
Ó S. Paio da Torreira pra navegar ao mais longe os moliceiros onde estão?

Cartoon

• Monginho

E O ÓSCAR PARA MELHOR FILME ESTRANGEIRO VAI PARA "O TIGRE E O DRAGÃO" DE ANG LEE!

EU CÁ, DAVA-O AO GOVERNO E AO GUTERRES. A FITA QUE ELAS FAZEM É SURREALISTA, E OS EFEITOS ESPECIAIS SÃO MUITO MELHORES!



mj

Arquitectura

• Manuel Augusto Araújo

Mies van der Rohe

A claridade do desenho

Numa época em que a arquitectura alcançou uma visibilidade nunca antes conhecida, em que se escreve e fala de arquitectura como jamais aconteceu, em que os meios onde se multiplicam as imagens da arquitectura que vai surgindo são quase inumeráveis, em que os arquitectos têm um protagonismo inusitado uns, raros, por mérito próprio e outros por estratégias de marketing cuidadosamente delineadas, a exposição sobre Mies van der Rohe põe em evidência uma questão central de muita da arquitectura que hoje se faz, e estamos a referir àquela que adquire visibilidade nos jornais e revistas, a de que é pouco pensada em contraponto com o que aqui se vê, em todos estes projectos de uma extrema racionalidade, onde tudo parece e é essencial e nada parece e não é dispensável.

Este pensamento fraco, pobre, não é um problema específico da arquitectura mas um problema geral da nossa época, desta época em que vivemos hiper-rotacionados de informação, a maior parte das vezes supérflua, aumentando a confusão deste nosso mundo que vive a «passagem de um estado de cultura triunfante a uma pós-cultura ou uma subcultura que se traduz por uma universal **retirada da palavra**» (George Steiner-No Castelo do Barba Azul).

Na arquitectura de Mies van der Rohe a palavra é o espaço. Espaço definido por superfícies ortogonais que o orientam e onde se diluem. Espaço manipulado por um desenho de extrema racionalidade de linhas rectas tão fluidas que se tornam quase impalpáveis mesmo quando se corporizam em materiais sabiamente usados.

MIES van der ROHE
-Vida e Obra
Faculdade
de Arquitectura
das 11h
às 16h30

As plantas dos edifícios de Mies van der Rohe, é um lugar-comum referi-lo, associam-se à pintura de Mondrian, as linhas e as superfícies curvas são raras. São desenhos aparentemente simples, de uma extrema clareza e que continuam a manter essa simplicidade e clareza quando se constroem, seja uma edificação de um só piso seja um arranha-céus.

O desenho, o rigor do desenho e o conhecimento dos materiais eram para ele fundamentais. Ao ouvi-lo expor o programa por que se regia a sua actividade pedagógica vê-se a importância que confere a esses conhecimentos: «Primeiro ensina-se a desenhar. É o objectivo do primeiro ano, aprenderem a desenhar. Depois ensinamos a construir em pedra, tijolo, madeira, betão, aço e dão-se algumas noções de engenharia. No ano seguinte experimentamos introduzir o sentido da proporção e do espaço. (...) no último ano fazemos visitas de estudo a edifícios (...) Não ensinamos soluções, ensinamos processos de resolverem problemas.»

Mies van der Rohe quando projecta uma casa no campo quer que entre a casa, os seus habitantes e a natureza haja uma grande unidade. E se o projecto continua a orientar-se por planos ortogonais, em aparente oposição à natureza, já que a natureza, como notou Niemeyer, desconhece a linha recta, e esta não existe, dizia Delacroix, os materiais são praticamente neutros e as grandes superfícies transparentes dão à envolvente a preponderância e isso verifica-se continuamente seja na casa Tugendat (1930) seja na Farnsworth (1950).

O cuidado com que analisa os programas dos projectos faz com que, nas edificações com muitos apartamentos ou de «escritórios», o sistema estrutural, lhe permita o uso da planta livre, hoje tão vulgarizada, onde só alguns espaços são localizados fixamente e o resto das áreas pode ser livremente subdividida, possibilitando a sua personalização.

E esta arquitectura tão aparentemente rígida na sua ortogonalidade, com um uso quase exclusivista da linha recta, reportando-se extensivamente a elementos standardizados, é quase etérea na diluição espacial das suas superfícies materiais.

Mies van der Rohe é um dos mais importantes arquitectos do séc. XX e a sua arquitectura, tão extremamente pessoal continua a exercer uma enorme influência e, quando liberta de leituras excessivamente canónicas, obriga a pensar no desenho essencial da arquitectura, talvez o seu maior défice actual.



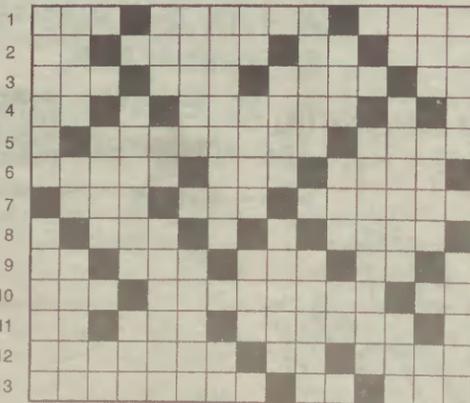
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Óxido de cálcio; disfarce; haste delgada e flexível de árvore ou arbusto. 2 - Gume; cada uma das varas que saem dos lados de um veículo, entre as quais se atrela o animal que puxa o mesmo veículo; nociva; anuência. 3 - Duas vezes; pequeno poema medieval em versos de oito sílabas, cantado pelos jograis com acompanhamento de harpa; lugar que, à beira de um rio ou porto, serve para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias; terceira nota musical. 4 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; mata vedada. 5 - Que se move facilmente; feiticeiro. 6 - Justificação do réu, que consiste em provar ter estado fora do lugar em que foi cometido o crime de que é acusado; costuma; pequeno tumor duro nos tornozelos ou nos dedos dos pés. 7 - Fúria; espécie de boi selvagem; magoado. 8 - Escudeiro; poeta primitivo entre os gregos. 9 - Anno Domini (abrev.); fileira; declamo; pedra de amolar. 10 - Rente; alcoolismo; bismuto (s.q.). 11 - Abade (abrev.); apetite sexual dos animais em determinados períodos; ardiloso. 12 - Lisonjear; atmosfera; discursar. 13 - Nivelaria; Interj. que exprime admiração, dor, etc.; mau cheiro.

VERTICAIS: 1 - Espécie de abóbora em forma do algarismo 8; insecto ortóptero da família dos blatídeos, muito veloz, de costumes nocturnos, que foge da luz, é voraz e de cor negra ou acastanhada e que se encontra especialmente em ambientes caseiros. 2 - Aoidez do estômago; lítio (s.q.); franzino. 3 - Peça metálica na extremidade do cano de algumas armas de fogo, para regular a pontaria; a tua pessoa. 4 - Qualquer animal, objecto, pessoa ou campo usado para fins experimentais; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de, do lado de cá de, deste lado de. 5 - Chiste (fig.); contemplei; nome químico do azeite. 6 - Pessoa louca; rebocar. 7 - Caiadela; sorri. 8 - Outra coisa; pavimento; remoinho de água. 9 - Perseguição do inimigo; camarote quase ao nível da plateia. 10 - Querido; género de moluscos acéfalos hermafroditas que vivem encerrados numa concha bivalve. 11 - Criada de quarto; filtra; mulo. 12 - Tremor de mar. 13 - Aquelas; que faliu; além disso. 14 - Órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; seixo boleado pelas águas; antes de Cristo (abrev.). 15 - O que quer bem; energia (fig.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Cal; socapa; vara. 2 - Az; varal; má; sim. 3 - Bst; lat; cat; ml. 4 - A; tapada. 5 - Mordido; mago. 6 - A; Albt; usa; calo. 7 - Ira; ur; dondo. 8 - Hortado. 9 - AD; ult; ort; má. 10 - Res; etilismo; Bl. 11 - Ab; cto; astilo. 12 - Tril; art; orar. 13 - Al; sarr; ab; aca. 14 - Cabarg; barata. 15 - Azar; Lt; débil. 3 - Mir; h. 4 - Cobart; cis. 5 - Salt; vt; olela. 6 - Orat; aitor. 7 - Cadura; n. 8 - Al; pisc; ola. 9 - Caga; fnsa. 10 - Anudo; ostr. 11 - Alt; cor; nu. 12 - Mareto. 13 - Ast; fald; ora. 14 - Kim; god; AC. 15 - Amig; lbra.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Pontos Cardeais

De feição (I)

No DN de hoje (26.03.01), os professores Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Pureza verberam «as várias correntes democráticas e progressistas» do país por se oporem à importação da pena perpétua via Tribunal Penal Internacional (TPI), lançando-se numa polémica que desdenha o «internacionalismo solidário» que as devia animar e «parece estar a trazer-nos de volta ao fechamento doméstico, num eco serôdio do orgulhosamente sós». Tomados à letra, dir-se-ia que os dois prestigiados sociólogos não se incluem em nenhuma das «várias correntes democráticas e progressistas» do País, o que manifestamente não pode ser verdade. Resta-nos deduzir que apenas deixam de se reconhecer nelas quando elas... não opinam de feição.

«governança global»? Tantas perguntas para tão perigosas certezas...

Proliferações

O inspector-geral do Trabalho foi no princípio desta semana à Assembleia da República acusar o Estado de contribuir para a proliferação do trabalho clandestino. Inácio Mota da Silva, o técnico em questão, foi claro nas acusações, apontando o dedo aos gestores públicos e às empresas de construção civil como os principais utilizadores de mão-de-obra ilegal no nosso país. Comentários para quê? Desgraçadamente, está tudo dito. Quanto ao que o Governo PS diz nas suas untuosas e pias «preocupações sociais» vale comprovadamente zero, nesta brutal confrontação com a realidade dos factos.

Anúncios

De feição (II)

E, no caso, os dois professores não têm dúvidas, pelo que elucidam assim as «várias correntes democráticas e progressistas»: «Importa ver no TPI aquilo que ele verdadeiramente é: um elemento decisivo na edificação de uma governança global assente na recusa da barbárie.» Ah sim?! E quem vão ser os governantes dessa «governança global»? Quem os elege? Quem os controla? Quem os destitui em caso de abuso? A quem se apela em caso de injustiça? Quem define «barbárie»? Em que posição fica cada país — incluindo o nosso — nessa sujeição a uma

O Palácio de Buckingham, sede oficial da coroa britânica, colocou nas páginas da revista *The Economist* um anúncio procurando um candidato ao cargo de secretário pessoal assistente da Rainha de Inglaterra, Isabel II. O Palácio de Buckingham pede um «candidato excepcional», com «um conhecimento bem desenvolvido do Reino Unido», «boas capacidades comunicativas», «sensibilidade cultural e política» e «espírito de equipa». Sabíamos que a monarquia britânica estava em crise — mas ter de procurar um secretário para a Rainha através de um anúncio de jornal?!...

PCP 80 ANOS 1921-2001

80 ANOS
a fazer história
a construir futuro**Almada**

O 80.º aniversário na SFUAP - «25 anos do Poder Local democrático»: debate, com a participação dos camaradas **Jorge Pires, Maria Emília Sousa e José Manuel Maia**, sábado, 31, às 16h. Às 15h, no mesmo local, inauguração da exposição regional «80 anos a fazer história, 80 anos a construir futuro na Região de Setúbal».

Ainda na SFUAP, domingo, 1, às 16h: «À conversa...» com **Jaime Serra e Bruno Dias** sobre «Histórias clandestinas».

Almoço comemorativo na **Sobreda**: domingo, dia 1.

Alhos Vedros

Comemoração do 80.º aniversário, com homenagem póstuma ao camarada **José Canudo**: almoço no restaurante «O Trilho», com a presença de **Carlos Aboim Inglez**: sábado às 13h.

Almeirim

Jantar comemorativo no restaurante «Moinho de Vento», com a participação de **Bernardino Soares**: sexta-feira, 30.

Alpiarça

Debate - «Muitos tempos, muitas lutas - PCP, partido da juventude, da esperança e do futuro»: com a participação de **Dias Lourenço, Raimundo Cabral, Paulo Raimundo**, sexta-feira, dia 30, às 21h, no Salão da Música.

Benavente

Jantar comemorativo no restaurante «O Miradouro», com a participação da camarada **Luísa Araújo**: sexta-feira, 30.

Carcavelos

Almoço de aniversário, com entrega dos novos cartões: domingo, 1, às 13h, no CT, com a participação de **José Carlos Gonçalves**.

Cascais

Almoço comemorativo do aniversário da freguesia de **Estoril**, com entrega dos novos cartões: sábado, 31, no CT de Cascais; da organização de **Cascais**: dia 1, às 13h, no CT de Cascais, com a participação de **Paulo Loya**.

Gouveia

«As lutas operárias e a canção popular» - debate sobre o tema; projecção do filme da RTP sobre **Eulália Mendes**, sindicalista expulsa dos EUA nos anos 50, natural de Gouveia: sexta-feira, 30, às 21h, no Auditório da Biblioteca Virgílio Ferreira, com **Ruben de Carvalho**.

Lisboa

Convívio no CT de Benfica, com entrega dos novos cartões do Partido e debate sobre a situação política e as tarefas da organização no ano 2001, nomeadamente eleições autárquicas: sábado, 31, às 15h.

Marinha Grande

Debate com a participação de **Carlos Aboim Inglez** sob o tema «80 anos - O Projecto Comunista»: dia 7 de Abril às 21h30.

Ourique

Almoço-convívio em **Santana da Serra**: sábado às 13h, no restaurante «Vargas», com a participação de **Domingos Lopes** e de **José Mâncio Socero**, candidato CDU à presidência da CM de Ourique.

Parede

Almoço de aniversário, com entrega dos novos cartões: sábado, dia 31, às 13h, na Coop. Linha do Estoril, com o camarada **Manuel Pedro**.

Portalegre

Comemorações do aniversário do PCP em **Crato** (no CT do Partido às 17h30) e em **Portalegre** (na Coop. Operária Portalegrense, às 19h30) - sábado, dia 31.

Sacavém

«O papel do PCP na construção do Portugal democrático» - colóquio com **Dias Lourenço** no CT de Sacavém: sábado, 31, às 15h, no Centro de Trabalho local.

S. Domingos de Rana

Almoço, seguido de sessão com entrega dos novos cartões: domingo, 1, às 13h, com **Cláudia Nogueira**.

S. João da Talha

Sessão comemorativa, com entrega dos novos cartões: dia 1 às 16h, no Grupo Dramático e Recreativo Corações de Vale Figueira.

Plenários e outras reuniões da Organização do PCP

ÉVORA

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Domingo, 1, a partir das 10h, no Teatro Bernardim Ribeiro com a participação do Secretário-geral do PCP **Carlos Carvalhas**, que intervirá na sessão de encerramento, às 17h

VIANA DO CASTELO

4.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Sábado, 31, às 15h, no Auditório do Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior com a participação de **Albano Nunes, António Lopes, Teresa Lopes**

PANÓIAS/Ourique

2.ª Assembleia da Organização da Freguesia
Domingo, 1, às 15h

ALTO SEIXALINHO/Barreiro

2.ª Assembleia da Organização de Bairro
Sábado, dia 31

ENCONTRO DE MEMBROS DE ORT's do Concelho de LOURES

Hoje, quinta-feira, às 15h, no CT de Loures

Amadora - Venda Nova: plenário de militantes, com a participação de **António Filipe**: dia 1 às 16h

Baixa da Banheira - Reunião de reformados comunistas, preparatória do Encontro Regional de Reformados a realizar no dia 7 de Abril: terça-feira, 3, às 15h, no CT da Baixa da Banheira, com a presença de **Manuela Pinto Ângelo**.

Gondomar - Debate sobre o Movimento Associativo de Gondomar, seus problemas e perspectivas: sexta-feira, 21h30, Salão da Junta de Freguesia de Fânzeres, com a participação de **António Filipe**

Seixal - Célula dos Trabalhadores da CM: reuniões dos núcleos Órgãos Autárquicos e PDM (dia 28, 17h30); Urbanismo (dia 29, 17h30); Serralharia/Carpintaria/etc. (dia 30, 16h30); DSIT (dia 30, 17h30); Espaços Verdes/Armazéns/Aprovisionamento (dia 30, 20h); Desporto (dia 3, 17h30) - todas no centro de Trabalho.

Lisboa - Bancários Reformados: reunião no CT Vitória, hoje, quinta-feira, às 13h30. S. Jorge de Arroios: plenário de militantes sobre as eleições autárquicas, seguido de lanche-convívio, com a participação de **Luís Fernandes**: dia 31, 15h, CT Vitória. Anjos: plenário de militantes, com entrega dos novos cartões: dia 31, 17h, no CT da Graça, com lanche-convívio no final.

Debate**PRAGAL/Almada**

«Os 25 anos da Constituição da República Portuguesa» - com **Odete Santos**, segunda-feira, 2, às 21h, no Edifício Polivalente do Pragal

Debate público**LISBOA**

«Plano do Vale da Ameixoeira»

(UOP 17 - Unidade Operativa de Planeamento)

No Instituto Superior de Gestão, R. Vitorino Nemésio, Ameixoeira, dia 31, às 16h

8.º Encontro Regional de Setúbal da JCP

Sábado, 31, das 10h30 às 17h30 - Escola Básica 2+3 D. Pedro II da Moita

De manhã: debate com **Aurélio Santos** - «Ser comunista é sonhar mais alto»

JCP Santarém

«Café Operário» sobre os problemas dos jovens trabalhadores.

Em Ourém, Café «Belle Époque», dia 31, às 21h30

Bobadela

Concerto de Bandas Rock, promovido pela Juventude da Bobadela

Sábado, às 21h30, no Auditório do Bairro Ernesto Aires



O Secretário-geral do PCP participa nos próximos dias nas seguintes iniciativas:

Em VILA REAL**Sexta-feira, 30**

- Visita ao Hospital Distrital de S. Pedro - às 17h30.

- Visita à Delegação de Sabrosa da Assoc. Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - às 16h

- Encontro com a Associação de Utentes do IP4 - na sede do PCP, às 19h15

- Jantar de encerramento das comemorações do 80.º aniversário no distrito - no restaurante «Calvário», em Vila Real, às 20h

Na manhã de sexta-feira, 30, em Castelo de Paiva, **Carlos Carvalhas** integra uma delegação do PCP que será recebida na Câmara Municipal pelo seu presidente. Às 11h30.

Em ALMADA**Sábado, 31**

Almoço de sindicalistas e membros de Comissões

de Trabalhadores, comemorativo do 80.º aniversário do Partido, promovido pela Comissão Sindical Nacional do PCP

- às 13h, no salão nobre do restaurante «Dia a Dia», Quinta das Casas Velhas, Monte de Caparica.

No BARREIRO**Sábado, 31**

Jantar comemorativo do 80.º aniversário - às 20h, nos Penicheiros

No domingo, dia 1, **Carlos Carvalhas** estará presente na

5.ª Assembleia da OR de Évora (em destaque nesta página)

Encontro de Eleitos e Activistas CDU no distrito de PORTALEGRE

Sábado, 31, das 10 às 17h, no Auditório Municipal de Crato, com a participação de **Agostinho Lopes**

Encontro Regional da CDU de VALE DO SOUSA e BAIXO TÁMEGA

Sábado, 31, 15h, Salão da AM de Penafiel com a participação de **Jorge Cordeiro**

Debate público em ALHOS VEDROS sobre questões autárquicas

Sábado, 31, 21h, no Centro de Reformados com a participação de **João Almeida**, pres. CM Moita, **Fernanda Gaspar**, pres. JF Alhos Vedros, e **Valdemar Santos**

Encontro CDU do concelho de ODIVELAS

Sábado, 31, 14h30, no Salão da JF de Ramada, com **Bernardino Soares**

Jornadas autárquicas em Sto. António dos Cavaleiros

com o vereador **Dantas Ferreira**, Sábado às 16h na Associação de Moradores

Convívio CDU da Freguesia do Prior Velho Sexta-feira, 30, no Centro de Dia da Terceira Idade

Reunião da Coordenadora Concelhia da CDU Loures

Quarta-feira, 4, no Ginásio do Pavilhão Paz e Amizade, com **Adão Barata**, pres. da CM de Loures

CDU apresenta candidatos

• **Município de Guimarães**
Com jantar-convívio da CDU
- no restaurante «Jordão», dia 6.
(Inscrições para o jantar:
tel. 253 415 512)

dia 8, 12h30, Participação
de **Daniel Branco**

• **Município de Santiago do Cacém**
«Solar do Canudo», sexta-feira, 30,
18h, com a participação de **Jorge Cordeiro**

• **Município de Estremoz**
Salão dos Bombeiros Voluntários,
dia 7, 17h

• **Freguesia de Santa Iria de Azóia / Loures**
Casa da Cultura, sábado às 17h,
com a presença de **Adão Barata**

• **Município de Vila Viçosa**
Com almoço-convívio, no
restaurante «Ninho dos Cucos»,

• **Freguesia de Falagueira / Amadora**
Recreios Artísticos da Amadora,
sábado, às 15h

Lançamento do abaixo-assinado «Por Alqueva - Alavanca para o Desenvolvimento do Alentejo» e apresentação dos seus primeiros subscritores

5 de Abril - 18 horas - na Casa do Alentejo

Viagem ao Canadá

Toronto-Niagara-Mil Ilhas-Ottawa-Montebello-Quebec-Tadoussac-Montreal

10 a 20 de Julho de 2001

organizada pela DORS do PCP

(Informações: cam. Adelaide - Tel. 265 526 123)

ATVer

O Turista Acidental, uma comédia onde o cão muda a vida ao homem

Mãe Querida

(Quinta-feira, 29 de Março, SIC)

Desta vez, a produtora SIC Filmes apresenta-nos uma comédia «sobre a avó velhota de quem toda a família gosta, mas que ninguém quer em casa», apresentando um «jogo do empurra» entre três filhos mais ou menos peculiares, nomeadamente no que toca a responsabilidades filiais. Realização de José Sacramento e prestações dos actores Glicínia Quartim, Ana Bola, Rogério Samora, Maria Rueff, João Lagarto, Margarida Marinho e Adriano Luz.

O Testamento do Senhor Napumoceno

(Quinta-feira, 29 de Março, RTP-2)

Eis uma comédia que vale a pena descobrir ou rever. Dirigida por Francisco Manso, um documentarista que aqui se estreou na longa metragem de ficção, **O Testamento do Senhor Napumoceno** é uma crónica agri-doce evocativa da vida e costumes da sociedade de Cabo Verde nas últimas décadas da colonização portuguesa, tendo por centro da narrativa um expedito cabo-verdiano que, graças aos aca-sos da vida e a uma forte e empreendedora personalidade, se tornaria num dos homens mais



A saída da fábrica, um dos mais conhecidos filmes dos irmãos Lumière

ricos do arquipélago. Deliciosa, a sequência em que faz uma pequena fortuna vendendo guarda-chuvas numa terra onde não chove! Filmado nas belíssimas paisagens de Cabo Verde e com um belo naipe de actores cabo-verdianos, portugueses e brasileiros, com destaque para Nelson Xavier, Maria Ceixa, Chico Diaz e Zézé Motta.

Longe Daqui

(Sábado, 31 de Março, RTP-2)

Filme de estreia de João Guerra, em 1993, **Longe Daqui** é um road movie à portuguesa que nos relata a acidentada viagem de dois amigos pelo Alentejo com a missão de entregarem um carro antigo ao novo proprietário, cumprindo um itinerário cheio de surpresas e imprevistos. Com Canto e Castro, Filipe Cochofel, António Pedro Figueiredo, Glicínia Quartim, Maysa Marta, Luís Santos, Manuela de Freitas, Rui Gomes.



Este Robin Hood não faz esquecer Errol Flynn mas dá para entreter



Pecados Mortais (Les Sept Péchés Capitaux)

(Sexta-feira, 30 de Março, RTP-1)

Rodado em França em 1962, **Pecados Mortais** insere-se na vaga de filmes em sketches muito em voga no cinema europeu nesta década e na seguinte. O tom geral é a comédia ou o sarcasmo glosando os sete pecados mortais, cada um deles tratado por realizadores tão diversos como Sylvain Dhomme, Edourd Molinaro, Philippe De Broca, Jacques Demy, Jean-Luc Godart, Roger Vadim e Claude Chabrol.

O Turista Acidental

(Sábado, 31 de Março, SIC)

Realizado por Lawrence Kasdan em 1988 e tendo como figura central William Hurt emparceirando com gente como Geena Davis (que ganhou o óscar da melhor actriz secundária neste filme), Kathleen Turner ou Bill Pullman, esta comédia dramática granjeou assinalável êxito tanto nos EUA como na Europa, incluindo no nosso país. O enredo, escrito pelo próprio Kasdan – exibindo, mais uma vez, as suas também confirmadas qualidades de guionista –, conta-nos a história de um homem traumatizado pela morte do filho adolescente (Hurt) cuja única companhia é um cão que, apesar de muito meigo, se recusa a obedecer às ordens do dono, o que o leva a procurar os serviços de uma treinadora qualificada (Geena Davis). A partir daí é o alvoroço a entrar pela vida adentro do solitário Hurt, com os devidos condimentos românticos. Continua a ser uma comédia bem agradável de seguir.

Do Século XIX para o Século XXI – 25 filmes de Louis e Auguste Lumière

(Domingo, 1 de Abril, RTP-2)

A histórica sessão pública no Grand Café de Paris, a 28 de Dezembro de 1895, não só apresentava ao mundo o **Cinematógrafo Lumière** como iria transformar o século XX como o Século do Cinema. Agora, que já estamos no século XXI e com 100 anos inteirinhos de arte cinematográfica profusamente experimentada, vale a pena recordar como começou toda esta fabulosa aventura com a exibição dos preciosos Filmes Lumière restaurados, comentados e historicamente enquadrados. O programa deste dia é inteiramente dedicado a um primeiro conjunto de 25 filmes com cerca de 50 segundos cada, seleccionados a partir dos mais de 1400 produzidos em 65 cidades e 35 países.

Robin Hood, o Príncipe dos Ladrões

(Domingo, 1 de Abril, SIC)

Esta versão libérrima da história de Robin dos Bosques, apesar das exuberâncias de Kevin Costner como Robin, do sempre talentoso Morgan Freeman como um insólito aliado mouro do herói, da sensualidade de Mary Elisabeth Mastrantonio como Lady Mirian, das espadeiradas a granel e de um vultoso investimento, não faz esquecer nem Errol Flynn nem Michael Curtiz. O que não o impede de ser um divertimento agradável.

Quinta, 29

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.00 JAG - Em Nome da Justiça (Estreia)
24.00 24 Horas
24.30 «A Nuvem» (de Fernando Solanas, Argentina/França/1998, com Eduardo Pavlovsky, Angela Correa, Franklin Caicedo. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil- Juvenil
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «O Testamento do Sr. Napumoceno» (de Francisco Manso, Portugal/1997, com Nelson Xavier, Maria Ceixa, Chico Diaz. Ver Destaque)



«Acontece» Programa de divulgação de eventos culturais

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 «Querida Mãe» (de José Sacramento, Portugal/2001, com Maria Rueff, Margarida Marinho, Ana Bola. Ver Destaque)
24.00 Noites Marcianas
02.00 Ténis Masters Series Miami
02.10 «Sound And Fury; Big Mama» Longa Metragem
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▼ TVI

08.15 Animação
09.15 Tic Tac Milionário
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.15 Batatoon
17.15 França/ Espanha
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 As Pupilas do Senhor Doutor
23.45 A Bola É Nossa
01.30 Última Edição
02.20 Que Loucura de Família
02.50 O Vingador

Sexta, 30

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.40 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas



«Majores de 20» Série portuguesa sobre a amizade

24.30 «Pecados Mortais» (de Jean-Luc Godard/Roger Vadim/Claude Chabrol, França/1962, com Perrette Pradier, Dominique Potrel, Claude Brasseur. Ver Destaque)
04.55 Automobilismo: Grande Prémio da Malásia

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.50 O Tal Canal
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
23.30 A Outra Face da lua
01.00 «Os Novos Monstros» (de Dino Risi, Ettore Scola, Mario Monicelli, Itália/1977, com Alberto Sordi, Vittorio Gassman, Ornella Muti. Comédia)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Ténis Masters Series Miami
02.10 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Tempo de Matar» (de Joel Schumacher, EUA/1996, com Matthew McConaughey, Sandra Bullock, Samuel L. Jackson. Drama)
01.35 Última Edição
02.25 «Fogo Ardente» (de Brad Jacques, EUA/2000, com Lisa Boyle, Christopher Roblee, Jonathan Slater. Thriller)
04.25 «Silêncio dos Culpados» (de Ezio Greggio, EUA/1993, com Dom DeLuise, Billy Zane, Shelley Winters. Comédia)
06.25 Que Loucura de Família

Sábado, 31

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.50 Moda 21
12.20 Automobilismo TT-Terras Del Rei
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
16.05 Felicity
17.00 Automobilismo: Grande Prémio do Brasil
18.00 Futebol- 1.ª Liga: Campomaiorense/Benfica
21.00 Telejornal
22.00 Sábado à Noite
23.40 Lei Marcial
24.30 24 Horas
24.50 Automobilismo TT-Terras Del Rei (Resumo)
24.55 Máquinas
01.40 «Como Água para Chocolate» (de Afonso Arau,



México/1992, com Marco Leonardi, Lumi Cavazos, Regina Torne. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Longe Daqui» (de João Guerra, Portugal/1993, com Canto e Castro, Filipe Cochofel, António Figueiredo. Ver Destaque)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder IV» «A Família Royle» «My Hero»)
01.30 «A Última Boda» (de Markku Polonen, Finlândia/1995, com Martti Suosalo, Henrika Andersson, Jarmo Mäkinen. Comédia)
03.00 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «Casper, A Primeira Aventura» (de Sean McNamara, EUA/1997, com Steve Guttenberg, Lori Loughlin, Brendon Ryan Barrett. Aventura)
16.10 «Pequenos Gigantes» (de Duwayne Dunham, EUA/1994, com Rick Moranis, Ed O'Neill, Shawna Waldron. Aventura)
18.20 Mundo Vip
18.50 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
01.00 Sexappeal
02.10 Ténis Masters Series Miami
02.20 «O Turista Acidental» (de Lawrence Kasdan, EUA/1988, com William Hurt, Kathleen Turner, Geena Davis. Ver Destaque)
04.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Caras Lindas
17.00 «Sob Juramento» (de Dave Payne, EUA/1996, com Jack Scalia, James Russo, Eddie Vélez. Acção)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Confissões do Zé Maria
23.30 Bora Lá Marina
24.20 Lux
01.10 «Herança do Passado» (de Matt Mulhern, EUA/1998, com Matt Mulhern, Hallie Foote, Alan Ruck. Drama)
03.10 «O Distintivo da Morte» (de Thomas Barr, EUA/1994, com Brian Wimmer, M. Emmet Walsh, James B. Sicking. Acção)
05.10 Grandes Esperanças (Último Episódio)

Domingo, 1

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.55 Atletismo Meia
Maratona de Lisboa
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made In Portugal
16.15 Agora é Que São Eles
17.45 Automobilismo: Grande Prémio do Brasil
20.00 Telejornal
21.10 Turnos de Risco
22.05 O Rosto da Notícia
23.05 Domingo Desportivo
24.45 Automobilismo: Grande Prémio do Brasil (Resumo)
01.00 Magazine Liga dos Campeões
01.30 24 Horas
01.50 «Heróis do Tirol» (de Niki List, Áustria/Alemanha/Suíça/1998, com Christian Schmidt, Elke Winkens, I. Stangl. *Comédia Musical*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.55 Sobrevivência
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Com a Criança nos Braços
14.00 Desporto 2
18.30 Uma Gota para a Vida
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («Do Século XIX Para o Século XXI- 25 Filmes de Louis e Auguste Lumière» *Ver Destaque*)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras - Grandes Escritores - Cesare Pavese
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Tangos, O Exílio de Gardel» (de Fernando Solanas, França/Argentina/1985, com Marie Laforêt, Philippe Léotard, Miguel Angel Sola. *Drama*)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show SIC
17.00 «Robin Hood, O Príncipe dos Ladrões» (de Kevin Reynolds, EUA/1991, com Kevin Costner, Morgan Freeman, Mary Elizabeth Mastrantonio. *Aventura*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 «Papá para Sempre» (de Chris Columbus, EUA/1993, com Robin Williams, Sally Field, Pierce Brosnan. *Comédia*)
23.00 «Assassinos Substitutos» (de António Fuqua, EUA/1997, com Chow Yun-Fat, Mira Sorvino, Jürgen Prochnow. *Ação*)
01.30 Esta Semana
03.00 Ténis Masters Series Miami
03.10 «Entre a Máfia e a Lei» (de Heywood Gould, EUA/1994, com Joanne Whalley-Kilmer, Armand Assante, William Hurt. *Suspense*)
05.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 «Novas Aventuras na Casa da Pradaria» (de Stephen Harrigan, EUA/1999, com Richard Thomas, Meredith Monroe, Walt Goggins Lindsay Crouse. *Aventura*)
15.30 «A Bela e o Doador» (de Ken Kwapis, EUA/1997, com Fran Drescher, Timothy Dalton, Ian McNeice. *Comédia*)
17.15 Big Brother
18.15 Errar é Humano
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Big Brother II
23.20 112
23.50 «Hollywood Confidencial» Longa Metragem
01.50 «Miss Firecracker» (de Thomas Schlamme, EUA/1999, com Holly Hunter, Mary Steenburgen, Scott Glenn. *Comédia*)
03.50 Mistério em Família (Estreia)

«A febre do ouro negro»
Série de ficção portuguesa

Segunda, 2

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Lotaria Nacional
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 A Febre do Onro Negro
23.00 Jogo Falado
24.50 24 Horas
01.25 «Vigil» (de Vincent Ward, Nova Zelândia/1984, com Fiona Kay, Bill Kerr, Penelope Stewart. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 100.000 Porquê
13.00 2010 (R)
14.00 Universidade Aberta
14.30 Portugal sem Fim
15.30 Parlamento
16.30 Informação Gestal
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Neste Século Aconteceu
20.25 Viver no Campo
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco
02.00 Andamentos

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Furo-Vidas
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 «Os Homens de Branco» (de Scott Levy, EUA/1998, com Tom Wilson, Barry Bostwick, Donna D'Erico. *Comédia*)
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.30 Chiquitas
15.30 Batatoon
18.00 Jardins Proibidos
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Brother
24.00 Pretender IV
01.00 Até que a Lei os Separe
02.10 Última Edição
03.00 Mercy Point
04.00 Que Loucura de Família
04.30 O Vingador



Terça, 3

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 «Perseguição Diabólica» (de Andrew Davis, EUA/1996, com Keanu Reeves, Morgan Freeman, Rachel Weisz. *Aventura*)
23.25 Liga Campeões
24.00 «Os Marginais» (de Francis Ford Coppola, EUA/1983, com C. Thomas Howell, Matt Dillon, Ralph Macchio. *Drama*)
01.40 24 Horas
02.10 «O Einstein Do Sexo» (de Rosa Von Praunheim, Alemanha/1999, com Kai Schumann, Bem Becker, Cerd Lukas Storz. *Drama Biográfico*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar Da História
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestal
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Bandidos» (de Otavio Iosseliani, Geor/Rus/Fran/Ita/Suí/1996, com Amir Amiranchvili, Dato Gogibedachvili. *Comédia*)
02.00 Rotações

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal



«JAG - Em nome da justiça» Nova série americana sobre a justiça nos EUA

14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Mulher não Entra (Estreia)
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas: Molière - O Avarento
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.15 Big Brother II Extra
14.30 Chiquitas
15.30 Batatoon
18.00 Jardins Proibidos
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.35 Ally McBeal
01.35 Última Edição
02.25 Que Loucura de Família
02.55 O Vingador

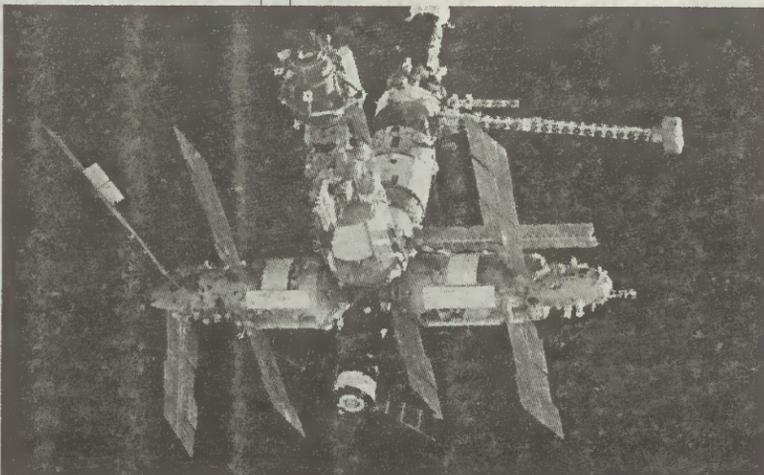
Quarta, 4

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.35 Futebol Liga dos Campeões
21.30 Telejornal
22.30 Bar da Liga
22.35 Maiores de 20
23.05 Quem Quer Ser Milionário?
23.35 Liga Campeões
24.30 24 Horas
01.00 «Justiça Cruel» (de Gregory Goodell, EUA/1998, com Martine, Nicki Aycox, Mimi Kuzyk. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Andamentos
13.00 O Triunfo dos Porcos



14.00 Portugal sem Fim
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestal
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas: Molière - O Misantropo
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.30 Chiquitas
15.30 Batatoon
18.00 Jardins Proibidos
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 Tie Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 «As Raízes do Mal» (de Lionel Chetwynd, EUA/1997, com Edward Herrman, Chad Lowe, Harley Jane Kozak. *Drama*)
04.10 Que Loucura de Família
04.40 O Vingador

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

O último acto da Mir

Foi tocante: tanto quanto me pareceu, durante dias e dias os *media* livres e democráticos do Ocidente mantiveram-se numa expectativa ansiosa por causa da «Mir», a estação espacial que, tendo nascido soviética, sobreviveu à pátria-mãe durante cerca de uma década e não teve outro remédio senão acabar soviética porque no espaço não há, que conste, processos administrativos de troca

custos astronómicos da corrida armamentista arruinavam a economia soviética e cavavam a derrocada do regime), a verdade é que era uma chatice que a «Paz» soviética continuasse no espaço. Assim, só um epílogo catastrófico podia repor as coisas no seu lugar conveniente que era, já se vê, o carácter intrinsecamente demoníaco da tentativa que toda a URSS consubstanciara.

Um amargo «happy end»

Por isso, a comunicação social democrática e ocidental, com o inevitável e natural destaque para a TVI, tanto insistiu sobre a provável iminência de um final literalmente desastroso. Das duas, uma: ou o desastre acontecia mesmo, e aí estaria a prova pretendida, ou não acontecia, mas sempre ficaria no ar e no espírito do público e vaga ideia de que estivera à beirinha de acontecer. Isto é: de qualquer modo não se

perderia tudo. Foi-se a ver, e a «Mir», desfeita em bocados remanescentes em consequência do atrito desencadeado no seu percurso final, caiu direitinha no Pacífico tal como os técnicos tinham dito. Pressinto que não terão sido poucos os que, perante este «happy end», intimamente murmuraram que foi uma pena. E, confesso, compreendos. Daqui gostaria de lhes mandar, contudo, uma palavra de reconforto: calma, nada está perdido, o aparelho de limpeza ideológica que tantos êxitos tem acumulado e tantas alegrias lhes tem dado continua em funcionamento; aliás, tão empenhado e intenso que parece nem se dar conta de que o comunismo como projecto e o verdadeiro socialismo como prática são coisasmáticas, do passado, inteiramente defuntas. Dia após dia, com incomparável diligência, o bombardeio anticomunista prossegue nos *media*, agora com fórmulas sofisticadas que metem num chinelo o primarismo do sectarismo anticomunista puro e duro dos bons velhos tempos em que o nazifascismo estava no poder por presença directa ou interposta mediação. Aos piores comunistas remanescentes aplica-se uma etiqueta descredibilizante, tão eficaz como a famosa estrela de David colada ao peito dos judeus no III Reich. Aos outros, ora-se pela sua conversão e dá-se-lhes oportunidades de arrependimento. Tudo vai bem, enfim, e não há-de ser o sucesso final da «Mir» que irá estragar alguma coisa.

Entretanto, quem tiver dúvidas ligue esta noite o televisor e acompanhe os telenoticiários principais: é praticamente certo que num ou noutro, ou porventura num programa informativo complementar, estará mais uma granada anticomunista, discreta mas eficaz. É a parte que cabe às TVs, para lá do que entre si as distinga, na consolidação desta sociedade. E, hoje, já são poucos os que se lembram de que a «Mir» queria dizer «Paz».

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Os invictos

A disputa eleitoral da Câmara Municipal do Porto transformou-se num interessante objecto de exegese política.

Por parte do PS — que governa a autarquia há dois mandatos —, o caso já assumiu contornos de esquizofrenia interna ao pôr na linha de partida um candidato presidencial pretendido pela direcção concelhia, outro reivindicado pela distrital e um terceiro — o definitivo — a nomear pela direcção nacional. Isto após terem ficado pelo caminho dois outros pretendentes — Francisco Assis e Nuno Cardoso — o que arredonda para cinco só os candidatos PS à presidência da Invicta. É obra.

No actual estado da coisa, a distrital pugna por Narciso Miranda, a concelhia por Fernando Gomes e a direcção nacional por sair desta camisa de onze varas.

Narciso Miranda, o candidato da distrital, apresenta a seu favor o facto de ser presidente da mesma distrital e de o mover o exclusivo interesse do partido.

Fernando Gomes, o candidato da concelhia, afirma em seu abono o currículo de presidente que levou o PS mais a respectiva concelhia local ao poder no Porto e de o mover o exclusivo interesse do partido.

A direcção nacional não reivindica nada a não ser a vitória e move-a, é claro, o exclusivo interesse do partido.

Uma coisa é evidente, nos pergaminhos avançados pelos dois candidatos: ambos são movidos por um sólido empenho no exclusivo interesse do partido.

Narciso Miranda demonstrou-o abundantemente ao aceitar uma Secretaria de Estado no Governo PS apesar de ambicionar um Ministério, ao manter em simultâneo o lugar de presidente da Câmara de Matosinhos com o de governante nacional não fosse o diabo tecê-las (e teceu-as...), ao manobrar quando pôde para afastar todos os correligionários do caminho à sua candidatura na Câmara do Porto, liquidando assim as pretensões de Francisco Assis e de Nuno Cardoso. Fernando Gomes comprovou-o com igual abundância ao aceitar um Ministério que não queria — o da Administração Interna — à falta do que lhe recusaram — o das Obras Públicas —, ao reivindicar o regresso à presidência da Câmara do Porto quando dela se despedira com a pompa e a jactância de quem parte em definitivo para mais altos voos, ao denunciar irregularidades governativas que ignorou enquanto fez parte do Governo.

Os próprios já vencidos em definitivo nesta corrida — Francisco Assis e Nuno Cardoso — deram provas de sólido empenho no exclusivo interesse do partido ao protagonizarem, após a derrota das suas ambições, um público e notório empenho na determinação do resultado final da contenda. Quanto à direcção nacional do PS está, literalmente, a braços com «o exclusivo interesse do partido» também nesta questão da Câmara Municipal do Porto, como fez questão de o afirmar ao Público um dirigente nacional não identificado declarando que «estas são as mais legislativas das eleições autárquicas», o que o jornal sagazmente traduziu por: «Comissão Permanente do PS decidiu travar todas as escolhas das bases que surjam como derrotas em potência».

No meio de tanto empenho pela cidade do Porto por parte do PS e dos seus quadros que a governam ou pretendem governá-la, há entretanto um conjunto de interesses sobre os quais ninguém disse uma só palavra.

Curiosamente, são os interesses da própria cidade e de quem nela vive.

Financiamento do Ensino Superior é insuficiente

Estudantes manifestam-se em Lisboa e Porto

Os estudantes do Ensino Superior protestaram ontem contra a lei do financiamento, em duas manifestações, realizadas em Lisboa e no Porto, a partir das 15 horas, contando a sua luta com o apoio e solidariedade da JCP.

De facto, a JCP considera que o Ensino Superior português enfrenta «uma realidade caótica» e que o seu Financiamento não satisfaz as necessidades básicas de funcionamento das instituições, que vivem «em periclitante equilíbrio financeiro». Por outro lado, está a ser adiada «toda e qualquer perspectiva

A ausência, por exemplo, de infra-estruturas, de docentes e funcionários, de bibliotecas, de espaços de lazer, de investigação, de cursos nocturnos, são «um denominador comum» nas instituições, ao mesmo tempo que o esforço financeiro exigido às famílias portuguesas é o maior de toda a União Europeia.

ca é um efectivo corte, «ao qual há que acrescentar os sucessivos incumprimentos da Fórmula de Financiamento que se arrastam desde 1994».

Assimetrias mantêm-se

No que respeita à Acção Social Escolar (ASE), os jovens comunistas consideram que «não corrige assimetrias económico-sociais», nem promove «a igual-

Na UE, as famílias portuguesas são as mais oneradas com o ensino

dade de oportunidades». Aliás, 56% dos estudantes carenciados não são abrangidos, destinando-se 1/3 das bolsas ao pagamento de propinas.

A par disto, o processo de avaliação das instituições está praticamente parado, não existe um sistema de avaliação do desempenho pedagógico na evolução da carreira do corpo docente, o ensino Politécnico não consegue formar o seu próprio corpo docente, mantém-se o incumprimento generalizado do estatuto do trabalhador-estudante. Enfim, uma política que leva ao insucesso escolar e ao abandono do Ensino Superior.

Outro aspecto que assume cada vez mais «contornos de insegurança» para milhares de estudantes é o da sua colocação num posto de trabalho quando terminam o curso, sendo «incompreensível», para a JCP, o facto de «este ano mais de 30 mil professores terem ficado sem colocação no sistema de ensino», quando é sabido que existem turmas «superlotadas nos ensinos Básico e Secundário».

É, pois, contra todas estas opções políticas, «que não servem os estudantes nem o País», que o Ensino Superior ontem se manifestaram.



Mais uma vez os estudantes vão à luta

de desenvolvimento do Ensino Superior, entendido como instrumento ao serviço de todos e do país, progressivamente gratuito, indiscutivelmente público e de qualidade garantida».

A JCP considera ainda o Orçamento de Estado de 2001 como «o pior orçamento» para o Ensino Superior de todos os governos do PS já que, apesar da «demagogia» dos números, o que se verifi-

Porto

Exposição assinala aniversário da Comuna de Paris

O Sector Intelectual da DORP do PCP vai assinalar o 130.º aniversário da Comuna de Paris com diversas iniciativas, entre as quais uma Exposição-Venda de Arte, a decorrer no Centro de Trabalho da Boavista, a partir de 3 de Maio, data da sua inauguração.

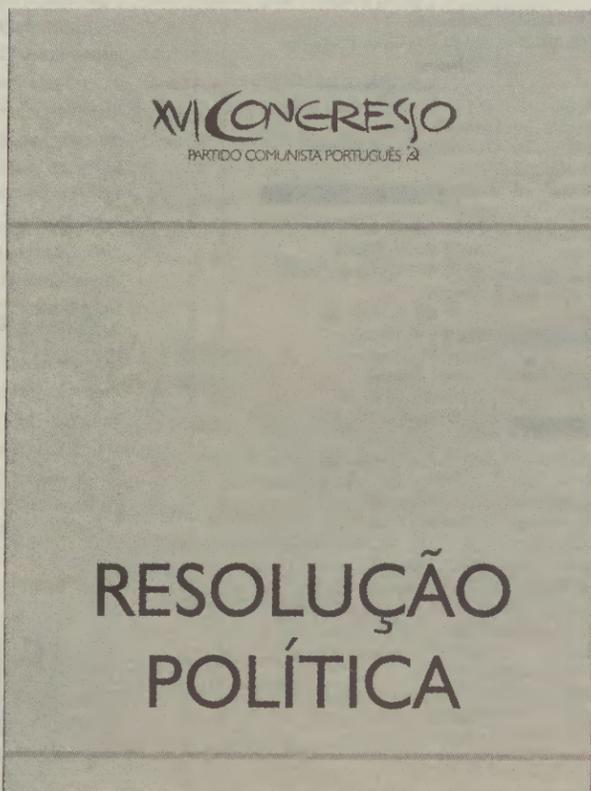
Os intelectuais comunistas do Porto consideram que «mesmo efémera e afogada num dilúvio de sangue e de violência», a Comuna de Paris continua a ser lembrada por quantos «guardam a profunda convicção de que a humanidade não está condenada à exploração, ao obscurantismo, à desigualdade de direitos».

De facto, a Comuna de Paris ficou assinalada por decisões que romperam, então, com a ordem estabelecida, como sejam a supressão da polícia política, um sistema eleitoral democrático, redução da jornada de trabalho para 10 horas, providências contra o desemprego e as discriminações salariais, pela

emancipação das mulheres ou a separação da Igreja do Estado.

E porque «não há futuro sem memória», o Sector Intelectual do Porto decidiu lembrar a Comuna de Paris com uma venda-exposição de arte, aberta a todas as expressões artísticas, designadamente nas modalidades de pintura, escultura, desenho, banda desenhada, ilustração, gravura, cerâmica, fotografia ou design gráfico.

Cada artista pode apresentar uma ou duas obras (com um espaço de montagem até à dimensão de 1m), que deverão ser entregues até 27 de Abril, com a indicação da sua posição correcta e do seu valor, para efeitos de venda. São também aceites trabalhos de grupo.



A Resolução Política aprovada no 16.º Congresso do PCP está já à disposição dos militantes, podendo encontrar-se em qualquer Centro de Trabalho. Este importante instrumento de trabalho permite aos comunistas analisar com mais profundidade as orientações aprovadas no Congresso, levando-as à prática na actividade diária do Partido

